

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL ESTADO DO
PARANÁ.**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO N.º 010/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 289/2023

SOLICITANTE: SECRETARIA DE ESPORTE

OBJETO: INSCRIÇÕES FEPAC 2024



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES LAZER E TURISMO - SMELT

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): SECRETARIA DE ESPORTES

Responsável pela Demanda: DEIVID JUNIOR DE MELO

DATA: 01/11/2023

E-mail: deividfisio@hotmail.com

Fone: (43) 35518300

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE XADREZ PARA A PARTICIPAÇÃO DO FESTIVAL PARANAENSE DA CRIANÇA DE XADREZ – FEPAC
VALOR ESTIMADO PARA A AQUISIÇÃO: R\$ 9200,00
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS: LIVRE
PREVISÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS MATERIAIS/PRODUTOS: MARÇO 2024.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

Ribeirão do Pinhal há muitos anos desenvolve inúmeras esportivas, afirmativas para o desenvolvimento social e cultural no âmbito do esporte municipal quanto no estadual, dentre as modalidades desenvolvidas pelos inúmeros projetos esportivos temos a modalidade do Xadrez que vêm se destacando muito no cenário esportivo. Estado, o projeto municipal de xadrez conta com enxadristas de alto gabarito visto que a equipe municipal é muito boa, diante disto tem se a necessidade da participação de jogos e de competições para contribuir ainda mais para a expansão do projeto, visto assim pede se a participação de nossos atletas de Xadrez no evento: FEPAC – FESTIVAL PARANAENSE DA CRIANÇA DE XADREZ 2024, que está prevista para acontecer em março de 2024 (sem local ainda definido) e salientar que a equipe de Ribeirão do Pinhal irá participar por ter uma base forte e modalidade de referência no município, inclusive a aluna Ana Julia de Lima Alencar Rodou se Campeã Paranaense, abrindo inúmeras perspectivas para a criança. A escolha da Federação é pelo fato de ser a única no Paraná e por ter uma tradição no desenvolvimento da modalidade, não sendo viável ao município participar de outras ligas fora do estado, devido ao custo no deslocamento, estadia e transporte das equipes, além de ser a única a oferecer a participação dos atletas que irão participar (Sub 09/10/11/12), a equipe é composta por 13 atletas e 3 professores (13 feminino e 10 masculino).

3. DESCRIÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	VR UNIT.	TOTAL
1.	25232	Pagamento Inscrição Eventos	920,00	9200,00



**FESTIVAL PARANAENSE DA CRIANÇA
DE XADREZ.**

ENXADRISTAS

(EM ANEXO)

4. OBSERVAÇÕES GERAIS

4.1 Servidor indicado para fiscalização do contrato/ata: **Juliano Braz**

4.2 Local da Entrega: **Secretaria Municipal de Esportes - Avenida Silveira Pinto, n.º 1253 - Centro.**

4.3 Servidor responsável para esclarecimentos e recebimento: **Deivid Junior de Melo**


DEIVID JUNIOR DE MELO

Responsável pela Formalização da Demanda

CIENTE:


DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ

PREFEITO MUNICIPAL

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a aquisição/contratação e demais providências cabíveis.



ENXADRISTAS

	NOME DO ALUNO	DATA DE NASCIMENTO	CGM	CATEGORIA
1	EDUARDO OLIVEIRA RIBEIRO HARADA ALVES M	13/07/2016	1022187410	SUB-8 ✓
2	YASMIN SILVEIRA DE SOUZA	27/07/2016	1021307722	SUB-8 ✓ F
3	JOAQUIM ARRUDA ROCHA	11/04/2016	1020648380	SUB-8 ✓ M
4	MELISSA FELIX DADONA	24/10/2016	1022497984	SUB-8 ✓ P
5	MARCELA MARIA GONÇALVES VILELA	06/05/2016	1022483672	SUB-8 ✓ F
6	EMANUELLY ANDRADE DE OLIVEIRA	02/12/2016	1023964259	SUB-8 ✓ F
7	DAVI MIGUEL RIBEIRO ELEUTERIO	29/05/2016	1023473646	SUB-8 ✓ M
8	ANA JULIA DE LIMA ALENCAR RODIGUES	04/04/2015	1020460624	SUB-10 ✓ F
9	ARTHUR BATISTA DE ALMEIDA CAMARGO	15/05/2015	1023474880	SUB-10 ✓ M
10	ARTHUR YOSHIO MATSUMOTO	19/05/2015	1020662473	SUB-10 ✓ M
11	MARINA ANTONELLA SILVA	31/03/2016	1021457163	SUB-8 ✓ F
12	DAVI LUCAS AVELINO MARTINS	06/04/2015	1020863591	SUB-10 ✓ M
13	HELENA RAMOS TARDELLI	22/05/2014	1023488554	SUB-10 ✓ F
14	LUCAS MIGUEL TERRITO	15/06/2014	1018164961	SUB-10 ✓ M
15	SARAH FERNANDES ROSA DOS SANTOS	23/10/2014	1021193980	SUB-10 ✓ P
16	MARIA ISABELLY BORGES DA COSTA	03/06/2013	1014382913	SUB-12 ✓ F
27	HELENA BIANCHI SIQUEIRA	27/06/2013	1020875867	SUB-12 ✓ F
18	ANA OLYVIA FLORES	28/03/2013	1014370036	SUB-10 ✓ F



	PEROLE			
19	MARCO ANTONIO BRANDILIONE MOREIRA	26/07/2013	1023665049	SUB-12
20	RYAN LUCAS DEMARCHI DA SILVA	26/12/2014	1023495534	SUB-10

PROFESSORES

	NOME	CPF	RG
	MARCOS ELOY HARADA ALVES	00362427992	62755466
	LUCIANA CRISTINA PINTO	01829913930	71683737
	ROSILENE ALEXANDRINA BORGES PINTO	03163947930	59936972



Ribeirão do Pinhal <compras.pmrpinhal@gmail.com>

**Proposta de Preços FEPAC 2024**

1 mensagem

Ribeirão do Pinhal <compras.pmrpinhal@gmail.com>

6 de novembro de 2023 às 09:13

Para: Paulo Virgilio Rios Rodriguez <paulovirgilio@gmail.com>

Bom dia

Solicitamos o encaminhamento da proposta de preços (conforme anexo) do **Festival Paranaense da Criança de Xadrez com previsão para realização no mês de março de 2024 para participação de 20 enxadristas e 03 professores com alimentação e alojamento.**

Junto à proposta deverá ser encaminhada a seguinte documentação:

01) Estatuto Social

02) Ata de eleição do presidente

03) RG/CPF do presidente

04) Alvará de funcionamento

05) Certidão Negativa de Débitos Municipais

06) Certidão de Concordata e Falência

07) Declaração unificada em papel timbrado da Federação conforme modelo em anexo.

Salientamos que nosso município já está utilizando a nova lei de licitações (14.133/2021) e tais documentos são obrigatórios.

Solicitamos o envio da proposta e da documentação o mais breve possível.

Att

Carlos Alexandre Braz

--

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL- PARANÁ

TELEFONE (43) 3551-8320

2 anexos**LIGA XADREZ.docx**

105K

**DECLARAÇÃO UNIFICADA.docx**

17K



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -

CONTROLE
INTERNO
10/06
FAS

PROPOSTA DE PREÇOS.

NOME: FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ

CNPJ: 018773930001-89

INS. ESTADUAL:

ENDEREÇO: RUA ALMIRANTE BARROSO 142 – SÃO FRANCISCO

CIDADE: CURITIBA

FONE: 41-997975601 EMAIL: paulo@fexpar.com.br

FESTIVAL PARANAENSE DA CRIANÇA DE XADREZ 2024

ITEM	QTDE	UNID.	CATSERV	DESCRIÇÃO	UNIT.	TOTAL
01	08	SRV	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez com previsão para realização no mês de março de 2024. CATEGORIA SUB-8 (03 masculinos e 05 femininos). No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	400,00	3200,00
02	09	SRV	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez com previsão para realização no mês de março de 2024. CATEGORIA SUB-10 (05 masculinos e 04 femininos); No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	400,00	3600,00
03	03	SRV	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez com previsão para realização no mês de março de 2024. CATEGORIA SUB-12 (01 masculino e 02 femininos); No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	400,00	1200,00
04	03	SRV	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez com previsão para realização no mês de março de 2024. EQUIPE TÉCNICA • 03 (três) professores (01 masculino e 02 femininos). No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	300,00	900,00
Total						8900,00

VALIDADE DA COTAÇÃO: valido até abril de 2024

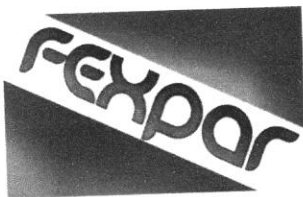
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 50% antes e 50% pos evento.

LOCAL E DATA: Curitiba, 7 de novembro de 2023.

FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ
FEXPAR

Rua Almirante Barroso 142 - Curitiba - PR - CEP 80510-240
CNPJ 01877393/0001-89

Paulo Virgilio Rios Rodriguez



FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ - FEXPAR

Declarada de utilidade pública estadual - Lei 12437 de 13 de janeiro de 1999

Filiada à Confederação Brasileira de Xadrez

Rua Almirante Barroso 142, São Francisco

CEP 80510-240 Curitiba - PR - www.fexpar.com.br

CNPJ 01877393/0001-89



DECLARAÇÃO UNIFICADA

AO

Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.

Nós da empresa FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ, CNPJ: 018773930001-89, declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Inexigibilidade de Licitação, instaurado por este município, que:

- 01) Não estamos impedidos de licitar ou contratar com a administração pública, em qualquer de suas esferas.
- 02) Inexiste fato impeditivo, passado, atual ou superveniente, para licitar ou contratar com a administração pública.
- 03) Não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 04) Não consta em nosso quadro societário servidor público municipal efetivo ou em comissão ou possui parentesco até 3º grau com (cônjuge, companheiro, consanguíneo ou afins) com servidor público municipal efetivo ou em comissão ocupante de cargo (político, direção, chefia e assessoramento).
- 05) O fornecimento dos itens contratados perante nossa empresa de forma alguma deixarão de ser entregues e que após assinatura do contrato/Ata Registro de Preços nos responsabilizaremos pelo fornecimento dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório.
- 06) Que cumpre minuciosamente os requisitos da habilitação, se comprometendo a entregar produtos / prestar serviços tidos como de primeira qualidade.
- 07) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 11 de novembro de 2023.



Atenciosamente,

Paulo Virgílio Rios Rodriguez

Presidente da Federação de Xadrez do Paraná



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CONTROLE
INTERNO
PAG. 08

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
01.877.393/0001-89
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
05/06/1997

NOME EMPRESARIAL
FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
R ALMIRANTE BARROSO

NÚMERO
142

COMPLEMENTO

CEP
80.510-240

BAIRRO/DISTRITO
SAO FRANCISCO

MUNICÍPIO
CURITIBA

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
tonegutti@ufpr.br

TELEFONE
(41) 3361-3185/ (41) 9968-8719

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
27/08/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 07/11/2023 às 11:35:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 6.541.281-0

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **6.541.281-0** DATA DE EXPEDIÇÃO: 28/03/2014

NOME: **PAULO VIRGILIO RIOS RODRIGUEZ**

FILIAÇÃO: VIRGILIO RIOS RODRIGUEZ
VALNEIDE ROSA RIOS RODRIGUEZ

NATURALIDADE: CURITIBA/PR DATA DE NASCIMENTO: 08/04/1983

DOC. ORIGEM: COMARCA=CURITIBA/PR, 1 OFÍCIO
C.NASC=912, LIVRO=480A, FOLHA=200

CPF: 042.288.379-48

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

CONTROLE

1º OFÍCIO

2º OFÍCIO

3º OFÍCIO

4º OFÍCIO

5º OFÍCIO

6º OFÍCIO

7º OFÍCIO

8º OFÍCIO

9º OFÍCIO

10º OFÍCIO

11º OFÍCIO

12º OFÍCIO

13º OFÍCIO

14º OFÍCIO

15º OFÍCIO

16º OFÍCIO

17º OFÍCIO

18º OFÍCIO

19º OFÍCIO

20º OFÍCIO

21º OFÍCIO

22º OFÍCIO

23º OFÍCIO

24º OFÍCIO

25º OFÍCIO

26º OFÍCIO

27º OFÍCIO

28º OFÍCIO

29º OFÍCIO

30º OFÍCIO

31º OFÍCIO

32º OFÍCIO

33º OFÍCIO

34º OFÍCIO

35º OFÍCIO

36º OFÍCIO

37º OFÍCIO

38º OFÍCIO

39º OFÍCIO

40º OFÍCIO

41º OFÍCIO

42º OFÍCIO

43º OFÍCIO

44º OFÍCIO

45º OFÍCIO

46º OFÍCIO

47º OFÍCIO

48º OFÍCIO

49º OFÍCIO

50º OFÍCIO

51º OFÍCIO

52º OFÍCIO

53º OFÍCIO

54º OFÍCIO

55º OFÍCIO

56º OFÍCIO

57º OFÍCIO

58º OFÍCIO

59º OFÍCIO

60º OFÍCIO

61º OFÍCIO

62º OFÍCIO

63º OFÍCIO

64º OFÍCIO

65º OFÍCIO

66º OFÍCIO

67º OFÍCIO

68º OFÍCIO

69º OFÍCIO

70º OFÍCIO

71º OFÍCIO

72º OFÍCIO

73º OFÍCIO

74º OFÍCIO

75º OFÍCIO

76º OFÍCIO

77º OFÍCIO

78º OFÍCIO

79º OFÍCIO

80º OFÍCIO

81º OFÍCIO

82º OFÍCIO

83º OFÍCIO

84º OFÍCIO

85º OFÍCIO

86º OFÍCIO

87º OFÍCIO

88º OFÍCIO

89º OFÍCIO

90º OFÍCIO

91º OFÍCIO

92º OFÍCIO

93º OFÍCIO

94º OFÍCIO

95º OFÍCIO

96º OFÍCIO

97º OFÍCIO

98º OFÍCIO

99º OFÍCIO

100º OFÍCIO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

CARTEIRA NACIONAL DE HABITAÇÃO

NOME: **PAULO VIRGILIO RIOS RODRIGUEZ**

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR: **PR**

6541281-0

DATA NASCIMENTO: **08/04/1983**

CPF: **042.288.379-48**

FILIAÇÃO: **VIRGILIO RIOS RODRIGUEZ**

VALNEIDE ROSA RIOS RODRIGUEZ

PERÍODO: **01/04/2011**

DATA EXPIRAÇÃO: **31/08/2011**

VALOR: **01956690403**

EXERCE ATIV. REGIMENADA

DATA EMISSÃO: **07/04/2016**

CURITIBA, PR

ASSINATURA DO TITULAR

53065187080

PR01.0792688

PROIBIDO PLASTIFICAR

1264973380

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL




FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ - FEXPAR
Declarada de utilidade pública estadual - Lei 12437 de 13 de janeiro de 1999
Filiada a Confederação Brasileira de Xadrez
Rua Almirante Barroso 142 - São Francisco
CEP 80510-240 Curitiba - PR - www.fexpar.com.br
CNPJ 01877393/0001-89




ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2019

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e dezenove, reuniu-se em Assembleia Extraordinária no Clube de Xadrez Hélio Saidanha, situado a avenida Santa Marcelina, s/n, Ginásio de Esportes Samuel Milão, Pirai do Sul, Paraná, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Indústria e Comércio no dia treze de julho de dois mil e dezenove, bem como divulgado na mesma data no site da FEXPAR (www.fexpar.com.br) com o seguinte teor: "Edital de Convocação - Assembleia Extraordinária - Ficam as entidades filiadas a Federação de Xadrez do Paraná (FEXPAR), em dia com as obrigações estatutárias, convocadas para participar da Assembleia Geral, a ser realizada no dia 14 de julho de 2019, às 8h00min, na sala de xadrez do Ginásio de Esportes Samuel Milão, - Pirai do Sul - PR, Av. Manuel Ribas S/N, para tratar da seguinte pauta: 1 - Ateração do estatuto. 2 - Demais assuntos. Não havendo quórum em primeira convocação, a Assembleia se instalará em segunda convocação às 9h00min, com qualquer número de filiados. Curitiba, 12 de julho de 2019. Paulo Virgílio Rios Rodriguez, Presidente FEXPAR." Não se verificando quórum para a instauração da Assembleia em primeira convocação, a mesma foi instalada em segunda convocação com as seguintes presenças de representantes de filiados com direito a voto: Paulo Virgílio Rios Rodriguez representante do Clube de Xadrez de Francisco Beltrão e da Associação de Xadrez de São José dos Pinhais, Alexandre Zampier Botelho dos Santos, representante do Clube de Xadrez Erbo Stenzel, Maurides Ferreira da Silva Jr. representante da União Esportiva Xadrez Pirai. A Assembleia foi aberta em segunda convocação, às 9h00. Os trabalhos iniciaram sob a presidência do Sr. Paulo Virgílio Rios Rodriguez, sendo designado para secretariar os trabalhos o Sr. Alexandre Zampier Botelho dos Santos. Passando para o primeiro item da pauta, o Sr. Paulo Virgílio Rios Rodriguez explanou sobre a necessidade de alteração e adequação do estatuto para o pleito de projetos nas esferas estadual e federal. Sendo em seguida discutido vários artigos e itens do estatuto e definido por unanimidade o novo estatuto da FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ - FEXPAR.

Pirai do Sul, 14 de julho de 2019


Paulo Virgílio Rios Rodriguez
Presidente da Assembleia


Alexandre Zampier Botelho dos Santos
Secretário da Assembleia

2º COORDENADOR
R. João de Deus, 100 - Centro
F. João de Deus, 100 - Centro
R. João de Deus, 100 - Centro
(41) 323-2222 - Curitiba - PR

FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ - FEXPAR ESTATUTO SOCIAL



CAPÍTULO I - DA ENTIDADE E SUAS FINALIDADES

ART. 1.º - A Federação de Xadrez do Paraná, neste estatuto designada pela sigla FEXPAR, é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio distintos das pessoas físicas e jurídicas que compõem, sendo suas finalidades estabelecidas neste estatuto.

Parágrafo Único - A FEXPAR terá duração por prazo ilimitado.

ART. 2.º - A FEXPAR é constituída, na forma prevista neste estatuto, pelas pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades dentro do Estado do Paraná com um, ou mais, dos seguintes objetivos: a) prática; a) organização; a) promoção; a) administração e o desenvolvimento do xadrez.

ART. 3.º - A FEXPAR foi fundada em 16 de março de 1997 pelas seguintes sociedades esportivas: Clube de Xadrez Erbo Stenzel, Clube de Xadrez de Campo Mourão e Clube de Xadrez Escolar Bagozi.

ART. 4.º - A FEXPAR tem sede e foro na cidade de Curitiba - Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A FEXPAR está sediada na Rua Almirante Barroso, 142, em Curitiba, Estado do Paraná.

ART. 5.º - A FEXPAR está filiada a Confederação Brasileira de Xadrez, neste estatuto designada pela sigla CBX e indiretamente a Federação Internacional de Xadrez, neste estatuto designada pela sigla FIDE.

ART. 6.º - A FEXPAR integra o sistema brasileiro do desporto, definido conforme a Lei 9.615 de 24 de março de 1998 regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.574 de 29 de abril de 1998, bem como o sistema paranaense, com entidade de administração do xadrez no Estado do Paraná, gozando de autonomia administrativa, quanto à sua organização e funcionamento, conforme disposto no inciso I, do ART. 217, da Constituição Federal, que é estabelecida pelo presente estatuto.

ART. 7.º - O xadrez e em todos mais antigos esportes intelectivos e é conceituado pela FEXPAR, para efeito do cumprimento das finalidades sociais estabelecidas no ART. 8.º deste estatuto, em seus aspectos mais amplos do desporto, de educação e de cultura.

ART. 8.º - As finalidades da FEXPAR são:

a) Administrar o xadrez no Estado do Paraná;

b) Promover, incentivar e desenvolver o xadrez no Estado do Paraná, em todas as suas modalidades e manifestações;

c) Promover a prática do xadrez em nível estadual, estabelecendo os regulamentos e condições que forem necessários para a sua boa organização e realização;





vi - Promover, direta ou indiretamente, competições, exposições, jogos e outras atividades de âmbito xadrez;

vii - Promover, direta ou indiretamente, cursos e outras atividades visando o aprimoramento técnico do xadrez;

viii - Representar o xadrez paranaense junto a CxX e suas filiais;

ix - Cumprir e fazer cumprir pelas pessoas físicas e jurídicas que a integram, direta ou indiretamente, os estatutos, regulamentos e demais atos da CxX;

x - Decidir sobre a promoção de competições, exposições e jogos de xadrez de âmbito regional ou estadual pelas entidades filiadas pelas pessoas físicas ou jurídicas direta ou indiretamente vinculadas ou associadas;

xi - Decidir sobre a participação das entidades filiadas e das pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente vinculadas ou associadas, nas competições realizadas no estado do Paraná;

xii - Estabelecer diretrizes, normas e regulamentos visando o exercício da direção, a organização, a disciplina e o desenvolvimento das atividades de xadrez no território paranaense, as quais deverão ser cumpridas por todas as pessoas físicas e jurídicas integrantes direta ou indiretamente, da FEXPAR;

xiii - Estabelecer acordos, convênios e contratos com pessoas físicas e com as pessoas jurídicas de direito público ou privado, visando o cumprimento das suas finalidades;

xiv - Representar o xadrez paranaense junto aos poderes públicos e a sociedade em geral;

xv - Colaborar em atividades visando o desenvolvimento de xadrez realizadas pelas entidades filiadas ou vinculadas;

xvi - Zelar pela harmonia entre as pessoas físicas e jurídicas integrantes, direta ou indiretamente, da FEXPAR, tomando as medidas que forem convenientes para isso;

xvii - Manter publicações especializadas e divulgar informações de ordem técnica e administrativa de interesse da comunidade enxadrística, inclusive através de meios eletrônicos e da internet;

xviii - Promover, direta ou indiretamente, a elaboração de registro e levantamento de dados, levantamentos estatísticos e de trabalhos técnicos referentes às atividades de xadrez;

xix - Realizar ou incentivar medidas para a manutenção e recuperação da memória histórica do xadrez paranaense;

xx - Incentivar a produção de material técnico e didático sobre xadrez;

xxi - Promover o registro de competições e demais atividades de xadrez realizadas em território paranaense, conforme for estabelecido neste estatuto ou em regulamento próprio;

xxii - Conceder títulos, diplomas e prêmios relacionados com as atividades de xadrez, bem como aqueles de natureza honorífica, na forma estabelecida neste estatuto ou nos regulamentos esportivos;

Assinatura do Presidente da Assembleia Geral
Assinatura do Secretário da Assembleia Geral
Assinatura do Tesoureiro da Assembleia Geral
Assinatura do Provedor da Assembleia Geral
Assinatura do Relator da Assembleia Geral



xx - Promover, direta ou indiretamente, a capacitação de enxadristas, técnicos, instrutores, árbitros e demais pessoas envolvidas com as atividades do xadrez;

xxii - Intermediar, perante os poderes públicos e em empresas privadas, em defesa dos direitos e dos interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas que a integram;

xxiii - Promover as ações de ordem administrativa, econômica, financeira, técnica, promocional e outras que contribuam para o cumprimento das finalidades sociais estabelecidas neste estatuto;

ART. 9º - A FEXPAR, conforme estabelecido no ART. 8º, tem por objeto de atuação as atividades de xadrez, não se envolvendo em manifestações ou posições políticas fora do âmbito desportivo;

ART. 10º - A FEXPAR é constituída dentre dos princípios gerais acima, não admitindo qualquer tipo de discriminação por motivo de nascimento, raça, sexo, religião, cunho ou qualquer outras circunstâncias pessoais ou sociais;

CAPÍTULO II - DOS PODERES E DA ADMINISTRAÇÃO DA FEXPAR

ART. 11º - São poderes da FEXPAR:

I - A Assembleia Geral;

II - A Presidência;

III - A Diretoria;

Parágrafo Único - A Auditoria Fiscal é órgão autônomo e assessor da Assembleia Geral;

ART. 12º - São órgãos autônomos e independentes dentro da estrutura da FEXPAR, os referentes à Justiça Desportiva Juvenil:

I - Tribunal de Justiça Desportiva;

II - Comissão Disciplinar;

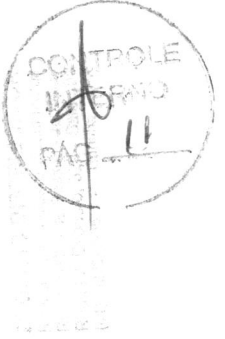
ART. 13º - A organização, o funcionamento e a administração da FEXPAR obedecem ao disposto neste estatuto, bem como o estabelecido nos regulamentos e outros atos atinentes expedidos pelos poderes e órgãos da FEXPAR, no âmbito de suas atribuições;

ART. 14º - É inelegível por 12 (doze) anos para o desempenho de funções e cargos eletivos nos poderes da FEXPAR, bem como nos de livre nomeação, conforme o estabelecido, dentro disso, no ART. 23 da Lei nº 9.615/98, a pessoa física;

I - Condenada por crime de natureza administrativa definitiva;

II - Inadimplente na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

III - Inadimplente na prestação de contas da FEXPAR;





1. - Atividade de cargo eletivo ou de confiança da FEXPAR, em virtude de gestão patrimonial e financeira regular ou irregular na FEXPAR;

2. - Atividade gerencial das instituições previdenciárias e trabalhistas;

3. - Trabalho;

4. - Que estiver cumprindo penalidades impostas pelos órgãos de justiça desportiva ou pelo Comitê Olímpico Brasileiro;

Parágrafo único - As situações previstas nos incisos II e IV deste artigo serão caracterizadas pelo órgão administrativo regular no qual seja garantida ampla defesa.

ART. 15 - Somente poderão ocupar os cargos de Presidente da FEXPAR, de membros da Auditoria Fiscal e do Tribunal de Justiça Desportiva, os cidadãos brasileiros, natos ou naturalizados, maiores de 21 (vinte e um) anos.

ART. 16 - Os membros dos poderes da FEXPAR não serão remunerados pelo exercício dos cargos que ocuparem.

Parágrafo único - Não se constitui em remuneração, para efeito deste artigo, as importâncias eventualmente recebidas por membros dos poderes da FEXPAR a título de custo para pagamento de despesas relacionadas com a participação em reuniões e demais atividades relacionadas com as finalidades sociais da FEXPAR.

ART. 17 - Não é permitida a acumulação de cargo ou função na Presidência ou Diretoria da FEXPAR, com o de suas filiais, exceto feita aos membros do Conselho Deliberativo das Entidades de Justiça Desportiva ou de suas Assembleias Gerais.

ART. 18 - O membro de qualquer poder da FEXPAR não poderá licenciar-se do exercício do cargo por prazo superior a 50 (cinquenta) dias, exceto a concordância da Assembleia Geral.

ART. 19 - Quando ocorrer a vaga de membro eleito para qualquer um dos poderes da FEXPAR, o seu substituto completará o tempo restante do mandato, observando no caso da Presidência o disposto no artigo 35.

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLEIA GERAL

ART. 20 - A Assembleia Geral é formada pelas entidades de justiça desportiva e pelas ligas filiais, sendo o poder máximo da FEXPAR em todas as matérias, exceto naquelas estabelecidas pela legislação em vigor como de competência da justiça desportiva.

§ 1º - Cada entidade filiada tem direito a um voto, computadas as disposições legais e estatutárias.

§ 2º - As entidades filiais com direito a voto, serão representadas pelos seus respectivos presidentes ou substitutos legais ou por pessoa física devidamente credenciada mediante apresentação.

§ 3º - Somente poderão participar das Assembleias Gerais com direito a voto as entidades filiais que:

- 2º - O Tribunal de Justiça Desportiva e suas ligas filiadas;
- 3º - As entidades de justiça desportiva e suas ligas filiadas;
- 4º - As entidades de justiça desportiva e suas ligas filiadas;
- 5º - As entidades de justiça desportiva e suas ligas filiadas;

1. - Exercerem, no mínimo, um ano de filiação, salvo os casos de fusão ou desmembramento quando a entidade da qual foi desmembrada ou com a qual se fundiu, já seria filiada há mais de um ano, contado da data da Assembleia a ser realizada;

2. - Compensarem o pagamento de anuidade de filiação e demais taxas devidas à FEXPAR;

3. - Estarem em condições legais de funcionamento;

4. - Ter adotado na relação das entidades filiais com direito a voto, que deverá ser publicada juntamente com o Edital de Convocação da Assembleia Geral e ter sido atendido às exigências legais estatutárias;

5. - Ter participado, no mínimo, de uma competição oficial da FEXPAR ou oficializada pela FEXPAR, no período de um ano contado a partir do trigésimo dia que anteceder a data de convocação da Assembleia Geral.

ART. 21 - As Assembleias Gerais podem ser Ordinárias ou Extraordinárias, conforme as seguintes disposições:

1. - Será convocada a Assembleia Geral Ordinária aquela que se realiza anualmente com o objeto principal de deliberar sobre as contas com o parecer da Auditoria Fiscal e o relatório de atividades do ano anterior, conforme estabelecido no inciso I do artigo 22.

2. - Será convocada Assembleia Geral Ordinária aquela que se realiza a cada 32 (dois) anos, no mês de dezembro, com o objetivo principal de eleger o Presidente e os membros da Auditoria Fiscal, bem como homologar a nomeação dos Vice Presidentes, conforme estabelecido no inciso II do artigo 22.

3. - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão todas aquelas que não se enquadram nos incisos I e II acima.

§ 1º - Nas Assembleias Gerais, além dos assuntos colocados na pauta principal para deliberação, haverá uma seção de comunicações e uma de leitura e aprovação de atas (quando for o caso).

§ 2º - Além do definido nos incisos I e II acima, da pauta das Assembleias Gerais Ordinárias poderão constar as matérias de que tratam os incisos IV, IX, X, XII, XIII, XVI e XVII do artigo 22, devendo todos os demais assuntos, ser objeto de Assembleias Gerais Extraordinárias.

ART. 22 - Compete à Assembleia Geral:

1. - Deliberar sobre o relatório anual de atividades da Diretoria, com o parecer da Auditoria Fiscal sobre as contas do exercício anterior;

2. - Eleger o Presidente da FEXPAR e os membros da Auditoria Fiscal da FEXPAR, bem como homologar as indicações dos Vice Presidentes realizada pelo Presidente da FEXPAR;

3. - Alterar o presente estatuto, no todo ou em parte, mediante o voto de maioria mais uma das entidades filiais que preenham as condições estabelecidas no § 3º do artigo 20, por proposta da Diretoria da FEXPAR ou por requerimento da maioria das entidades filiais;





§ 2º - No caso das eleições para os poderes da FEXPAR de que trata o inciso II do artigo 22, a publicação do ato do disposto no caput deste artigo, deverá ser precedida por três vezes a publicação do edital em jornal de grande circulação, sendo a primeira com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, bem como observadas as disposições pertinentes estabelecidas no artigo 22 da Lei Federal nº 15 de 24 de março de 1998 e pelo artigo 24 do Decreto Federal 2.574 de 29 de abril de 1998.

§ 3º - Em qualquer caso de eleições para os poderes da FEXPAR, de que trata o inciso II do artigo 22, deverá constar do edital a data limite, o local e horário no qual poderão ser feitas as inscrições de candidatos, que deverão ser precedidas mediante apresentação de chapa completa a todos os cargos a serem preenchidos na respectiva eleição.

§ 4º - É mandatório que na composição da chapa que trata o § 3º deste artigo, presente a participação de pelo menos um atleta da modalidade.

§ 5º - A data limite que trata o § 2º deste artigo deverá ser de 07 (sete) dias úteis contados da data marcada para a respectiva Assembleia Geral eleitoral.

ART. 24 - As Assembleias Gerais se instalarão em primeira convocação, com a presença mínima da maioria dos seus componentes e, em segunda convocação, uma hora depois com o mínimo de 3 (três) entidades filiadas.

§ 1º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria simples de votos, exceto nas situações estabelecidas neste estatuto que requeram outra percentagem de votos.

§ 2º - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre os assuntos constantes no respectivo edital de convocação.

§ 3º - O Presidente da FEXPAR, ou seu substituto legal, presidirá as Assembleias Gerais, sem direito a voto, exceto na deliberação sobre as matérias previstas nos incisos I, VI e VIII do artigo 22, quando a Assembleia Geral deverá ser presidida por um membro indicado pela maioria simples dos seus membros.

ART. 25 - Caberá ao Presidente da FEXPAR e a Assembleia Geral, no que couber, editar que o processo eleitoral se instaurado para a eleição do Presidente, da FEXPAR e dos membros da Auditoria Fiscal Assagore.

§ 1º - A constituição da respectiva Assembleia Geral, como previsto no artigo 20 deste estatuto;

§ 2º - Defesa prévia, no caso de impugnação, do direito de participar da eleição;

§ 3º - Eleição convocada, com observância do § 2º do artigo 23 deste estatuto;

§ 4º - Sistema de recolhimento de votos, a título de fraude;

§ 5º - Acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de contagem;

§ 6º - É de competência da Assembleia Geral estabelecer os procedimentos relacionados à eleição dos membros dos poderes da FEXPAR que serão anotados durante a realização da mesma, assegurando:

§ 7º - O sistema de controle, em qualquer caso, permitindo apenas uma recontagem, na forma estabelecida por este estatuto.



§ 1º - Deberá ser sobre a concessão de títulos honoríficos, conforme estabelecido neste estatuto, com o seguinte texto:

§ 1º - Autorizar o Presidente da FEXPAR a adquirir, alienar ou emprestar bens móveis, mediante proposta de Diretoria aprovada de parecer da Auditoria Fiscal.

§ 2º - Autorizar o Presidente da FEXPAR a contratar empréstimos financeiros ou realizar operações de crédito junto a instituições financeiras que atuassem durante o exercício financeiro, a valor equivalente a 120 (cento e vinte) mil reais, vigentes no país.

§ 3º - Processar e julgar, por infração deste estatuto ou da lei, qualquer dos membros dos poderes da FEXPAR estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 11, mediante a instalação de processo administrativo regular que garanta ampla defesa.

§ 4º - Casar mandato de qualquer membro dos poderes estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 11, por consentência de aplicação do inciso VII deste artigo mediante o voto favorável de dois terços de seus membros.

§ 5º - Delegar poderes expressos ao Presidente da FEXPAR.

§ 6º - Instalar Comissões e grupos de trabalho para elaboração de propostas ou atividades relacionadas às finalidades da FEXPAR estabelecidas pelo artigo 8º.

§ 7º - Atuar como instância máxima de recurso da FEXPAR exceto nas matérias a cargo da Justiça Desportiva.

§ 8º - Estabelecer o Pagamento Geral da FEXPAR e outras normas complementares a este estatuto.

§ 9º - Deberá, mediante proposta da Diretoria, sobre a criação de entidades a FEXPAR, bem como sobre a criação de entidade estadual.

§ 10º - Deberá, sobre a criação de entidade de prática desportiva ou de Liga Desportiva, mediante processo prévio instaurado pela Diretoria de acordo com o presente estatuto.

§ 11º - Aprovar, mediante proposta da Diretoria, as taxas e contribuições a serem pagas pelas entidades filiadas e pelas pessoas físicas e jurídicas vinculadas, bem como o custo de serviços essenciais à comunidade em geral.

§ 12º - Deberá, sobre outras matérias de interesse da FEXPAR, ressalvadas aquelas constantes da Constituição Desportiva.

§ 13º - Interpretar o presente estatuto e de bem os casos omissos.

ART. 23 - As finalidades, o local da Assembleia Geral, bem como a situação legal e financeira de cada uma das filiais, serão informadas às filiadas, por edital de convocação, enviado por carta registrada da Presidência da FEXPAR com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º - No caso da deliberação sobre os assuntos de que tratam os incisos I, II, V, VI, VIII e XIV do artigo 22, a em do disposto no caput deste artigo, deverá ser precedida a publicação de edital em jornal de grande circulação com antecedência mínima de trinta (30) dias.

§ 2º - O sistema de controle, em qualquer caso, permitindo apenas uma recontagem, na forma estabelecida por este estatuto.

II - Validar a eleição do cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º (segundo) grau, em por afinidade do presidente ou dirigente máximo da entidade;

§ 2º - As inscrições de candidatos para as eleições serão processadas mediante a inscrição de ficha completa para os cargos em disputa com prazo limite de, no mínimo, sete dias úteis da data de abertura para a realização da respectiva Assembleia Geral, na qual será realizada a eleição;

III - Entender-se por ficha completa a seguinte composição:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente Administrativo;
- c) Vice-Presidente do Interior;
- d) Vice-Presidente Financeiro;
- e) Vice-Presidente Técnico;

ART. 26 - Todos os integrantes da Assembleia Geral terão acesso irrestrito aos documentos, as informações e aos comprovantes das contas de que trata o inciso I do artigo 22;

ART. 27 - Poderão participar das Assembleias Gerais, com direito a voz mas sem direito a voto, exceto se enquadrados no § 2º do artigo, os membros da Diretoria e da Auditoria Fiscal da FEXPAR, os representantes legais das pessoas jurídicas vinculadas à FEXPAR, os convidados pela Presidência da FEXPAR, bem como todos aqueles que foram assim autorizados pela própria Assembleia Geral;

CAPÍTULO IV - DA AUDITORIA FISCAL

ART. 28 - A Auditoria Fiscal, órgão assessor da Assembleia Geral, será constituída por 01 (um) membro efetivo, o Auditor Fiscal, com 01 (um) suplente, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois (2) anos, conforme estabelecido neste estatuto;

ART. 29 - Em caso de impedimento do membro efetivo, caberá ao Presidente da FEXPAR nomear o suplente para a substituição;

ART. 30 - É de competência da Auditoria Fiscal:

- I - Elaborar parecer a ser apreciado pela Assembleia Geral sobre o balanço financeiro e patrimônio anual da FEXPAR;
- II - Examinar os documentos e solicitar as informações necessárias ao bom cumprimento do inciso I deste artigo;
- III - Apresentar sugestões à Assembleia Geral ou à Presidência da FEXPAR para o aperfeiçoamento da administração patrimonial e financeira da FEXPAR;
- IV - Representar a Assembleia Geral perante toda entidade sobre irregularidades constatadas na administração financeira e patrimonial da FEXPAR, sugerindo medidas a serem tomadas;
- V - Exercer outras atribuições previstas neste estatuto, bem como aquelas especialmente designadas pela Assembleia Geral;

CAPÍTULO V - DA PRESIDÊNCIA

ART. 31 - O Presidente da FEXPAR será eleito pela Assembleia Geral, para um mandato de quatro (4) anos, permitida apenas uma recondução, na forma estabelecida por este estatuto;

§ 1º - O presidente, em seus impedimentos legais de qualquer natureza, inclusive licença, será substituído por um dos Vice-Presidentes, previa e expressamente por ele indicado;

§ 2º - Na falta da indicação estabelecida no § 1º deste artigo, no impedimento do Presidente assumirá o Vice-Presidente Administrativo, ou, na falta ou impedimento deste último, os Vice-Presidentes Financeiro ou Técnico, na ordem crescente dos incisos II a IV do artigo 26;

§ 3º - O prazo de mandato do Presidente terá como referência a data da respectiva posse;

§ 4º - A reeleutividade do Presidente pela administração da FEXPAR cessa com a posse de seu sucessor, regularmente na forma prevista neste estatuto, sem prejuízo do disposto na legislação vigente;

§ 5º - É vedada a eleição do cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º (segundo) grau da por afinidade do presidente ou dirigente máximo da entidade;

ART. 32 - O Presidente terá assistência efetiva à FEXPAR e será civil e solidariamente responsável pela desobediência ou falta ao cargo, cabendo-lhe a iniciativa da divulgação dos atos administrativos;

ART. 33 - O Presidente é o responsável legal da FEXPAR em juízo ou fora dele, podendo constituir procurador(s) para realização de atos específicos;

ART. 34 - A Presidência, em nome:

- Administrar a FEXPAR;

II - Convocar e presidir, sem direito a voto, as Assembleias Gerais;

III - Convocar a Auditoria Fiscal;

IV - Nomear os membros do Tribunal de Justiça Desportiva, conforme o estabelecido neste estatuto e o disposto na legislação em vigor;

V - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

VI - Convocar o membro suplente da Auditoria Fiscal, nas faltas ou impedimentos do Auditor Fiscal;

VII - Indicar os Vice-Presidentes e submetê-los à homologação da Assembleia Geral, conforme previsto no inciso II do artigo 2º, sem como submeter a demissão de qualquer dos mesmos a aprovação da Assembleia Geral;

VIII - Criar cargos de Diretor e de assessor, fixando as respectivas atribuições;

IX - Formar e dar posse aos titulares dos cargos de que trata o inciso VIII;

2. O Presidente da FEXPAR, em nome, administrará a FEXPAR e será civil e solidariamente responsável pela desobediência ou falta ao cargo, cabendo-lhe a iniciativa da divulgação dos atos administrativos.

CONTROLE INTERNO
20
PAG 14



x - Co-gerir os funcionários e as empresas que forem necessários à execução dos serviços mediante delegação prevista no Regulamento Interno da Direção e levarão em conta a capacidade financeira da FEXPAR;

xv - Assinar em nome da FEXPAR, os contratos, convênios, acordos, distrato e quaisquer outros documentos de responsabilidade observada, quando for o caso, a autorização do poder competente estabelecido neste estatuto;

xvi - Autorizar o pagamento dos dividendos;

xvii - Assinar, em conjunto com o Vice-Presidente, todos os atos com o Vice-Presidente administrativos, financeiros e documentais que se relacionam com a movimentação das contas bancárias da FEXPAR;

xviii - Delegar poderes aos Vice-Presidentes ou aos Diretores para o desempenho de atos e funções que estritamente lhe caberem;

xix - Indicar, entre os Vice-Presidentes, o seu substituto para o caso de licença ou impedimentos;

xx - Determinar o imediato cumprimento das resoluções de qualquer poder da FEXPAR;

xxi - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e demais deliberações e regulamentos estabelecidos pelos poderes da FEXPAR;

xxii - Nomear delegados para representar a FEXPAR junto à CBX e a outras entidades, estabelecendo a respectiva competência, quando for o caso;

xxiii - Autorizar os atos previstos nos incisos VIII e IX do artigo 8.º, quando a Direção ou Vice-Presidente Técnica quando oportuno;

xxiv - Exercer todos os atos inerentes à administração geral da FEXPAR não expressamente atribuídos a outros poderes pelo presente estatuto;

xxv - Em casos graves de urgência, decidir "ad referendum" sobre matérias de competência da Direção;

xxvi - Guardar a representação da categoria de atletas embaixistas no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições;

ART. 35 - Em caso de vacância do cargo do Presidente da FEXPAR, observar-se-á o seguinte procedimento:

1 - Se a vacância ocorrer antes de completado metade do mandato, o Presidente em exercício, de ofício, conforme o § 1.º ou § 2.º do artigo 31, deverá convocar a Assembleia Geral no prazo máximo de 90 (noventa) dias para proceder à eleição para o cargo de Presidente cujo período de mandato neste caso, será, pelo prazo necessário para complementar o mandato subsequente;

2 - Se a vacância ocorrer após completado metade do mandato, assumirá o cargo de Presidente o substituto legal, denodo conforme estabelecido no § 1.º ou § 2.º do artigo 31, que completará o tempo de mandato restante;

Assinatura do Presidente da FEXPAR
Assinatura do Vice-Presidente da FEXPAR
Assinatura do Diretor da FEXPAR
Assinatura do Delegado da FEXPAR



CAPÍTULO VI - DA DIRETORIA

ART. 36 - A Direção da FEXPAR será constituída oriundamente pelo Presidente da FEXPAR e os seguintes Vice-Presidentes:

x - Vice-Presidente Administrativo;

xi - Vice-Presidente do Interior;

xii - Vice-Presidente Financeiro;

xiii - Vice-Presidente Técnico;

xiv - A composição da Direção, espalhada em parâmetros, a V do presente artigo, agregam-se as Direções e Assessorias de que trata o inciso VI do artigo 4.º;

xv - É garantido a participação de atletas da modalidade na composição da Direção, além de garantir sua representatividade no que trata o inciso XVII do artigo 34;

ART. 37 - As reuniões da Direção serão convocadas e presididas pelo Presidente da FEXPAR, ou seu substituto legal, sendo as deliberações tomadas pela maioria simples dos membros com direito a voto;

§ 1.º - O quórum nas reuniões da Direção é estabelecido pela presença do Presidente da FEXPAR, ou seu substituto legal, e a presença de pelo menos mais dois dos Vice-Presidentes discriminados nos incisos I a IV do artigo 36, todos com direito a voz e voto;

§ 2.º - Os diretores e assessores de que trata o parágrafo único do artigo 36 participam das reuniões e votam para o estabelecimento do quórum necessário às deliberações;

ART. 38 - O termo do mandato dos membros da Direção é coincidente com o do Presidente da FEXPAR, independentemente da data de seu início;

ART. 39 - Os Vice-Presidentes, em seus impedimentos de qualquer natureza, inclusive licença, serão substituídos por um membro da Direção designado pelo Presidente;

ART. 40 - A Direção é coletivamente, competente:

i - Apresentar à Assembleia Geral anualmente, o relatório das atividades realizadas, o balanço patrimonial e financeiro e o projeto de previsão orçamentária;

ii - Propor à Assembleia Geral a reforma total ou parcial deste estatuto, bem como submeter a mesma a o Regulamento Geral da FEXPAR e suas alterações;

iii - Propor à Assembleia Geral a compra ou alienação de bens móveis, elaboração e respectiva exposição de motivos e estudo de viabilidade;

iv - Propor à Assembleia Geral a aquisição de empréstimos financeiros que excedam no mesmo ano fiscal o valor de 100 (cem) salários mínimos, elaborando a respectiva exposição de motivos e estudo de viabilidade;

v - Propor à Assembleia Geral a criação de outros regulamentos estabelecidos neste estatuto e o seu regulamento próprio;





xviii - Coordenar as atividades e relações da FEXPAR com as entidades filiadas e vinculadas com sede no interior do Estado, mantendo estreito contato com a Vice-Presidência Técnica do Estado de São Paulo, bem como o custo de serviços disponibilizados a comunidade em geral;

xix - Instaurar regulamentos e normas complementares;

xx - Organizar o calendário anual de competições e eventos, autorizando os respectivos regulamentos;

xxi - Indicar Comissões especiais;

xxii - Acompanhar os relatórios de atividades das Vice-Presidências;

xxiii - Leitorar sobre os assuntos de que tratam os artigos 46, 47 e 48 deste estatuto;

xxiv - Indicar a Assembleia Geral a fim de aprovar os atos relativos à FEXPAR, elaborando exposição de motivos;

xxv - Aprovar a vinculação a FEXPAR das pessoas físicas e jurídicas de que trata o artigo 71 deste estatuto;

xxvi - Apreciar os recursos interpostos contra as decisões do Presidente da FEXPAR;

xxvii - Autorizar a celebração pelo Presidente da FEXPAR de acordos, convênios, contratos e outros, reservada a competência da Assembleia Geral;

xxviii - Deliberar sobre outros assuntos definidos com de sua competência por este estatuto;

xxix - Deliberar sobre outras matérias de interesse da FEXPAR, reservada a competência a dos seus poderes da FEXPAR;

ART. 41 - Considerar-se a legislador o membro da Diretoria que, sem motivo justificável, faltar a mais de (3) (três) sessões consecutivas da Diretoria ou a mais de (06) (seis) intercaladas.

ART. 42 - Compete ao Vice-Presidente Administrativo:

i - Dirigir os serviços da Secretaria da FEXPAR;

ii - Dirigir os serviços gerais e burocráticos da administração da FEXPAR;

iii - Auxiliar, em conjunto com o Presidente ou com o Vice-Presidente Financeiro, cheques e documentos para movimentação de conta bancária ou os documentos que constituam obrigações financeiras;

iv - Coordenar, em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a aplicação de quaisquer outros atos de operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

v - Executar outras tarefas atribuídas pelo Presidente;

ART. 43 - Compete ao Vice-Presidente de Interior:

i - Coordenar as atividades e relações da FEXPAR com as entidades filiadas e vinculadas com sede no interior do Estado, mantendo estreito contato com a Vice-Presidência Técnica do Estado de São Paulo, bem como o custo de serviços disponibilizados a comunidade em geral;

ii - Instaurar estudos e propor medidas à Presidência ou à Diretoria visando o desenvolvimento do esporte no interior do Estado de São Paulo;

iii - Executar outras tarefas atribuídas pelo Presidente;

ART. 44 - Compete ao Vice-Presidente Financeiro:

i - Acompanhar os serviços relativos à administração econômica, financeira e patrimonial da FEXPAR;

ii - Auxiliar, em conjunto com o Presidente ou com o Vice-Presidente Administrativo, os cheques e documentos para movimentação de conta bancária ou os documentos que constituam obrigações financeiras;

iii - Supervisionar a elaboração do balanço anual e a previsão orçamentária de cada exercício;

iv - Coordenar, em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a aplicação de quaisquer outros atos de operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

v - Executar outras tarefas atribuídas pelo Presidente;

ART. 45 - Compete ao Vice-Presidente Técnico:

i - Coordenar as atividades técnicas, criadas as competições esportivas realizadas pela Execução das tarefas atribuídas pelo Presidente;

ii - Superintender as atividades relacionadas à arbitragem e treinamento técnico de atletas;

iii - Superintender os serviços de estatística e rating;

iv - Realizar estudos e propor medidas para a melhoria técnica do esporte, permanentemente;

v - Propor a Diretoria o calendário anual desportivo da FEXPAR;

vi - Executar outras tarefas atribuídas pelo Presidente;

CAPÍTULO VII - DA ORDEM DESPORTIVA

ART. 46 - Com o objetivo de manter a ordem desportiva, e respeito aos atos emanados de seus poderes internos e fazer cumprir os atos legalmente expedidos pelos órgãos ou representantes do Poder Público, a FEXPAR poderá aplicar as suas filiações, bem como as pessoas físicas ou jurídicas direta ou indiretamente a ela vinculadas, sem prejuízo das sanções de competência da Justiça Desportiva, as seguintes penalidades:

i - Advertência;

ii - Suspensão;

iii - Multa;

CONTROLE INTERNO
PAG 16



§ 1º - O Tribunal de Justiça Desportiva será composto por 7 (sete) auditores, indicados na forma do artigo 55 da Lei 9.615/98, com mandato de 2 (dois) anos, permitida apenas uma recondução.

§ 2º - Os membros do TJD serão obrigados a prestar o juramento em direito ou advogados, árbitros ou atletas.

ART. 52 - O TJD elegera o seu Presidente dentre seus membros e disporá sobre sua organização e funcionamento em Regimento Interno.

ART. 53 - O TJD funcionará 1 (um) ou mais Procuradores e 1 (um) Secretário nomeados pelo seu Presidente.

ART. 54 - Havendo vacância de cargo de auditor, membro efetivo do TJD, o seu Presidente deverá oferecer a entidade indicadora para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias promova a nomeação.

ART. 55 - Compete ao Presidente do TJD conceder licença temporária aos seus membros, nunca superior a 90 (noventa) dias.

SEÇÃO II - DA COMISSÃO DISCIPLINAR TEMPORÁRIA

ART. 56 - A Comissão Disciplinar (CD) órgão de primeira instância, para aplicação imediata das sanções decorrentes das denúncias ou documentos similares dos árbitros ou, ainda, decorrentes de infração ao regulamento da respectiva competição, serão compostas por 3 (três) auditores efetivos do TJD de livre nomeação do seu Presidente.

§ 1º - A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, em regular sessão de julgamento, aberta ao público com a presença da totalidade de seus membros.

§ 2º - Para entrar a sessão de julgamento por falta de número legal, poderá excepcionalmente naquela ocasião, ser convocado um representante indicado pela ordem dos advogados do Brasil para compor a Comissão Disciplinar.

ART. 57 - A Comissão Disciplinar elegera o seu Presidente dentre seus membros e disporá sobre a sua organização e funcionamento em Regimento Interno.

ART. 58 - Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso ao Tribunal de Justiça Desportiva.

CAPÍTULO IX - DAS COMPETIÇÕES OFICIAIS E ORGANIZADAS

ART. 59 - As entidades físicas e as pessoas físicas ou jurídicas vinculadas reconhecem a FEXPAR como entidade soberana de Administração de Desporto do Estado do Paraná, conforme definido pela Lei 9.615/98, competente para a organização, supervisão e controle das competições e demais eventos de xadrez dentro do território paranaense.

Parágrafo Único - O reconhecimento de que trata o presente artigo se faz sem prejuízo do disposto nos artigos 2º, § 9º, 4º e 5º deste estatuto, bem como das competências da Confederação Brasileira de Xadrez, do Comitê Olímpico Brasileiro, de outras entidades de administração de desporto integrantes dos sistemas brasileiro e paranaense do desporto, bem como dos poderes públicos competentes.



§ 1º - As sanções previstas neste artigo não prescindem do processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - As penalidades de que tratam os incisos IV e V deste artigo só serão aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva.

§ 3º - O inquérito administrativo será realizado por comissão nomeada pelo Presidente da FEXPAR e terá o prazo de 30 (trinta) dias para a sua conclusão.

§ 4º - O inquérito é posto de conclusão, será remetido ao Presidente que o submeterá a Diretoria.

§ 5º - Exaurindo-se os casos de interposição de recursos, as penalidades administrativas aplicadas pelo poder competente da FEXPAR só poderão ser comutadas ou anistadas pelo próprio poder que as aplica.

§ 6º - Salvo disposição legal ou estatutária em contrário, o prazo para interposição de recursos é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da ciência da decisão pelo interessado ou da sua publicação em meio de divulgação previamente estabelecido para a divulgação das decisões da FEXPAR pela Diretoria.

ART. 47 - Nos casos de impugnação comprovada, e em caráter preventivo, a Diretoria da FEXPAR decidirá sobre o afastamento de entidade filiada ou de qualquer pessoa física ou jurídica direta ou indiretamente vinculada à FEXPAR, que infraja ou fuja que sejam infringidas as normas constantes deste estatuto, as da Confederação Brasileira de Xadrez, as do Comitê Olímpico Brasileiro, bem como a legislação brasileira.

ART. 48 - A FEXPAR não reconhecerá como válidas as disposições que regem a organização e o funcionamento das entidades filiadas ou das pessoas jurídicas vinculadas, direta ou indiretamente, quando conflitantes com as normas estabelecidas neste estatuto.

CAPÍTULO VIII - DA JUSTIÇA DESPORTIVA

ART. 49 - A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e as competições desportivas, serão definidas de acordo com o disposto especificamente na Lei 9.615/98 e no Decreto 2.574/98 que a regulam.

ART. 50 - É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros dos Conselhos Deliberativos das entidades de prática desportiva.

SEÇÃO - DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA

ART. 51 - Ao Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) unidade autônoma e independente, compete processar e julgar, em última instância, as questões decorrentes de desvirtuamento de normas relativas à disciplina e as competições, ressalvados os pressupostos processuais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 2º da Constituição Federal.

ART. 52 - O Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) será composto por 7 (sete) auditores, indicados na forma do artigo 55 da Lei 9.615/98, com mandato de 2 (dois) anos, permitida apenas uma recondução.

ART. 53 - Os membros do TJD serão obrigados a prestar o juramento em direito ou advogados, árbitros ou atletas.

ART. 54 - Havendo vacância de cargo de auditor, membro efetivo do TJD, o seu Presidente deverá oferecer a entidade indicadora para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias promova a nomeação.

ART. 55 - Compete ao Presidente do TJD conceder licença temporária aos seus membros, nunca superior a 90 (noventa) dias.

SEÇÃO II - DA COMISSÃO DISCIPLINAR TEMPORÁRIA

ART. 56 - A Comissão Disciplinar (CD) órgão de primeira instância, para aplicação imediata das sanções decorrentes das denúncias ou documentos similares dos árbitros ou, ainda, decorrentes de infração ao regulamento da respectiva competição, serão compostas por 3 (três) auditores efetivos do TJD de livre nomeação do seu Presidente.

§ 1º - A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, em regular sessão de julgamento, aberta ao público com a presença da totalidade de seus membros.

§ 2º - Para entrar a sessão de julgamento por falta de número legal, poderá excepcionalmente naquela ocasião, ser convocado um representante indicado pela ordem dos advogados do Brasil para compor a Comissão Disciplinar.

ART. 57 - A Comissão Disciplinar elegera o seu Presidente dentre seus membros e disporá sobre a sua organização e funcionamento em Regimento Interno.



ART. 60 - São consideradas comissões oficiais da FEXPAR aquelas que, em uma ou mais filiações, exercem a função de título de campeão paranaense, em cada uma das categorias regulamentadas, bem como todas aquelas organizadas sob a supervisão direta da FEXPAR, cujos dirigentes de hierarquia da Diretoria.

ART. 61 - São consideradas comissões oficiais da FEXPAR, aquelas realizadas pelas entidades filiadas ou pessoas jurídicas diretamente ou indiretamente, a FEXPAR, cujos dirigentes de hierarquia da Diretoria.

ART. 62 - A utilização dos termos "paranaense", "estadual" e similares na composição da denominação de competições ou outros eventos de xadrez só pode ser feita mediante a autorização expressa da FEXPAR, cabendo a aplicação do disposto no artigo 58 aos infratores.

ART. 63 - Cabe à Diretoria da FEXPAR instituir os Regulamentos e demais normas acessórias sobre a organização, a supervisão e o funcionamento das competições e demais eventos de xadrez, observados os regulamentos da FIDE e CBX.

ART. 64 - Ao organizar as suas competições, a FEXPAR poderá determinar a aplicação de medidas disciplinares automáticas, com o objetivo de facilitar e viabilizar o enquadramento das infrações ocorridas durante as mesmas.

Parágrafo Único - Para a aplicação de medidas disciplinares automáticas, estas deverão estar regulamentadas no regulamento da respectiva competição e obedecer as penas previstas no § 1º do artigo 53 da Lei nº 9.615/98.

CAPÍTULO X - DAS ENTIDADES FILIADAS

ART. 65 - Poderá se filiar a FEXPAR, observadas as condições estabelecidas neste estatuto, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que, dentre seus objetivos sociais, tenha um dos seguintes:

- 1 - Assegurar a xadrez em uma determinada cidade ou região pertencente ao Estado do Paraná ou;
- 2 - Promover a prática do xadrez, em qualquer de suas modalidades, entre seus membros ou associados.

§ 1.º - Para a finalidade deste artigo, a pessoa jurídica de que trata o inciso I acima deverá possuir a denominação de clube, acompanhado do nome ou qualificativo da respectiva cidade ou região em que atua.

§ 2.º - Para cada cidade ou região a FEXPAR só poderá dar filiação a uma única Liga.

§ 3.º - Para a finalidade deste artigo, a pessoa jurídica de que trata o inciso II acima deverá possuir a denominação de associação, clube, ou equivalente que a caracterize com entidade de prática desportiva.

ART. 66 - São condições para filiação:

Requerer a filiação declarando o reconhecimento da FEXPAR como entidade soberana de administração do xadrez no Estado do Paraná e o cumprimento do presente estatuto.

2ª COPIA DESTA ATUAÇÃO
Requerer a filiação declarando o reconhecimento da FEXPAR como entidade soberana de administração do xadrez no Estado do Paraná e o cumprimento do presente estatuto.
Rua 10 de Novembro, 329 - Curitiba - PR
(041) 3226-095 - Curitiba - PR



1 - Poderá possuir personalidade jurídica de direito privado e se enquadrar nas disposições do artigo 65.

2 - Possuir estatuto de compatível com o estatuto da FEXPAR e com a legislação vigente no Brasil.

3 - A pessoa de Liga estar em condições de administrar, de fato e com eficiência, o xadrez na respectiva cidade ou região.

4 - No caso de entidade de prática desportiva, estar em condições de proporcionar a prática do xadrez entre seus membros ou associados.

5 - Possuir Diretoria Técnica, devendo o requerimento de filiação ser firmado por pessoa física legal.

6 - Não obter a FEXPAR as taxas que forem fixadas para os procedimentos de filiação.

7 - No caso de Liga, encaminhar relação das pessoas físicas e jurídicas que tenham sido filiadas ou associadas.

8 - No caso de Liga, comprovar atividades que permitam caracterizar os estabelecidos no respectivo estatuto.

9 - No caso de entidade de prática desportiva, encaminhar a relação das instalações e material existente para a prática do xadrez.

ART. 67 - São condições de manutenção da filiação, além das estabelecidas nos artigos 65 e 66, ainda as seguintes:

1 - Cumprir as disposições deste estatuto.

2 - Pagar o pagamento da taxa e contribuições estabelecidas pela FEXPAR, dentro do prazo de quarenta dias da sua cobrança.

3 - No caso de Liga, realizar competições e outras atividades de xadrez de forma regular durante o ano.

4 - Participar anualmente de pelo menos uma competição oficial da FEXPAR ou oficializada pela FEXPAR.

ART. 68 - Quando em qualquer cidade ou região existir mais de uma Liga pretendendo administrar e implementar o xadrez local, a FEXPAR, a requerimento de uma delas, poderá, se julgar necessário, mandar proceder a qualquer ato de apuração de quem tem direito a ser reconhecida e filiada, observando as condições estabelecidas nos artigos 65 e 66 acima.

ART. 69 - Cabe à Diretoria da FEXPAR instaurar processo administrativo, com a observância do disposto no artigo 40, para a desfiliação de entidade que não cumpre o estabelecido no artigo 65 ou 67 deste estatuto.

CAPÍTULO XI - DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS VINCULADAS

ART. 70 - Podem ser vinculadas a FEXPAR, por solicitação do interessado mediante aprovação da Assembleia Geral, como entidades vinculadas estaduais as pessoas jurídicas que possuam

2ª COPIA DESTA ATUAÇÃO
Requerer a vinculação declarando o reconhecimento da FEXPAR como entidade soberana de administração do xadrez no Estado do Paraná e o cumprimento do presente estatuto.
Rua 10 de Novembro, 329 - Curitiba - PR
(041) 3226-095 - Curitiba - PR





§ 2.º - A concessão destes títulos é de competência da Assembleia Geral mediante proposta fundamentada da Direção.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO, RECEITAS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

— Por tais dotações em bens móveis e imóveis e em dinheiro, que lhe forem concedidas,

• Por contribuições, doações auxílios, subvenções e legados que lhe venham a ser feitos;

A = Os troféus e prêmios recebidos e tornados manenhavos.

As provenientes da administração do seu patrimônio,

As contribuições a qualquer título, que lhe forem feitas por pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou não no Brasil,

Art. 1.º As provenientes de contratos, convênios, acordos ou similares firmados com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, dentro do cumprimento de suas atividades, e com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, dentro do cumprimento de suas atividades sociais.

10 - As decorrentes da realização de suas atividades, dentro de suas finalidades sociais;

Qutris recitas eventuais.

ART. 77 – O patrimônio e as receitas da FEXPAR, bem como todos os seus recursos e os excedentes, tanto estes, serão aplicados exclusivamente para manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais, definidos neste estatuto.

CAPÍTULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Legislação aplicável – A LOPAP não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio (recursos ou excedentes financeiros, a título de lucro, vantagem, bonificação ou de participação), a nenhum dirigente ou a pessoa física ou jurídica filiada ou vinculada.

ART. 78 – O exercício financeiro coincide com o ano civil e compreende fundamentalmente a execução do orçamento.

ART. 79 - Os direitos e deveres das entidades filiadas e das pessoas físicas e jurídicas vinculadas são constantes neste estatuto, no Regimento Geral e nos demais regulamentos da CPAP.

ART. 80. As cores da EFVAP são o branco e o verde, sendo que o emblema é baseado na cor verde, a qual foi sempre considerada-se num retângulo em forma de bandeira do Paraná, compondo-se pelas letras EFVAP em preto.

ART. 81 - O uniforme dos encadistas e dirigentes será nas cores da FEXPAR, trazendo no peito o respectivo emblema, conforme descrito no artigo 80.

1



ART. 82 – As entidades filiadas e as demais pessoas físicas e jurídicas vinculadas direta ou indiretamente, não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo Único – Este artigo se aplica também aos membros dos poderes e órgãos acessórios da FEXPAR, ressalvado o disposto na legislação em vigor e a responsabilidade e obrigações originárias do não cumprimento das disposições deste estatuto.

ART. 83 – As entidades de prática desportiva que se afiliarem até o dia 30 de maio de 1997 são consideradas Fundadoras da FEXPAR.

ART. 84 – A FEXPAR só poderá ser dissolvida mediante deliberação da Assembleia Geral, pelo voto favorável de pelo menos dois terços das entidades filiadas, cabendo à mesma determinar o destino de seus bens.

ART. 85 – Ficam fazendo parte integrante deste estatuto, e no que ao mesmo se aplicar, as disposições contidas na Lei 9.615 de 24/03/1998 e no Decreto 2.574 de 29/04/1998.

Pirai do Sul, 14 de julho de 2019.


Paulo Virgílio Rios Rodriguez

Presidente da AGE – FEXPAR


Alexandre Zampier Botelho dos Santos

Secretário da AGE – FEXPAR

1 SERVIÇO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS FÍSICAS
JOSÉ MENDES CAMARGO - 19999

Rua Marechal Bordenave, 889 - 1º andar
41.500-000 Curitiba - PR - Tel.: (41) 3014-1007
www.furapen.com.br

PROTOCOLADO SOB N.º 958.855
REGISTRADO E MICROFILMADO SOB N.º 1.165.987
AVERBADO A MARGEM DO N.º DE ORDEM 15.585 Livro "A"
Curitiba - PR - 10 de setembro de 2019

José Mendes Camargo - Michelle Mendes Camargo
Doutor José Audrey Mansur Rejm. Diomar Ajala Baliero

Selo foi emitido na 1ª via, conforme a Lei nº 13.226 do FURAPEN SELO
1017A, em QUINQUA, RT-T-N-BTD-X, Controle: PORGE-18Vr2
Válida neste selo em <https://furapen.com.br>


Suelen Gomes
Adoçada
OAB/PR 83.883

2ª via do Protocolo
Nº 958.855 - 1ª via - 10/09/2019
Nº 1.165.987 - 1ª via - 10/09/2019
Nº 15.585 - 1ª via - 10/09/2019
Nº 15.585 - 1ª via - 10/09/2019
Nº 15.585 - 1ª via - 10/09/2019





FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ - FEXPAR

Endereço: Rua Duque de Caxias, 1368 - Anexo ao Ginásio Chico Netto, Município de Maringá, Estado do Paraná, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Indústria e Comércio na quarta-feira, 13 de novembro de 2019, página 15, quinta a domingo, 14 a 17 de novembro de 2019, página 22 e segunda-feira, 18 de novembro de 2019, página 14, bem como divulgado no dia 12 de novembro de 2019 no site internet oficial da FEXPAR (www.fexpar.org.br) com o seguinte teor: "Edital de Convocação" -

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ - FEXPAR REALIZADA EM 13/12/2019

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação de Xadrez do Paraná - FEXPAR, no Clube de Xadrez de Maringá, situado na Rua Duque de Caxias, 1368 - anexo ao Ginásio Chico Netto, município de Maringá, Estado do Paraná, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Indústria e Comércio na quarta-feira, 13 de novembro de 2019, página 15, quinta a domingo, 14 a 17 de novembro de 2019, página 22 e segunda-feira, 18 de novembro de 2019, página 14, bem como divulgado no dia 12 de novembro de 2019 no site internet oficial da FEXPAR (www.fexpar.org.br) com o seguinte teor: "Edital de Convocação" -

Assim sendo a Assembleia Geral das entidades filiadas à Federação de Xadrez do Paraná (FEXPAR) em dia com as obrigações estatutárias convocadas para participar da Assembleia Geral, a ser realizada no dia 13 de dezembro de 2019, às 10h00min, no Clube de Xadrez de Maringá, situado na Rua Duque de Caxias, 1368 - anexo ao Ginásio Chico Netto, município de Maringá - PR, para tratar da seguinte pauta: 1 - Eleição do presidente da Federação de Xadrez do Paraná; 2 - Eleição da diretoria da Federação de Xadrez do Paraná; 3 - Nomeação dos Vice-presidentes; 4 - Eleição dos membros do conselho fiscal; 5 - Planejamento Estratégico; 6 - Demais assuntos pertinentes à entidade. Não havendo quórum em primeira convocação, a Assembleia se instalará em segunda convocação às 11h00min do dia 13 de dezembro de 2019, com qualquer número de filiados. As inscrições de placas para as eleições deverão ser feitas até as 17h00min do dia 4 de dezembro de 2019, na secretária do Clube de Xadrez Erbo Stenzel, cumpridas as obrigações estatutárias de praxe. Na data de publicação desse edital as entidades filiadas com direito a voto na pessoa de seus representantes legais ou representantes delegados são: AMX - FECAM, Associação Cascavelense dos Esportistas Amadores, Betão Clube de Xadrez, Clube Beta de Xadrez, Clube de Xadrez Colegiado Integração, Clube de Xadrez de Curitiba, Clube de Xadrez de Ibiporã, Clube de Xadrez de Maringá, Associação de Xadrez de São José dos Pinhais, Clube de Xadrez Erbo Stenzel (FCC), Clube Escolar SEPAM, Clube XadrezFoz, Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), Instituto José Gonzaga Vieira, Ponta Lagoa (CXP) e União Esportiva Xadrez Pira - Curitiba. 13 de novembro de 2019. Paulo Virgílio Rios Rodriguez - Presidente FEXPAR. Não se verificando quórum para a instalação da Assembleia em primeira convocação às 10h, a mesma foi instalada em segunda convocação às 11h com as seguintes presenças de representantes dos filiados com direito a voto: Jomar Egoroff, representante do Clube de Xadrez de Maringá; William Ferreira da Cruz, representante da Associação de Xadrez de São José dos Pinhais; Lucas Silvestre Borges, representante do Clube Escolar SEPAM; Alexandre Zambier Botelho dos Santos, representante do Clube de Xadrez Erbo Stenzel (FCC); Carlos Martins, representante do Instituto José Gonzaga Vieira; Adyr Rogério Caçador, representante do Clube de Xadrez de Curitiba e Paulo Virgílio Rios Rodriguez, representante através de procuração da AMX - FECAM, Associação Cascavelense dos Esportistas Amadores, Betão Clube de Xadrez e Ponta Lagoa (CXP). A assembleia contou ainda com a presença de Tayra Maria Cecília Tavares, representante da Comissão de Xadrez Feminino e presidente do Clube de

home page: www.texacoil.com



Xadrez de Paranavaí e Alvaro Alves de Almeida Junior, Lucas Henrique da Silva e Pablo Alejandro Acosta, representantes da comissão de atletas. Registraram presença sem direito a voto Alanna Gler, Rodrigo Zacarias e Adriano Franco Ramazzote, representante do Clube de Xadrez Arapongas. A Assembleia foi aberta em segunda convocação, às 11:00 horas, sob a presidência de Alexandre Zampier Botelho dos Santos e sendo designado para secretariar os trabalhos o Sr. Rodrigo Zacarias. Passando para a discussão do primeiro item da pauta que é a eleição do Presidente da FEXPAR para o quadriênio de 2020 a 2024. O Presidente da Assembleia informou que apenas o Sr. Paulo Virgilio Rios Rodriguez havia se registrado como candidato ao cargo, e em vista disso consultou os presentes se concordavam em proceder a eleição por aclamação. Com a concordância de todos os presentes, sob salva de palmas foi eleito por aclamação o Sr. PAULO VIRGILIO RIOS RODRIGUEZ como Presidente da FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ – FEXPAR, sendo que o mesmo será empossado no cargo ao término do mandato vigente e para exercer o mandato de quatro anos, com início na data de 1 de março de 2020 e término na data de 1 de março de 2024. Tomando a palavra, o Presidente recém reeleito agradeceu a todos pela confiança depositada e fez uma breve explanação dos seus planos de gestão. Em seguida, passando ao item dois da pauta, foram eleitos por unanimidade a diretoria da FEXPAR sendo que o novo Presidente da FEXPAR apresentou para a homologação da Assembleia os nomes dos Vice-Presidentes para a gestão 2020-2024: Vice-Presidente Financeiro: ALEXANDRE ZAMPIER BOTELHO DOS SANTOS; Vice-Presidente Administrativo: LUCAS SILVESTRE BORGES; Vice-Presidente do Interior: DULCINEIA BETTI; Vice-Presidente Técnico: RODRIGO ZACARIAS. Feita a apresentação dos Vice-Presidentes, colocou-se para deliberação da Assembleia a homologação dos nomes indicados, ficando aprovado por unanimidade a homologação dos referidos Vice-Presidentes. A posse dos Vice-Presidentes será realizada pelo Presidente Paulo Virgilio Rios Rodriguez, sendo que os mesmos exercerão mandato coincidente com o do Presidente. Passando ao item quarto da ordem do dia, foram eleitos por unanimidade os Membros do Conselho Fiscal o Sr. William Ferreira da Cruz e para suplente de auditor o Sr. Wilson da Silva. Isto feito, passou-se à discussão do item quinto da ordem do dia, Planejamento Estratégico, foi definido que serão criadas Comissões para tratar de assuntos pertinentes às prioridades de trabalho da FEXPAR, que serão definidas pela comunidade enxadrística paranaense. O Presidente eleito destacou as prioridades da sua nova gestão que será orientado pelas metas e interesses definidos por cada uma das novas comissões. O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e declarou a Assembleia encerrada às doze horas e vinte minutos, da qual para constar lavrou-se a presente ata. Maringa, 13 de dezembro de 2019.

Alexandre Zampier Boteinho dos Santos
Presidente da Assembleia

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mat. Deodoro, 320 - Sala 504
 (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Rodrigo Zacarias
 Rodrigo Zacarias
 Secretário da Assembleia



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE XADREZ ESCOLAR
DECLARAÇÃO

A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE XADREZ ESCOLAR, inscrita no CNPJ/MF sob 08.890.639/0001-00, na Rua Constância Rita do Carmo, 313 – Sertãozinho – Matinhos – PR – CEP 83.260-000, vem por meio desta, declarar que a FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ – FEXPAR, esta regularmente filiada a esta Confederação, em dia com suas obrigações federativas e é a entidade Federativa oficial no âmbito do Estado do Paraná.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Matinhos, 17 de janeiro de 2023.

Marcus Vinicius Lobo

CBXE - Confederação Brasileira de Xadrez Escolar

RG 1.863.274-8

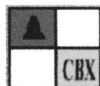
CPF 500.364.089-72

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE
XADREZ ESCOLAR**

CBXE

Rua Constância Rita do Carmo, 313 – Sertãozinho
– Matinhos – PR CEP 83.260-000

CNPJ 08.890.639/0001-00



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE XADREZ

ESTATUTO

(Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 25/04/2009)



CAPÍTULO I - DA ENTIDADE E DOS SEUS FINS

Art. 1º - A Confederação Brasileira de Xadrez, neste estatuto designada pela sigla **CBX**, fundada sob a denominação de Federação Brasileira de Xadrez em 6 de novembro de 1924 e reconhecida pelo Decreto Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941, é uma pessoa jurídica de direito privado, na forma do art. 44, I do Código Civil Brasileiro, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônios próprios, sendo constituída, na forma prevista neste estatuto, pelas pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades dentro do território brasileiro com um, ou mais, dos seguintes objetivos: a prática; a organização; a promoção; a administração e o desenvolvimento do xadrez.

Art. 2º - A CBX está filiada à Federação Internacional de Xadrez (denominada *Fédération Internationale des Échecs*, em francês), neste estatuto designada pela sigla **FIDE**, a quem representa no Brasil e cujo estatuto e regulamentos aceita e se obriga a cumprir.

Art. 3º - A CBX está vinculada ao Comitê Olímpico Brasileiro, neste estatuto designado pela sigla **COB**, cujo estatuto e regulamentos aceita e se obriga a cumprir.

Art. 4º - O desporto brasileiro, no âmbito das práticas formais, é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, que deverão ser aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme estabelecido no § 1º da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto.

Parágrafo Único - A CBX integrará o sistema nacional do desporto, como entidade nacional de administração do xadrez, gozando de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, que é estabelecida pelo presente estatuto, conforme o disposto no inciso I, do Art. 217, da Constituição Federal e na Lei 9.615 de 24 de março de 1998.

Art. 5º - O xadrez é um dos mais antigos esportes intelectivos e é conceituado pela CBX, para efeito do cumprimento das finalidades sociais estabelecidas no Art. 9º deste estatuto, em seus aspectos mais amplos de desporto, de educação e de cultura.

§ 1º Na CBX estarão integradas todas as especialidades ou modalidades de xadrez praticadas no território brasileiro que sejam reconhecidas ou aceitas pela FIDE.

§ 2º A CBX poderá delegar a administração, no todo ou em parte, de uma ou mais das especialidades ou modalidades reconhecidas de xadrez à outras organizações nacionais, por deliberação da Assembleia Geral.

Art. 6º - A CBX terá duração por prazo ilimitado.

Pág. 1

XVII - realizar ou incentivar medidas para a manutenção e recuperação da memória histórica do xadrez brasileiro;

XVIII - incentivar a produção de material técnico e didático sobre xadrez;

XIX - promover o registro de competições e demais atividades de xadrez realizadas em território brasileiro, conforme for estabelecido neste estatuto ou em regulamento próprio;

XX - conceder títulos, diplomas e prêmios relacionados com às atividades de xadrez, bem como aqueles de natureza honorífica, na forma estabelecida neste estatuto ou nos regulamentos específicos;

XXI - promover, direta ou indiretamente, a capacitação de enxadristas, técnicos, instrutores, árbitros e demais pessoas envolvidas com as atividades do xadrez em nível nacional;

XXII - interceder, perante os poderes públicos e em empresas privadas, em defesa dos direitos e dos interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas que integram;

XXIII - praticar as ações de ordem administrativa, econômica, financeira, técnica, promocional e outras, que contribuam para o cumprimento das finalidades estabelecidas neste artigo.

Art. 10 - A CBX, conforme estabelecido no Art. 9º, tem por objeto de atuação as atividades de xadrez, não se envolvendo em manifestações ou posições políticas fora do âmbito desportivo.

Art. 11 - A CBX é constituída dentro de bases democráticas, não admitindo qualquer tipo de discriminação por motivo de nascimento, raça, sexo, religião, opinião ou quaisquer outras circunstâncias pessoais ou sociais.

CAPÍTULO II - DOS PODERES E DA ADMINISTRAÇÃO DA CBX

Art. 12 - São poderes da CBX:

I - a Assembleia Geral;

II - a Presidência;

III - a Diretoria.

§ 1º O Conselho Fiscal é órgão assessor da Assembleia Geral.

§ 2º O Conselho Consultivo é órgão assessor da Presidência.

Art. 13 - São órgãos autônomos e independentes dentro da estrutura da CBX, os referentes à Justiça Desportiva que são:

I - Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Xadrez;

II - Comissão Disciplinar.

Art. 14 - A organização, o funcionamento e a administração da CBX obedece ao disposto neste estatuto, bem como o estabelecido nos regulamentos e outros atos acessórios expedidos pelos poderes e órgãos da CBX, no âmbito de suas atribuições.

Pág. 3

Art. 7º - A CBX terá sede e foro na cidade de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, podendo manter sub-sedes ou escritórios de representação em outras localidades.

Art. 8º - A personalidade jurídica da CBX é distinta das pessoas físicas e jurídicas que a compõe, sendo representada, em juízo ou fora dele, pelo Presidente da CBX ou seu substituto legal.

Art. 9º - As finalidades da CBX são:

I - administrar o xadrez no Brasil, em todas as suas modalidades e manifestações;

II - difundir, incentivar e desenvolver o xadrez no território brasileiro, em todas as suas modalidades (alto nível, educacional, pedagógico, etc) e manifestações;

III - dirigir a prática do xadrez em nível nacional, estabelecendo os regulamentos e condições que forem necessários para a sua boa organização e realização;

IV - promover, direta ou indiretamente, competições, exibições, jogos e outras atividades de xadrez, bem como fomentar a prática do xadrez de caráter comunitário e social;

V - promover, direta ou indiretamente, cursos e outras atividades visando o aprimoramento técnico do xadrez brasileiro;

VI - representar o xadrez brasileiro no exterior, ressalvadas as competências do COB e do governo brasileiro;

VII - cumprir e fazer cumprir pelas pessoas físicas e jurídicas que a integram, direta ou indiretamente, os estatutos, regulamentos e demais atos da FIDE e do COB;

VIII - decidir sobre a promoção de competições, exibições e jogos de xadrez de natureza internacional, nacional ou interestadual, pelas Federações filiadas e pelas entidades, direta ou indiretamente, vinculadas ou associadas;

IX - decidir sobre a participação das Federações filiadas e das pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente vinculadas ou associadas, nas competições de natureza internacional, realizadas no Brasil ou no exterior;

X - estabelecer diretrizes, normas e regulamentos visando o exercício da direção, a organização, a disciplina e o desenvolvimento das atividades de xadrez em território brasileiro, às quais deverão ser cumpridas por todas as pessoas físicas e jurídicas integrantes, direta ou indiretamente, da CBX;

XI - estabelecer acordos, convênios e contratos com pessoas físicas e com pessoas jurídicas de direito público ou privado, do Brasil e do exterior, visando o cumprimento dos objetivos da CBX;

XII - representar o xadrez brasileiro junto aos poderes públicos e à sociedade em geral;

XIII - colaborar no desenvolvimento das Federações filiadas;

XIV - zelar pela harmonia entre as pessoas físicas e jurídicas integrantes, direta ou indiretamente, da CBX, tomando as medidas que forem convenientes para isso;

XV - manter publicações especializadas e divulgar informações de ordem técnica e administrativa de interesse da comunidade enxadrística, inclusive através de meios eletrônicos e da internet;

XVI - promover, direta ou indiretamente, a elaboração de registro e levantamento de dados, das estatísticas e de trabalhos técnicos referentes às atividades de xadrez;

Pág. 2

Art. 15 - São inelegíveis para o desempenho de funções e cargos eletivos nos poderes da CBX, mesmo os de livre nomeação, conforme o estabelecido no inciso II do art. 23 da Lei 9.615/98, a pessoa física:

I - condenada por crime doloso em sentença definitiva;

II - inadimplente na prestação de contas de recursos públicos, em decisão administrativa definitiva;

III - inadimplente na prestação de contas da CBX;

IV - afastada de cargo eletivo ou de confiança da CBX em virtude de gestão patrimonial e financeira irregular ou temerária na CBX;

V - inadimplente das contribuições previdenciárias e trabalhistas;

VI - falida;

VII - que estiver cumprindo penalidades impostas pelos órgãos de justiça desportiva ou pelo COB.

Art. 16 - Somente poderão ocupar os cargos de Presidente da CBX, de membros do Conselho Fiscal e do Tribunal de Justiça Desportiva, os cidadãos brasileiros, natos ou naturalizados, maiores de 21 (vinte e um) anos.

Art. 17 - Os membros dos poderes da CBX não serão, de qualquer forma, remunerados pelo exercício dos cargos que ocuparem.

Art. 18 - Não é permitida a acumulação de cargos ou função nos poderes administrativos da CBX e de suas filiadas, exceção feita aos membros do Conselho Deliberativo das Entidades de prática desportiva ou de suas Assembleias Gerais, aos membros do Conselho Consultivo da CBX e aos diretores regionais subordinados à Vice Presidência de Relações Internacionais da CBX.

Art. 19 - O membro de qualquer poder da CBX não poderá licenciar-se do exercício do cargo, por prazo superior a 90 (noventa) dias, exceto com a concordância da Assembleia Geral.

Art. 20 - Quando ocorrer vaga de membro eleito para qualquer um dos poderes da CBX, o seu substituto completará o tempo restante do mandato, observado no caso da Presidência o disposto no artigo 36.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 21 - A Assembleia Geral é formada pelas Federações filiadas, sendo o poder máximo da CBX em todas as matérias, exceto naquelas estabelecidas pela legislação em vigor como de competência da justiça desportiva.

§ 1º - Cada Federação filiada terá direito a um voto, cumpridas as disposições legais e estatutárias.

§ 2º - As Federações filiadas com direito a voto, serão representadas pelos seus respectivos Presidentes ou substitutos legais, ou por pessoa física devidamente credenciada mediante procuração.

Pág. 4

§ 3º - Somente poderão participar das Assembleias Gerais com direito a voto as Federações filiadas que:

I - contarem, no mínimo, com um ano de filiação, salvo os casos de fusão ou desmembramento, quando a entidade da qual foi desmembrada ou com a qual se fundiu, já seja filiada há mais de um ano, contado da data da Assembleia a ser realizada;

II - comprovarem o pagamento da anuidade de filiação e demais taxas devidas à CBX;

III - estejam em condições legais de funcionamento;

IV - estejam com a documentação atualizada - Estatuto e Atas de Eleição - arquivada na CBX;

V - figurarem na relação das Federações filiadas com direito a voto, que deverá ser publicada juntamente com o Edital de Convocação da Assembleia Geral e tenham atendido às exigências legais e estatutárias;

VI - tenham promovido, no mínimo, um campeonato oficial ou oficializado no ano anterior ao da realização da Assembleia Geral, devidamente registrado na CBX, conforme estabelecido no inciso IV do artigo 75.

Art. 22 - As Assembleias Gerais podem ser Ordinárias ou Extraordinárias, conforme as seguintes disposições:

I - Será considerada Assembleia Geral Ordinária aquela que se realizar no primeiro quadrimestre de cada ano, com o objetivo principal de deliberar sobre as contas, com o parecer do Conselho Fiscal, e o relatório de atividades do ano anterior, conforme estabelecido no inciso I do artigo 23.

II - Será considerada Assembleia Geral Ordinária aquela que se realizar a cada 04 (quatro) anos, no mês de dezembro, com o objetivo principal de eleger o Presidente e os membros do Conselho Fiscal, bem como homologar a nomeação dos Vice-Presidentes da CBX, conforme estabelecido no inciso II do artigo 23.

III - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão todas aquelas que não se enquadrem nos incisos I e II acima.

§ 1º - Nas Assembleias Gerais além dos assuntos colocados na pauta principal para deliberação, haverá uma seção de comunicações e uma de leitura e aprovação de ata(s) quando for o caso.

§ 2º - Além do definido nos incisos I e II acima, da pauta das Assembleias Gerais Ordinárias poderão constar as matérias de que tratam os incisos IV, IX, X, XII, XIII, XVI, XVII e XVIII do artigo 23, devendo todos os demais assuntos ser objeto de Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 23 - Compete à Assembleia Geral:

I - deliberar sobre o relatório anual de atividades da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do exercício anterior;

II - eleger o Presidente da CBX e os membros do Conselho Fiscal da CBX, bem como homologar as indicações dos Vice-Presidentes realizada pelo Presidente da CBX;

Pág. 5

§ 2º - No caso das eleições para os poderes da CBX, de que trata o inciso II do artigo 23, deverá ser procedida por três vezes a publicação do edital em jornal de circulação diária, sendo a primeira com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, bem como observadas as disposições pertinentes estabelecidas pelo artigo 22 da Lei Federal 9.615 de 24 de março de 1998 e pelo artigo 24 do Decreto Federal 2.574 de 29 de abril de 1998.

§ 3º - Ainda no caso de eleições para os poderes da CBX, de que trata o inciso II do artigo 23, deverá constar do edital a data limite, o local e horário no qual poderão ser feitas as inscrições de candidatos, que deverão ser procedidas mediante apresentação de chapa completa a todos os cargos a serem preenchidos na respectiva eleição.

§ 4º - A data limite que trata o § 3º deste artigo deverá ser de 07 (sete) dias úteis contados da data marcada para a respectiva Assembleia Geral eleitoral.

Art. 25 - As Assembleias Gerais se instalarão, em primeira convocação, com a presença mínima da maioria dos seus componentes e, em segunda convocação, uma hora depois, com um mínimo de 3 (três) federações filiadas.

§ 1º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria simples de votos, exceto nas situações estabelecidas neste estatuto que requeiram outra percentagem de votos.

§ 2º - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre os assuntos constantes no respectivo Edital de Convocação.

§ 3º - O Presidente da CBX, ou seu substituto legal, presidirá as Assembleias Gerais, sem direito a voto, exceto na deliberação sobre as matérias previstas nos incisos II, VII e VIII do artigo 23, quando a Assembleia Geral deverá ser presidida por um membro eleito pela maioria simples dos seus membros.

Art. 26 - Caberá ao Presidente da CBX e à Assembleia Geral, no que couber, garantir que o processo eleitoral instaurado para a eleição do Presidente da CBX e dos membros do Conselho Fiscal assegure:

I - a constituição da respectiva Assembleia Geral como previsto no artigo 21 deste estatuto;

II - defesa prévia, no caso de impugnação, do direito de participar da eleição;

III - eleição convocada com a observância do § 2º do artigo 24 deste estatuto;

IV - sistema de recolhimento de votos imune à fraude;

V - acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.

§ 1º - É de competência da Assembleia Geral estabelecer os procedimentos relacionados à eleição dos membros dos poderes da CBX que serão adotados durante a realização da mesma.

§ 2º - As inscrições de candidatos para as eleições serão procedidas mediante a inscrição de chapa completa para os cargos em disputa com prazo limite de, no mínimo, sete dias úteis da data estabelecida para a realização da respectiva Assembleia Geral na qual será realizada a eleição.

Art. 27 - Todos os integrantes da Assembleia Geral terão acesso irrestrito aos documentos, às informações e aos comprovantes de despesas das contas de que trata o inciso I do artigo 23.

Pág. 7

III - alterar o presente estatuto, no todo ou em parte, mediante o voto de maioria simples das Federações filiadas que preencham as condições estabelecidas no § 3º do artigo 21, por proposta da Diretoria da CBX ou por requerimento da maioria das Federações filiadas;

IV - deliberar sobre a concessão de títulos honoríficos, conforme estabelecido neste estatuto;

V - autorizar o Presidente da CBX a adquirir, alienar ou empenhar bens imóveis, mediante proposta da Diretoria acompanhada de parecer do Conselho Fiscal;

VI - autorizar o Presidente da CBX a contratar empréstimos financeiros ou realizar operações de crédito junto a instituições financeiras que ultrapassem, durante o exercício financeiro, o valor equivalente a 100 (cem) salários mínimos vigentes no país;

VII - processar e julgar, por infração deste estatuto ou da lei, qualquer dos membros dos poderes da CBX estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12, mediante a instalação de processo administrativo regular que garanta ampla defesa;

VIII - cassar mandato de qualquer membro dos poderes estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12, por consequência da aplicação do inciso VII deste artigo, mediante o voto favorável de dois terços de seus membros;

IX - delegar poderes especiais ao Presidente da CBX;

X - instituir Comissões e grupos de trabalho para a elaboração de propostas ou atividades relacionadas às finalidades da CBX estabelecidas pelo artigo 9º;

XI - atuar como instância máxima de recurso da CBX, exceto nas matérias a cargo da Justiça Desportiva;

XII - estabelecer o Regimento Geral da CBX e outras normas complementares a este estatuto;

XIII - deliberar, mediante proposta da Diretoria, sobre a filiação de Federação à CBX, bem como sobre a vinculação de entidade nacional;

XIV - deliberar sobre a desfiliação de Federação e sobre desvinculação de entidade nacional, mediante processo prévio instaurado pela Diretoria e de acordo com o presente estatuto;

XV - aprovar, mediante proposta da Diretoria, as taxas e contribuições a serem pagas pelas Federações filiadas e pelas pessoas físicas e jurídicas vinculadas, bem como o custo de serviços disponíveis à comunidade em geral;

XVI - deliberar sobre outras matérias de interesse da CBX, ressalvadas aquelas de competência da Justiça Desportiva;

XVII - atuar como instância máxima de deliberação da CBX, ressalvada a competência da Justiça Desportiva;

XVIII - interpretar o presente estatuto e deliberar sobre os casos omissos.

Art. 24 - As finalidades, o local e a data da Assembleia Geral, bem como a situação legal e financeira de cada uma das filiadas habilitadas, serão comunicadas a elas pela Presidência, por Edital de Convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por publicação no site da CBX, e-mail, carta registrada ou publicação em jornal com circulação diária.

§ 1º - No caso de deliberação sobre os assuntos de que tratam os incisos III, V, VII, VIII e XIV do artigo 23, deverão ser usados, no mínimo, dois dos meios de comunicação previstos no caput;

Pág. 6

Art. 28 - Poderão participar das Assembleias Gerais, com direito a voz, mas sem direito a voto, exceto se enquadrados no § 2º do artigo 23, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da CBX, bem como os representantes legais das pessoas jurídicas vinculadas à CBX, conforme definidas pelo presente estatuto, e os convidados pela Presidência da CBX.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL

Art. 29 - O Conselho Fiscal, órgão assessor da Assembleia Geral, será constituído pelo Auditor Fiscal e mais 02 (dois) membros efetivos, com 02 (dois) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de quatro (04) anos, conforme estabelecido neste estatuto.

§ 1º - Em caso de impedimento de membro efetivo, caberá ao Presidente da CBX convocar um dos suplentes para a substituição;

§ 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal será dada pelo Presidente da CBX.

Art. 30 - O Auditor Fiscal terá as seguintes atribuições:

I - Presidir o Conselho Fiscal;

II - Acompanhar o andamento da gestão financeira e patrimonial da CBX executada sob a supervisão da Vice Presidência Financeira, podendo sugerir medidas e procedimentos para o seu aperfeiçoamento;

III - Elaborar relatórios periódicos sobre a gestão financeira e patrimonial da CBX para conhecimento do Conselho Fiscal.

Art. 31 - É de competência do Conselho Fiscal:

I - elaborar parecer a ser apreciado pela Assembleia Geral sobre o balanço financeiro e patrimonial anual da CBX;

II - examinar os documentos e solicitar as informações necessárias ao bom cumprimento do inciso I deste artigo;

III - apresentar sugestões à Assembleia Geral ou à Presidência da CBX para o aperfeiçoamento da administração patrimonial e financeira da CBX;

IV - apresentar à Assembleia Geral denúncia fundamentada sobre irregularidades constatadas na administração financeira e patrimonial da CBX, sugerindo medidas a serem tomadas;

V - exercer outras atribuições previstas neste estatuto, bem como aquelas especialmente designadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal se reunirá, ordinariamente, ao menos uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Auditor Fiscal, pelo Presidente da CBX ou pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO V - DA PRESIDÊNCIA

Art. 32 - O Presidente da CBX será eleito pela Assembleia Geral, para um mandato de 04 (quatro) anos, na forma estabelecida por este estatuto, permitida apenas 01 (uma) reeleição consecutiva.

Pág. 8

§ 1º - O Presidente, em seus impedimentos legais de qualquer natureza, inclusive licença, será substituído por um dos Vice-Presidentes, previa e expressamente por ele indicado.

§ 2º - Na falta da indicação estabelecida no § 1º deste artigo, no impedimento do Presidente assumirá a Presidência o Vice-Presidente Financeiro ou, na falta ou impedimento deste último, os Vice-Presidentes mencionados pela ordem crescente dos incisos II a VI do artigo 37.

§ 3º - O prazo de mandato do Presidente terá como referência a data da respectiva posse;

§ 4º - A responsabilidade do Presidente pela administração da CBX cessa com a posse de seu sucessor, regularmente eleito na forma prevista neste estatuto, sem prejuízo do disposto na legislação vigente.

Art. 33 - O Presidente dará assistência efetiva à CBX e será civil e solidariamente responsável pelo desempenho que der ao cargo, cabendo-lhe a iniciativa da divulgação dos atos administrativos.

Art. 34 - O Presidente é o responsável legal da CBX, em juízo ou fora dele, podendo constituir procurador(es).

Art. 35 - Ao Presidente compete:

I - administrar a CBX;

II - convocar e presidir, sem direito a voto, as Assembleias Gerais;

III - convocar o Conselho Fiscal;

IV - nomear os membros do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, conforme o estabelecido neste estatuto;

V - convocar e presidir as reuniões de Diretoria;

VI - dar posse aos membros do Conselho Fiscal eleitos pela Assembleia Geral;

VII - indicar os Vices Presidentes e submete-los à homologação da Assembleia Geral, conforme previsto no inciso II do artigo 23;

VIII - nomear os Diretores Regionais da CBX e dar-lhes posse;

IX - criar assessorias, nomeando e dando posse aos respectivos titulares;

X - contratar funcionários e as empresas que forem necessárias à execução dos serviços, mediante deliberação prévia da Diretoria e levando em conta a capacidade financeira da CBX;

XI - firmar em nome da CBX, os contratos, convênios, acordos, distratos e quaisquer outros documentos de responsabilidade, observada, quando for o caso, a autorização do poder competente, conforme hipóteses estabelecidas neste estatuto;

XII - autorizar o pagamento das despesas;

XIII - assinar, em conjunto com o Vice-Presidente Financeiro ou com outro Vice-Presidente designado pela Diretoria, os cheques e documentos que se relacionem com o dinheiro e haveres da CBX;

XIV - delegar poderes aos Vices Presidentes para o desempenho de atos e funções que expressamente lhe couber;

Pág. 9

Parágrafo Único - Para efeito da atuação dos Diretores referidos nas alíneas "a" à "e" acima, fica definido que:

I - a região Norte compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima;

II - a região Nordeste compreende os Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte;

III - a região Centro-Oeste compreende os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e o Distrito Federal;

IV - a região Sudeste compreende os Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo;

V - a região Sul compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Art. 38 - As reuniões da Diretoria serão convocadas e presididas pelo Presidente da CBX, ou seu substituto legal, sendo as deliberações tomadas pela maioria simples dos membros com direito a voto.

§ 1º - O quorum nas reuniões da Diretoria é estabelecido pela presença do Presidente da CBX, ou seu substituto legal, mais a maioria dos Vice-Presidentes discriminados nos incisos I à VI do artigo 37, todos com direito à voz e voto;

§ 2º - Os Diretores discriminados nas alíneas "a" à "e" do artigo 37, VI participam das reuniões da Diretoria com direito à voz, mas não contam para o estabelecimento do quorum necessário às deliberações.

Art. 39 - O mandato dos membros da Diretoria é coincidente com o do Presidente da CBX.

Art. 40 - Os Vice-Presidentes, em seus impedimentos de qualquer natureza, inclusive licença, serão substituídos por um dos Diretores relacionados no art. 37, VI, por ele indicado, exceto nas hipóteses de que tratam os § 1º e § 2º do artigo 32 e o artigo 36.

Art. 41 - À Diretoria, coletivamente, compete:

I - apresentar à Assembleia Geral, anualmente, o relatório das atividades realizadas, o balanço patrimonial e financeiro e o projeto de previsão orçamentária;

II - propor à Assembleia Geral a reforma total ou parcial deste estatuto, bem como submeter à mesma o Regimento Geral da CBX e suas alterações;

III - propor à Assembleia Geral a compra ou alienação de bens imóveis, elaborando a respectiva exposição de motivos e estudo de viabilidade;

IV - propor à Assembleia Geral a aquisição de empréstimos financeiros que excedam, no mesmo ano fiscal, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), elaborando a respectiva exposição de motivos e o estudo de viabilidade;

V - propor à Assembleia Geral a concessão de títulos honoríficos estabelecidos neste estatuto ou em regulamento próprio;

Pág. 11

XV - indicar dentre os Vice-Presidentes o seu substituto para o caso de licença ou impedimentos;

XVI - determinar o imediato cumprimento das resoluções de qualquer poder da CBX;

XVII - cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e demais deliberações e regulamentos estabelecidos pelos poderes da CBX;

XVIII - nomear delegados para representar a CBX junto à FIDE, ao COB e a outras entidades, estabelecendo a respectiva competência, quando for o caso;

XIX - autorizar as atividades previstas nos incisos XIII e XIX do artigo 9º, ouvida a Vice Presidência Técnica quando oportuno;

XX - exercer todos os atos inerentes à administração geral da CBX não expressamente atribuídos a outros poderes pelo presente estatuto;

XXI - em casos graves ou de urgência, decidir isoladamente sobre matérias de competência da Diretoria.

Art. 36 - Em caso de vacância do cargo de Presidente da CBX, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - Se a vacância ocorrer antes de completado metade do mandato, o Presidente em exercício, definido conforme o § 1º ou § 2º do artigo 32, deverá convocar a Assembleia Geral no prazo máximo de 60 (sessenta) dias para proceder à eleição para o cargo de Presidente, cujo período de mandato, neste caso, será pelo prazo necessário para complementar o mandato interrompido;

II - Se a vacância ocorrer após completado metade do mandato, assumirá o cargo de Presidente o substituto legal, definido conforme o estabelecido no § 1º ou § 2º do artigo 32, que completará o tempo de mandato restante.

CAPÍTULO VI - DA DIRETORIA

Art. 37 - A Diretoria da CBX será constituída pelo Presidente da CBX e os seguintes Vice-Presidentes:

I - Vice-Presidente Financeiro;

II - Vice-Presidente Técnico;

III - Vice-Presidente Administrativo;

IV - Vice-Presidente de Xadrez Educacional;

V - Vice-Presidente de Relações Exteriores;

VI - Vice-Presidente de Relações Interiores;

- a) Diretor da Região Norte;
- b) Diretor da Região Nordeste;
- c) Diretor da Região Centro-Oeste;
- d) Diretor da Região Sudeste;
- e) Diretor da Região Sul.

Pág. 10

VI - propor à Assembleia Geral as taxas e contribuições a serem pagas pelas Federações filiadas e pelas pessoas físicas e jurídicas vinculadas bem como o custo de serviços disponíveis à comunidade em geral;

VII - instituir regulamentos e normas complementares;

VIII - organizar o calendário anual de competições e eventos, aprovando os respectivos regulamentos;

IX - instituir Comissões especiais;

X - apreciar os relatórios de atividades das Vice Presidências;

XI - deliberar sobre as matérias de que tratam os artigos 53, 54, 55 e 56 deste estatuto;

XII - propor à Assembleia Geral a filiação de novas Federações ou a vinculação de entidades nacionais à CBX, elaborando exposição de motivos;

XIII - aprovar a vinculação à CBX das pessoas físicas e jurídicas de que trata o artigo 79 deste estatuto;

XIV - apreciar os recursos interpostos contra as decisões do Presidente da CBX;

XV - aprovar a celebração pelo Presidente da CBX de acordos, convênios, contratos e distratos, ressalvada a competência da Assembleia Geral;

XVI - deliberar sobre outras matérias de interesse da CBX, ressalvada a competência dos demais poderes da CBX.

Art. 42 - Considerar-se-á resignatário o membro da Diretoria que sem motivo justificável faltar a mais de 03 (três) sessões consecutivas da Diretoria ou a mais de 06 (seis) intercaladas.

Art. 43 - Ao Vice-Presidente das Relações Interiores compete:

I - atuar para manter a harmonia entre as filiadas em benefício do progresso e da unidade política do Xadrez Brasileiro, orientando as filiadas em suas relações com a CBX e entre si;

II - emitir parecer sobre os estatutos das federações filiadas, ou pretendendo filiar-se, e de outras entidades vinculadas, encaminhando-os à Diretoria para apreciação e aprovação;

III - articular, de acordo com o Presidente, as atividades das demais Vice Presidências e Diretorias de forma a manter a coerência de propósitos e ações na atuação da CBX

IV - propor ao Presidente a nomeação dos Diretores Regionais;

Art. 44 - Aos Diretores das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul compete, no âmbito das respectivas regiões :

I - incentivar e harmonizar as relações de sua região com a CBX, informando ao Presidente suas iniciativas;

II - promover atividades que incentivem o desenvolvimento de sua região, em especial de torneios regionais;

III - propor ao Presidente da CBX políticas específicas para estas regiões e incumbir-se de tarefas por ele determinadas.

Parágrafo Único - Os Diretores Regionais serão vinculados diretamente à Vice Presidência de Relações Interiores da CBX.

Pág. 12

Art. 45 - Ao Vice-Presidente de Relações Exteriores compete:

- I** - orientar as relações entre a CBX e as entidades congêneres do Exterior, zelando pela harmonia da política internacional da CBX junto às mesmas;
- II** - dirigir o serviço de relações internacionais;
- III** - manter em dia o registro das determinações e regulamentos da FIDE;
- IV** - manter em dia o registro sobre as entidades estrangeiras e suas principais características e atividades;
- V** - orientar e dirigir os serviços de divulgação do Xadrez Brasileiro no Exterior;
- VI** - emitir parecer sobre questões internacionais de interesse da CBX;
- VII** - opinar, em conjunto com o Vice-Presidente Técnico sobre a conveniência da realização de jogos internacionais da CBX, ou das Federações, Ligas, Clubes ou Associações a ela vinculadas;
- VIII** - propor ao Presidente a nomeação de representantes da CBX junto às entidades estrangeiras congêneres;

Art. 46 - Ao Vice-Presidente Financeiro compete:

- I** - dirigir e orientar os serviços patrimoniais e financeiros da CBX, incluído os de tesouraria, contabilidade e almoxarifado;
- II** - fiscalizar a conservação dos bens móveis e imóveis da CBX;
- III** - promover meios para a elevação dos recursos financeiros da CBX;
- IV** - determinar o depósito em banco escolhido pelo Presidente das importâncias em dinheiro e dos títulos de crédito da CBX;
- V** - promover os pagamentos das despesas autorizadas pelo Presidente;
- VI** - assinar com o Presidente ou com outro Vice-Presidente designado pela Diretoria, os cheques e documentos que se relacionarem com o dinheiro e haveres da CBX;
- VII** - dar parecer à Diretoria sobre compra e alienação de bens imóveis;
- VIII** - manter o registro da situação financeira das federações filiadas e das pessoas físicas e jurídicas vinculadas perante à CBX, encaminhando os procedimentos de cobrança quando for o caso;
- IX** - executar os atos de gestão financeira, com a concordância da Presidência da CBX;
- X** - opinar sobre a aquisição de material de consumo, serviços e bens móveis para o funcionamento da CBX;
- XI** - apresentar à Diretoria a proposta de orçamento anual;

Art. 47 - Ao Vice-Presidente Administrativo compete:

- I** - distribuir o expediente recebido;
- II** - dirigir os serviços de secretaria, de arquivo e de biblioteca;
- III** - dirigir e orientar o pessoal administrativo da CBX;

Pág. 13

CAPÍTULO VII - DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 50 - O Conselho Consultivo, órgão assessor da Presidência, será constituído por 05 (cinco) Ex-Presidentes da CBX, indicados pelo Presidente da CBX, 01 (um) representante dos Grandes Mestres, por estes indicado, e 01 (um) Notável, pessoa reconhecida por suas contribuições ao xadrez, indicada pelo Presidente da CBX.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Consultivo coincide com o Mandato do Presidente da CBX;

§ 2º - A eleição do membro representante dos Grandes Mestres se dará por e-mail ou carta registrada, enviada por cada um dos Grandes Mestres, com a indicação do nome que comporá o Conselho Consultivo, ao Presidente da CBX.

Art. 51 - O Presidente do Conselho Consultivo será indicado pelo Presidente da CBX.

Art. 52 - O Conselho Consultivo terá por atribuição emitir parecer de cunho opinativo à Presidência da CBX, sendo impulsionado por solicitação do Presidente da CBX ou pelo Presidente do Conselho Consultivo, nas questões de alta relevância.

Parágrafo único - As reuniões poderão ser feitas por meio eletrônico, com a emissão dos votos acerca do parecer elaborado por um relator indicado pelo Presidente do Conselho ou por ele próprio.

CAPÍTULO VIII - DA ORDEM DESPORTIVA

Art. 53 - Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos e fazer cumprir os atos legalmente expedidos pelos órgãos ou representantes do Poder Público, a CBX poderá aplicar às suas filiadas, bem como às pessoas físicas ou jurídicas direta ou indiretamente a ela vinculadas, sem prejuízo das sanções de competência da Justiça Desportiva, as seguintes penalidades:

- I** - advertência;
- II** - censura escrita;
- III** - multa;
- IV** - suspensão;
- V** - desfiliação ou desvinculação.

§ 1º - As sanções previstas neste artigo não prescindem do processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - As penalidades de que tratam os incisos IV e V deste artigo só serão aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva.

§ 3º - O inquérito administrativo será realizado por comissão nomeada pelo Presidente da CBX e terá o prazo de 30 (trinta) dias para a sua conclusão.

§ 4º - O inquérito, depois de concluído, será remetido ao Presidente que o submeterá à Diretoria;

Pág. 15

IV - proceder através do serviço de secretaria, a distribuição de informações de interesse da CBX;

V - propor ao Presidente a nomeação do Diretor de Relações Públicas e do Diretor de Comunicação e Marketing.

Art. 48 - Ao Vice-Presidente Técnico compete:

- I** - orientar e chefiar todos os serviços técnicos, incluídos nestes a supervisão dos campeonatos, torneios e jogos promovidos pela CBX, bem como as atividades de arbitragem;
- II** - conceder, negar ou cassar o registro de enxadristas da CBX;
- III** - fiscalizar o cumprimento por parte das filiadas das regras oficiais, bem como dos regulamentos de ordem técnica;
- IV** - emitir parecer sobre questões de ordem técnica;
- V** - elaborar os regulamentos dos campeonatos e torneios promovidos e patrocinados pela CBX, encaminhando-os à apreciação da Diretoria;
- VI** - organizar ou mandar organizar as tabelas dos campeonatos, torneios ou jogos promovidos ou patrocinados pela CBX;
- VII** - propor à Diretoria a aprovação, ou não, dos resultados dos campeonatos ou torneios promovidos ou aprovados pela CBX;
- VIII** - submeter à apreciação do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, por intermédio da Presidência, as faltas disciplinares cometidas por enxadristas, técnicos, dirigentes ou pessoas físicas, bem como infrações cometidas por pessoas jurídicas, direta ou indiretamente vinculadas à CBX;
- IX** - propor à Diretoria as representações técnicas oficiais da CBX, requisitando das filiadas os enxadristas e auxiliares necessários;
- X** - elaborar o calendário anual das atividades desportivas da CBX para aprovação da Diretoria;
- XI** - emitir parecer sobre os pedidos de filiação ou desfiliação de Federações no que se refere às suas condições de ordem técnica e eficiência desportiva;
- XII** - emitir parecer sobre a parte técnica dos relatórios apresentados pelas entidades filiadas;
- XIII** - propor à Diretoria a inscrição de enxadristas, árbitros, técnicos e instrutores na FIDE;
- XIV** - conceder ou negar licença às Federações, Ligas, Clubes ou Associações filiadas e vinculadas, direta ou indiretamente para promoverem ou disputar competições interestaduais, regionais, nacionais e internacionais;
- XV** - nomear os árbitros para as competições oficiais;

Art. 49 - Ao Vice-Presidente de Xadrez Educacional compete atuar na elaboração de projetos e na articulação das atividades da CBX relacionadas ao xadrez desenvolvido no ensino fundamental, médio, técnico, superior, extensão e especial, podendo criar diretores subordinados para uma ou mais das atividades específicas.

Parágrafo único - O Xadrez Escolar é um ramo do Xadrez Educacional e é de competência exclusiva da CBX, através da Vice-Presidência de Xadrez Educacional.

Pág. 14

§ 5º - Excetuando-se os casos de interposição de recursos, as penalidades administrativas aplicadas pelo poder competente da CBX só poderão ser comutadas ou anistiadas pelo próprio poder que as aplicou.

Art. 54 - A CBX, através de sua Assembleia Geral, poderá, nos termos das leis vigentes, intervir em suas Federações filiadas, bem como autorizá-las a intervir nas suas associações filiadas, nos casos graves que possam comprometer o respeito aos poderes internos ou para restabelecer a ordem desportiva, ou para fazer cumprir decisão da Justiça Desportiva.

Parágrafo Único - Em caso de vacância dos poderes em Federações filiada, sem o preenchimento nos prazos estatutários, a CBX poderá designar um delegado que promoverá o cumprimento dos atos por ela previamente determinados e necessários à normalização da vida institucional, desportiva e administrativa da Federação filiada.

Art. 55 - Nos casos de urgência comprovada, e em caráter preventivo, a Diretoria da CBX decidirá sobre o afastamento de federação filiada ou de qualquer pessoa física ou jurídica direta ou indiretamente vinculada à CBX, que infrinja ou tolere que sejam infringidas as normas constantes deste estatuto, da FIDE, do COB, bem como as normas contidas na legislação brasileira.

Art. 56 - A CBX não reconhecerá como válidas as disposições que regulem a organização e o funcionamento das federações filiadas ou das pessoas jurídicas vinculadas, direta ou indiretamente, quando conflitantes com as normas estabelecidas neste estatuto.

CAPÍTULO IX - DA JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 57 - A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas de acordo com o disposto especificamente na Lei 9.615/98 e no Decreto 2.574/98 que a regulamentou.

Art. 58 - É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática, o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros dos Conselhos Deliberativos das entidades de prática desportiva.

SEÇÃO I - DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO XADREZ

Art. 59 - Ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Xadrez (STJDX), unidade autônoma e independente, compete processar e julgar, em última instância, as questões decorrentes de descumprimento de normas relativas à disciplina e às competições, ressalvados os pressupostos processuais estabelecidos nos § 1º e § 2º do art. 217 da Constituição Federal.

§ 1º - O Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Xadrez será composto por 9 (sete) auditores, indicados na forma do artigo 55 da Lei 9.615/98, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida apenas uma recondução.

§ 2º - Os membros do STJDX serão obrigatoriamente bacharéis em direito ou advogados, ambos de notório saber jurídico desportivo e de conduta ilibada.

Pág. 16

Art. 60 - O STJDX elegerá o seu Presidente dentre seus membros e disporá sobre a sua organização e funcionamento em Regimento Interno.

Art. 61 - Junto ao STJDX funcionarão 1 (um) ou mais Procuradores e 1 (um) Secretário, nomeados pelo seu Presidente.

Art. 62 - Havendo vacância de cargo de auditor, membro efetivo do STJDX, o seu Presidente deverá oficializar à entidade indicadora para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias promova nova indicação.

Art. 63 - Compete ao Presidente do STJDX conceder licença temporária aos seus membros, nunca superior a 90 (noventa) dias.

SEÇÃO II - DA COMISSÃO DISCIPLINAR

Art. 64 - A Comissão Disciplinar (CD), órgão de primeira instância, para aplicação imediata das sanções decorrentes das súmulas ou documentos similares dos árbitros, ou, ainda, decorrentes de infração ao regulamento da respectiva competição, será composta por 5 (cinco) membros de livre nomeação do STJDX.

§ 1º - A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, em regular sessão de julgamento, obrigatoriamente com a presença da totalidade de seus membros, resguarda a ampla defesa.

§ 2º - Para evitar a sessão de julgamento por falta de número legal, poderá, excepcionalmente naquela ocasião, ser convocado um representante indicado pela ordem dos advogados do Brasil para compor a Comissão Disciplinar.

Art. 65 - A Comissão Disciplinar elegerá o seu Presidente dentre seus membros e disporá sobre a sua organização e funcionamento, usando o Regimento Interno do STJDX no que couber.

Art. 66 - Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva Enxadrística, na forma do Regimento Interno deste.

CAPÍTULO X - DAS COMPETIÇÕES OFICIAIS E OFICIALIZADAS

Art. 67 - As Federações filiadas e as pessoas físicas e jurídicas vinculadas à CBX reconhecem a CBX como entidade soberana de Administração do Desporto no xadrez, conforme definido pela Lei 9.615/98, competente para a organização, supervisão e controle das competições e demais eventos de xadrez, em todas as suas modalidades, em âmbito interestadual, nacional ou internacional, dentro do território brasileiro.

Parágrafo Único - O reconhecimento de que trata o presente artigo se faz sem prejuízo do disposto nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º deste estatuto, bem como das competências do Conselho Nacional do Esporte (CNE) e do COB.

Art. 68 - São consideradas competições oficiais da CBX aquelas que, em uma ou mais etapas, levam à obtenção de título de campeão brasileiro, em cada uma das categorias reconhecidas,

Pág. 17

V - possuir Diretoria idônea, devendo ter como representante legal, em juízo ou fora dele, o seu Presidente;

VI - recolher à CBX as taxas que forem fixadas para os procedimentos de filiação;

VII - encaminhar relação das pessoas físicas e jurídicas que lhe são filiadas ou vinculadas;

VIII - comprovar atividades que permitam caracterizar o estabelecido no inciso IV acima.

Art. 75 - São condições de manutenção da filiação além das estabelecidas nos artigos 73 e 74 acima, as seguintes:

I - cumprir as disposições deste estatuto;

II - efetuar o pagamento das taxas e contribuições estabelecidas pela CBX e, em caso de não pagamento voluntário dentro do exercício financeiro, quitar os atrasados dentro do prazo de 60 (sessenta dias), após notificada;

III - realizar competições e outras atividades de xadrez de forma regular durante o ano na unidade territorial na qual administra o xadrez;

IV - realizar, em cada ano, pelo menos uma competição oficial da CBX ou oficializada pela CBX;

V - Manter documentação atualizada – Atas Eletivas e Estatutos – no arquivo da CBX, enviando, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a realização da Assembleia Geral respectiva, cópia da ata, devidamente registrada.

Art. 76 - Quando num Estado ou no Distrito Federal existir mais de uma Federação pretendendo administrar e representar o xadrez local, a CBX, a requerimento de uma delas, poderá, se julgar necessário, mandar proceder a inquérito, a fim de apurar a que tem direito a ser reconhecida e filiada, observando as condições estabelecidas nos artigos 73 e 74.

Art. 77 - Caberá à Diretoria da CBX instaurar processo administrativo, com a observância do disposto no artigo 53, para a desfiliação de Federação que não cumpra o estabelecido no artigo 75 deste estatuto.

Art. 78 - Observadas as disposições constitucionais, as federações filiadas à CBX devem abster-se de postular e recorrer ao Poder Judiciário para dirimir eventuais litígios desportivos que tenham ou venham a ter com a CBX e com outras atividades congêneres, e comprometem-se em aceitar e acatar as decisões da Justiça Desportiva como única e definitiva para resolver os conflitos ou litígios de qualquer natureza desportiva, sob pena de desfiliação.

CAPÍTULO XII - DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS VINCULADAS

Art. 79 - Podem ser vinculadas à CBX, por deliberação da Assembleia Geral, como entidades vinculadas nacionais:

I - as pessoas jurídicas que possuam atuação em modalidades específicas do xadrez ou cujas atividades estejam relacionadas com o xadrez, e cuja abrangência compreenda o território nacional;

II - as ligas nacionais, como definidas na Lei 9.615/98.

bem como todas aquelas organizadas sob a supervisão direta da CBX, conforme deliberação da Diretoria.

Art. 69 - São consideradas competições oficializadas da CBX aquelas realizadas pelas Federações filiadas ou pessoas jurídicas vinculadas direta ou indiretamente à CBX, cujos resultados forem homologados pela CBX para finalidades de obtenção de formas, títulos ou ratings FIDE ou CBX.

Art. 70 - A utilização dos termos "brasileiro", "nacional" e similares, na composição da denominação de competições, ou outros eventos de xadrez, só pode ser feita mediante a autorização expressa da CBX, cabendo a aplicação do disposto no artigo 53 aos infratores.

Art. 71 - Caberá à Diretoria da CBX instituir os Regulamentos e demais normas acessórias sobre a organização, a supervisão e o funcionamento das competições e demais eventos de xadrez, observados os regulamentos da FIDE e do COB.

Art. 72 - Ao organizar competições de âmbito nacional, a CBX poderá determinar a aplicação de medidas disciplinares automáticas, com o objetivo de facilitar e viabilizar o enquadramento das infrações ocorridas durante as mesmas.

Parágrafo Único - Para a aplicação de medidas disciplinares automáticas, estas deverão estar relacionadas no regulamento da respectiva competição e obedecer às penas previstas no § 1º do artigo 50 da Lei 9.615/98.

CAPÍTULO XI - DAS FEDERAÇÕES FILIADAS

Art. 73 - Poderá se filiar à CBX, obedecidas as condições estabelecidas neste estatuto, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que, dentre seus objetivos sociais, tenha o de administrar o xadrez em uma determinada unidade territorial brasileira, definida esta como Estado, Distrito Federal ou Território Federal pela Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1º - Para a finalidade deste artigo, a pessoa jurídica deverá possuir a denominação de Federação, acompanhada do nome ou qualificativo da respectiva unidade territorial em que atua.

§ 2º - Para cada Estado, no Distrito Federal e em cada Território Federal, a CBX só poderá dar filiação a uma única Federação.

Art. 74 - São condições para a filiação:

I - requerer a filiação declarando o reconhecimento da CBX como entidade soberana de administração nacional do xadrez e o cumprimento do presente estatuto;

II - provar possuir personalidade jurídica de direito privado e se enquadrar nas disposições do artigo 73;

III - possuir estatuto de conformidade com o estatuto do COB, da CBX e com a legislação vigente no Brasil;

IV - estar em condições de administrar, de fato e com eficiência, o xadrez na respectiva unidade territorial;

Pág. 18

Art. 80 - Podem ser vinculadas à CBX, por deliberação da Diretoria:

I - como entidades vinculadas regionais, as Ligas Regionais, conforme definidas na Lei 9.615/98, bem como outras pessoas jurídicas com atuação em determinada região, estado ou território federal;

II - como entidades vinculadas de prática, as entidades de prática desportiva como definidas na Lei 9.615/98.

III - as pessoas físicas, conforme o disposto na Lei 9.615/98, mediante o cadastro CBX.

§ 1º - No caso das pessoas físicas, o vínculo com CBX se estabelece mediante a solicitação e aprovação do respectivo cadastro, pela Diretoria da CBX;

§ 2º - A CBX manterá um sistema de cadastro contemplando categorias de participação como de enxadristas, árbitros, técnicos, instrutores, organizadores e outras a critério da Diretoria.

Art. 81 - As condições de vinculação e sua manutenção, bem como direitos e deveres, serão estabelecidos em regulamento próprio pela Assembleia Geral ou pela Diretoria, conforme o caso.

Art. 82 - São consideradas vinculadas indiretas da CBX todas as pessoas físicas e jurídicas filiadas ou vinculadas às Federações filiadas ou entidades vinculadas na forma dos artigos 79 e 80 deste estatuto.

CAPÍTULO XIII - DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

Art. 83 - Como testemunho de reconhecimento e homenagem especial, àqueles que se salientarem nos serviços prestados ao Xadrez Brasileiro, a Assembleia Geral da CBX poderá conceder os seguintes títulos:

I - **Honorário** - àquele que se faça credor dessa homenagem por serviços de monta prestados ao desporto nacional;

II - **Benemérito** - àquele que tenha prestado ao Xadrez Brasileiro serviços relevantes, dignos de realce e que façam jus à concessão desse título;

III - **Grande Benemérito** - àquele que já sendo benemérito continua prestando relevantes e assinalados serviços à CBX.

IV - **Emerito** - àquele que por seus resultados desportivos façam jus à concessão deste título.

§ 1º - A Assembleia Geral regulamentará as especificações, condições e demais atos relacionados à concessão destes títulos;

§ 2º - A concessão destes títulos é de competência da Assembleia Geral, mediante proposta fundamentada da Diretoria.

CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 84 - Os direitos e deveres das Federações filiadas e das pessoas físicas e jurídicas vinculadas são os constantes neste estatuto, no Regimento Geral e nos demais regulamentos da CBX.

Art. 85 - A bandeira ou pavilhão da CBX é constituída por quatro retângulos justapostos, dois a dois, sendo verde o retângulo superior à direita, amarelo o inferior à esquerda e branco os outros dois; no retângulo superior será inscrito em azul um peão de xadrez e no inferior a sigla C.B.X., também em azul.

Parágrafo Único - O emblema da CBX terá como motivação a bandeira neste artigo descrita.

Art. 86 - As Federações filiadas e as demais pessoas físicas e jurídicas vinculadas direta ou indiretamente, não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Parágrafo Único - Este artigo se aplica também aos membros dos poderes e órgãos acessórios da CBX, ressalvado o disposto na legislação em vigor e a responsabilidade e obrigações originárias do não cumprimento das disposições deste estatuto.

Art. 87 - A CBX só poderá ser dissolvida mediante deliberação da Assembleia Geral, pelo voto favorável de metade mais uma das Federações filiadas, cabendo à mesma determinar o destino de seus bens.

Art. 88 - Ficam fazendo parte integrante deste estatuto, e no que ao mesmo se aplicar, as disposições contidas na Lei 9.615 de 24/03/1998 e no Decreto 2.574 de 29/04/1998.

Art. 89 - Na data da aprovação deste estatuto, as Federações filiadas à CBX são:

- a) Federação Amazonense de Xadrez;
- b) Federação Bahiana de Xadrez;
- c) Federação Brasileira de Xadrez;
- d) Federação Catarinense de Xadrez;
- e) Federação Cearense de Xadrez;
- f) Federação de Xadrez do Estado de Goiás;
- g) Federação de Xadrez do Estado do Rio de Janeiro;
- h) Federação de Xadrez do Paraná;
- i) Federação Espírito Santense de Xadrez;
- j) Federação Gaúcha de Xadrez;
- k) Federação Maranhense de Xadrez;
- l) Federação Matogrossense de Xadrez;
- m) Federação Mineira de Xadrez;
- n) Federação Norte Rio Grandense de Xadrez;
- o) Federação Paraense de Xadrez;
- p) Federação Paraibana de Xadrez;
- q) Federação Paulista de Xadrez;
- r) Federação Pernambucana de Xadrez;
- s) Federação Piauiense de Xadrez;
- t) Federação Rondoniense de Xadrez;
- u) Federação Sulmatogrossense de Xadrez;

CAPÍTULO XV - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 90 - Enquanto não for aprovado o novo Código de Justiça Desportiva, continua em vigor o atual Código, com as modificações decorrentes da Lei 9.615/98 e do Decreto 2.574/98.

Art. 91 - Os Vice-Presidentes homologados pela Assembleia Geral Ordinária de 29 de Dezembro de 2009 permanecem inalterados, com o mandato até 31/12/2009, tendo incorporados aos seus cargos as descrições e atribuições estabelecidas neste Estatuto.

CAPÍTULO XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 92 - O presente estatuto, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 25/04/2009, deverá ser registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, juntamente com a ata da Assembleia Geral que o aprovou.

Declaro que o texto confere com o aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 25/04/2009, realizada em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Vitória/ES, 25 de Abril de 2009.

Pablyto Robert Baião Ribeiro
Presidente da CBX

Charles Moura Netto
Secretário da Assembleia Geral Extraordinária de 25/04/2009

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.877.393/0001-89
Razão Social: FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR
Endereço: RUA XV DE NOVENBRO 416 0 2 ANDAR / CENTRO / CURITIBA / PR / 80020-310

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/11/2023 a 14/12/2023

Certificação Número: 2023111503223892572232

Informação obtida em 27/11/2023 08:41:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR
CNPJ: 01.877.393/0001-89

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

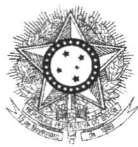
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 01:03:13 do dia 07/11/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/05/2024.

Código de controle da certidão: **61E6.7D5C.36F9.6DB7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.877.393/0001-89

Certidão nº: 62165818/2023

Expedição: 07/11/2023, às 11:37:40

Validade: 05/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.877.393/0001-89**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032175798-38

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **01.877.393/0001-89**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/03/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 10.853.942

CNPJ: 01.877.393/0001-89

Nome: FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 10:46 do dia 06/11/2023.

Código de autenticidade da certidão: A18A43917CE940D939AC7772D3C23DF737

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 04/02/2024 – Fornecimento Gratuito



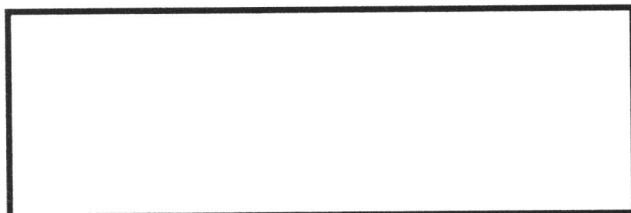
Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIÁRIAS**

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

NOME EMPRESARIAL FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR				
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 03 03 556.923-5			CNPJ 01.877.393/0001-89	
ENDEREÇO R. ALMIRANTE BARROSO				NÚMERO 142
UNIDADE	ANDAR	COMPLEMENTO	BAIRRO SÃO FRANCISCO	CEP 80510-240
INÍCIO DA ATIVIDADE 24/02/2000			SITUAÇÃO DO CADASTRO ATIVA	
TIPO DE INSTALAÇÃO/FORMAS DE ATUAÇÃO ESCRITÓRIO DE CONTATO				
ATIVIDADES AS ATIVIDADES SOLICITADAS DEVERÃO SER EXERCIDAS CONFORME A FORMA DE ATUAÇÃO INFORMADA S.94.3.0-8/00.00 ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS S.94.9.9-5/00.00 ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE S.94.9.3-6/00.00 ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE R.93.1.9-1/01.00 PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS				



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Emitido Eletronicamente via Internet
06/11/2023 - 10:52:32

Versão P.4.1.0.6.0932 (28/07/2023)

COMARCA DE CURITIBA

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906



JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ

EMPREGADOS JURAMENTADOS
SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES



RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CÍVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATORIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR

CNPJ.01.877.393/0001-89

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 14/11/2023 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 17 de novembro de 2023 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

Emitida por: LUIZ
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R\$ 38.16)

*** Se impressa, verificar sua autenticidade no <http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica> usando o código 15A0F299 ***

Digitally signed
by JOSÉ BORGES
DA CRUZ
FILHO:31628532
904
Date:
2023.11.17
13:08:46 BRST

1º
OFÍCIO DISTRIBUIDOR

37

10/30/2023, 8:07 PM

Detalhar Empenho

Empenho

Nº Empenho: 3210 / 2023

Nº Processo Digital: 9194/2023

Emissão: 22/03/2023

CPF/CNPJ: 01.877.393/0001-89 **FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR**

Espécie: Ordinário

Órgão: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - ESPORTE

Unidade: 1 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Esporte

Função: 0027 - Desporto e Lazer

Subfunção: 0812 - Desporto Comunitário

Programa: 0006 - ARAPONGAS ESPORTE PARA TODOS

Ação: 2036 - Manutenção dos Serviços da Secretaria de Esporte

Elemento: 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Despesa: 3339039999000000000 - Demais serviços de terceiros, pessoa jurídica

Vínculo: 0 - Recursos Ordinários (Livres)

Sem Licitação:

Causa Dispensa:

Ordem de Compra: 2072 - 0 / 2023

Nº Convênio: /

Tipo: Contrato

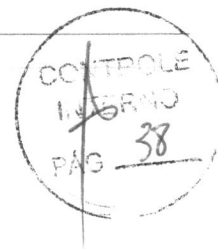
Contrato Sup. N°/Ano: /

Contrato Aditivo N°/Ano: /

Histórico: Corresponde a inscrição dos atletas municipais de xadrez para a disputa da 1ª etapa do Campeonato Paranaense de Xadrez, que acontecerá entre os dias 24 à 26/03/2023, na cidade de São José dos Pinhais-PR, em atendimento a Secretaria de Esporte.

Valor Empenho: 4.320,00

Valor Retido: 0,00



Fechar

Página 1 de 1

Total 1



MUNICÍPIO DE ARAPONGAS
RUA GARCAS, Nº 750, CENTRO - Arapongas/PR
CEP: 86.700-285

[Visualizar endereço no Mapa](#)


Email: gabinete@arapongas.pr.gov.br
Tel/Fax: 3902-1000



LINKS IMPORTANTES

- PORTAL DO CIDADÃO
- AUTOATENDIMENTO
- ESCRITA FISCAL
- NOTA FISCAL ELETRÔNICA





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota

178

Data e Hora de Emissão

21/03/2023 10:06:53

Código de Verificação

9MX07804

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social:

FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR

CPF / CNPJ:

01.877.393/0001-89

Inscrição Municipal:

03 03 0556923-5

Endereço:

ALMIRANTE BARROSO, 000142 - BAIRRO: SÃO FRANCISCO

Tel.:

41 - 84150336

- CEP:

80510240

Município:

CURITIBA

UF:

PR

Email:

paulo@fexpar.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

CPF / CNPJ:

76.958.966/0001-06

IMU:

Outro Doc.:

Endereço:

RUA GARÇAS, 750 - BAIRRO: Centro - CEP: 86700285

Município:

Arapongas

UF:

PR

Email:

maringapaulo@gmail.com

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

REFERENTE A INSCRIÇÃO DE 12 COMBOS NO FESTIVAL PARANAENSE DE XADREZ 2023.

Forma de Pagamento

PIX - Chave E-mail - pix@fexpar.com.br - Beneficiário: FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR Instituição: CORASCD S.A. OU

Transferência Bancária: Banco CORASCD S.A. (Código 403) / Agência: 0001 / Conta Corrente: 1715335-6 / Nome: FEDERAÇÃO DE XADREZ

DO PARANA FEXPAR / CNPJ: 01.877.393/0001-89

Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 4.320,00

VALOR TOTAL DA NOTA - R\$4.320,00

Código da Atividade

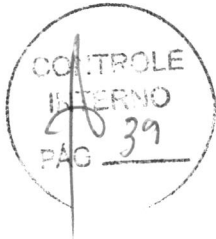
27 - 01 - Serviços de assistência social.

Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	4.320,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES


Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.

Os serviços referentes a esta NFS-e são Imunes do ISS



31/04/2023

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e		Número da Nota 182 Data e Hora de Emissão 22/03/2023 17:48:22 Código de Verificação PMWG7804										
PRESTADOR DE SERVIÇOS Razão Social: FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ FEXPAR CPF / CNPJ: 01.877.393/0001-89 Endereço: ALMIRANTE BARROSO, 000142 - BAIRRO: SÃO FRANCISCO - CEP: 80510240 Município: CURITIBA Inscrição Municipal: 03 03 0556923-5 Tel.: 41 - 84150336 UF: PR Email: paulo@fexpar.com.br												
TOMADOR DE SERVIÇOS Nome/Razão Social: MUNICIPIO DE FRANCISCO ALVES CPF / CNPJ: 77.356.665/0001-67 Endereço: Rua Jorge Ferreira, 527 - CEP: 87570000 Município: FRANCISCO ALVES IMU: Outro Doc.: UF: PR Email:												
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS Referente a inscrição de 14 atletas na modalidade de Xadrez Convencional, R\$ 160, cada + 1 inscrição no Blitz, R\$ 60,00. 19 Alojamentos, R\$ 60,00 cada e Alimentações no sábado e domingo 100. Total R\$ 5.340,00 Forma de Pagamento: PIX - Chave: E-mail: pix@fexpar.com.br - Beneficiário: FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ FEXPAR Instituição: CORASCD S.A. OU Transferência Bancária: Banco CORASCD S.A. (Código 403) / Agência: 0001 / Conta Corrente: 1715335-6 / Nome: FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ FEXPAR / CNPJ: 01.877.393/0001-89 Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 5.340,00 VALOR TOTAL DA NOTA - R\$5.340,00 Código da Atividade 27 - 01 - Serviços de assistência social. <table border="1"><thead><tr><th>Valor Total das Deduções (R\$)</th><th>Base de Cálculo (R\$)</th><th>Alíquota (%)</th><th>Valor do ISS (R\$)</th><th>Crédito p/ Abatimento do IPTU</th></tr></thead><tbody><tr><td>0,00</td><td>5.340,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td></tr></tbody></table> OUTRAS INFORMAÇÕES Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009. Os serviços referentes a esta NFS-e são isentos do ISS. Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br			Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU	0,00	5.340,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU								
0,00	5.340,00	0,00	0,00	0,00								





	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA		Número da Nota	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		179	
	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e		Data e Hora de Emissão 21/03/2023 11:51:30	
			Código de Verificação KUGOV408	
PRESTADOR DE SERVIÇOS				
Razão Social: FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR				
CPF / CNPJ: 01.877.393/0001-89 Inscrição Municipal: 03 03 0556923-5				
Endereço: ALMIRANTE BARROSO, 000142 - BAIRRO: SÃO FRANCISCO Tel.: 41 - 84150336				
- CEP: 80510240				
Município: CURITIBA UF: PR Email: paulo@fexpar.com.br				
TOMADOR DE SERVIÇOS				
Nome/Razão Social: MUNICIPIO DE RIBEIRAO DO PINHAL				
CPF / CNPJ: 76.968.064/0001-42 IMU: Outro Doc.:				
Endereço: RUA PARANA - BAIRRO: CENTRO - CEP: 86490000				
Município: RIBEIRAO DO PINHAL UF: PR Email:				
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
REFERENTE AO COMBO DE INSCRIÇÃO DE 14 ATLETAS E 3 PROFESSORES NO FESTIVAL PARANAENSE DE XADREZ 2023.				
Referente a 15 inscrições no valor de R\$ 20,00 cada do C.X. Francisco Alves de Francisco Alves PR na etapa de Francisco Alves do Festival Paranaense de Xadrez 2023, qual classifica para o Festival Paranaense da Criança 2023 e Festival Paranaense da Juventude 2023, totalizando R\$ 300,00, a ser realizada no dia 07/03/2023				
Forma de Pagamento: PIX - Chave: E-mail - pix@fexpar.com.br - Beneficiário: FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR Instituição: CORASCO S.A				
Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 7.520,00				
VALOR TOTAL DA NOTA - R\$7.520,00				
Código da Atividade				
27 - 01 - Serviços de assistência social.				
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	7.520,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.				
Os serviços referentes a esta NFS-e são Imunes do ISS				

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

FESTIVAL PARANAENSE DA CRIANÇA E JUVENTUDE 2023 FESTIVAL PARANAENSE DA JUVENTUDE 2023 – SEDE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

CONTROLE
INTERNO
42
PAO

Posted on 26 de fevereiro de 2023 (25 de março de 2023) by João Paulo Polles



FESTIVAL PARANAENSE DA JUVENTUDE 2023 & FESTIVAL PARANAENSE DA CRIANÇA 2023

24 a 26 de Março

Cinásio de Esportes Max Rosenmann – São José dos Pinhais/PR

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 24/03/2023.

GRUPO DO WHATSAPP

[Chess-Results STD](#)

[Chess-Results BTZ](#)





OBJETIVOS:

- Declarar os campeões paranaenses em suas respectivas categorias, no absoluto e feminino;
- Apontar e apoiar os representantes do Paraná nos Brasileiros em suas respectivas categorias;
- Contribuir para melhoria do nível técnico do xadrez paranaense;
- Congregar a comunidade enxadrística paranaense, promovendo o intercâmbio cultural e social.

PARTICIPAÇÃO:

O **FESTIVAL PARANAENSE DA JUVENTUDE 2023** e **FESTIVAL PARANAENSE DA JUVENTUDE 2023** é um evento destinado aos enxadristas paranaenses que estejam classificados ou indicados pela representação de clubes, instituições de ensino e/ou município. **Não é necessário estar em dia com a anuidade CBX.**

- Infanto-Juvenil – Sub-18 anos – nascidos a partir de 1º de janeiro de 2005;
- Cadetes – Sub-16 anos – nascidos a partir de 1º de janeiro de 2007;
- Infantil – Sub-14 anos – nascidos a partir de 1º de janeiro de 2009;
- Pré-Infantil – Sub-12 anos – nascidos a partir de 1º de janeiro de 2011;
- Mirim – Sub-10 anos – nascidos a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Pré-Mirim – Sub-08 anos – nascidos a partir de 1º de janeiro de 2015.

PREMIAÇÃO:

Convencional: Troféus 1º ao 3º lugar e medalhas do 4º ao 10º lugar por categoria;

Blitz: Troféu para o 1º lugar e medalhas do 2º ao 5º lugar por categoria;

Equipes: Troféus as três melhores equipes que mais pontuarem conforme regulamento.

Os campeões paranaenses do evento Convencional terão um auxílio mínimo do valor da inscrição para representar o Paraná no Brasileiro de suas categorias (FENAC e FENAJ).

PROGRAMAÇÃO:

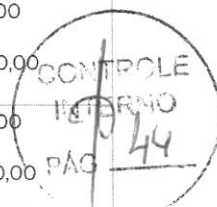
DATA	DIA	MANHÃ	TARDE	NOITE
24/03/2023	SEXTA	Circuito Escolar de SJP	Abertura, Congresso Técnico e 1ª Rodada 16h30	2ª rodada 19h30
25/03/2023	SÁBADO	3ª e 4ª rodada – 8h	5ª rodada – 14h	Paranaense de Blitz 18h às 20h30
26/03/2023	DOMINGO	6ª rodada – 9h	13h – Premiação e Encerramento	

INFORMAÇÕES E CONTATO: paulovirgilio@gmail.com ou (41) 99970-3153

LOTES PARA PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO DE CLASSIFICADOS:

EVENTO	LOTE 1 ATÉ 13/MAR	LOTE 2 ATÉ 20/MAR	LOTE 3 APÓS 20/MAR
--------	----------------------	----------------------	-----------------------

1 INSCRIÇÃO – CONVENCIONAL (STD)	—ENCERRADO— —ENCERRADO—	—ENCERRADO— —ENCERRADO—	R\$ 180,00 CF: R\$ 160,00
2 INSCRIÇÃO – BLITZ (BTZ)	—ENCERRADO— —ENCERRADO—	—ENCERRADO— —ENCERRADO—	R\$ 100,00 CF: R\$ 90,00



CF – Clube Filiado

Após o dia 23/03, o pagamento de inscrições poderá ser iniciado (**EXCLUSIVAMENTE via PIX QR-Code no sistema, SEM NENHUM TIPO POSSÍVEL DE EXCEÇÕES**) até 24/03/2023 às 13h, podendo ser pago em até 60 minutos de sua geração.

PARA INSCRIÇÕES DE ENXADRISTAS NÃO CLASSIFICADOS NA HORA:

Caso ocorra de algum enxadrista que não tenha obtido conhecimento das classificatórias ou então não se classificou porém, deseja participar do FEPAC/FEPAJ 2023, será possível, mediante o pagamento de taxa adicional de 1 vez a taxa do evento que deseja participar, esta adicionado ao valor referente ao lote em vigor. Esta opção é válida apenas após o fim do período das classificatórias (após o dia 20/03). Para este caso, por ser uma exceção, não será válido o desconto para clubes filiados.

Considerando o disposto neste, os valores de inscrição (para não classificados conforme indicado) serão:

– Evento Convencional: R\$ 360,00;

– Evento Blitz: R\$ 200,00.

PARA PAGAMENTO POR LOTE/EMPENHO:

A solicitação deve ser efetuada através do e-mail prmenores2023@fexpar.com.br, encaminhando a lista de enxadristas com quais torneios os mesmos irão jogar para prosseguir com o processo de pagamento por lote/empenho.

Exclusivamente para pagamento desta forma, haverá dois pacotes, sendo um composto por:

- Inscrição no Torneio Convencional;
- Inscrição no Torneio Relâmpago;
- Alojamento com Colchão;
- Alimentação para os três dias (iniciando na janta da sexta (24/03), no sábado (25/03), café da manhã, almoço e janta, e no domingo (26/03), café da manhã e almoço).
- E outro composto por
- Alojamento com Colchão;
- Alimentação para os três dias (iniciando na janta da sexta (24/03), no sábado (25/03), café da manhã, almoço e janta, e no domingo (26/03), café da manhã e almoço).

O valor para pagamento destes pacotes será conforme os seguintes lotes:

TIPO DE COMBO	LOTE 1 ATÉ 13/MAR	LOTE 2 ATÉ 20/MAR	LOTE 3 ATÉ 23/MAR
Inscrição Convencional + Inscrição Relâmpago + Alojamento + Alimentação	—ENCERRADO—	—ENCERRADO—	—ALOJAMENTO ESGOTADO—
Alojamento + Alimentação Exclusivo para professores, acompanhantes e demais integrantes que estejam acompanhando a delegação.	—ENCERRADO—	—ENCERRADO—	—ALOJAMENTO ESGOTADO—

Quais quer dúvidas sobre estes combos podem ser tiradas com Paulo Virgílio pelo whatsapp (41) 99970-3153.

REEMBOLSO:

No caso de reembolso, será retido 50% do valor da inscrição, sendo um mínimo de R\$ 30 e limite de R\$ 50 a fim de taxas administrativas. A solicitação deve ser efetuada por email para prmenores2023@fexpar.com.br.

ORIENTAÇÕES DE INSCRIÇÃO:

Os classificados já serão inscritos nos eventos, tanto Convencional quanto Blitz, necessitando apenas o pagamento para a confirmação da inscrição. **NÃO SERÁ POSSÍVEL SE INSCREVER DIRETAMENTE NO EVENTO PELO SITE.**

Quando for efetuada a inscrição pela organização, o enxadrista receberá um e-mail com as orientações para pagamento para aquele evento. Caso não receba, será possível efetuar o pagamento a partir da lista de inscritos dos eventos, disponíveis abaixo:

Convencional: <https://xadrezsuico.fexpar.com.br/event/ab739da4-22bb-46f4-97ba-200a3a9de99b/festival-paranaense-da-crianca-festival-paranaense-da-juventude-fepac-fepaj-2023>



FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO:

- Campeões FEPAC/FEPAJ 2022;
- Participação em uma Etapa do Festival Paranaense de Xadrez 2023 e conquistando uma vaga das distribuídas (etapas disponíveis [neste link](#));
- Ser pré-classificado através de algum circuito ou evento pré-classificatório do ano passado (ver orientações sobre [neste página](#)) e participar de uma etapa do Festival Paranaense de Xadrez 2023;
- Ser uma indicação de clube filiado com suas obrigações em dia (todos os clubes filiados com suas obrigações em dia estão disponíveis na página de [clubes 2023](#)), onde os mesmos, conforme seu plano de filiação possuem uma quota de indicações – a quota é por categoria – seguindo as regras do regulamento das etapas (disponível [neste página](#)) – OBS: Serão aceitas apenas indicações de enxadristas que participaram de alguma etapa do Festival Paranaense de Xadrez 2023 (etapas disponíveis [neste link](#)) que porventura não tenham obtido vaga através dos outros meios (pré-classificação e vagas distribuídas nas etapas). IMPORTANTE! As orientações e prazos para indicação de clube filiado estão disponíveis na [página das etapas](#).
- Ser uma indicação da FEXPAR para o evento;
- Ser uma indicação do Organizador do FEPAC/FEPAJ 2023 para o evento.

REGULAMENTO:

REGULAMENTO GERAL – VERSÃO 03 – 24/03/2023

(O MESMO PODERÁ OCORRER ALTERAÇÕES A QUALQUER MOMENTO)

TEMPO DE REFLEXÃO:

Convencional: FEPAC (Sub-08, Sub-10) 30 min + 30 seg | FEPAC (Sub-12) e FEPAJ (Sub-14, Sub-16, Sub-18) 45 min + 30 seg;

Blitz: 3 min + 2 seg.

EFETIVAÇÃO DE W.O.:

O tempo para efetivação do W.O. será de 30 minutos (Sub-08 e Sub-10) e 45 minutos (Demais categorias) para o evento Convencional e 3 minutos para o Blitz, em ambos os casos, contados a partir do início da rodada.

EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE COMUNICAÇÃO:

Será vedado o uso/porte de celular ou qualquer outro tipo de aparelho eletrônico de comunicação (o que inclui aparelhos do tipo smartwatch, smartband e similares) na área de jogos.

OS INFRATORES SERÃO PENALIZADOS COM A PERDA DA PARTIDA.

COMITÊ DE APELAÇÃO:

Este será formado durante a Congresso Técnico e será composto por presidente, dois membros titulares e dois suplentes. Será acatado o recurso apresentado à Organização no prazo máximo de 15 minutos após o encerramento da última partida da rodada que gerou o fato e mediante o pagamento da taxa de R\$ 200,00 e preenchimento de formulário de recurso/apelação. Caso o fato relatado seja considerado pertinente, a taxa será reembolsada e caso contrário, a mesma ficará para a organização.

MATERIAL

Haverá jogos de peças e relógios disponíveis em todas as mesas!

SISTEMA E RITMO DE JOGO:

Conforme regulamento.

RESULTADOS, FOTOS E DIREITO DE IMAGEM

O site oficial do evento é www.fexpar.com.br e seus canais de comunicação, onde serão divulgados os resultados e fotos do evento. O participante ou responsável autoriza o uso de imagem de forma gratuita, a título de divulgação em material impresso ou digital em caráter informativo.

HOSPEDAGEM

HOTÉIS OFICIAIS:



R. Ten. Djalma Dutra, 200 – Centro, São José dos Pinhais – PR // Reservas: (41) 3028-3800

MERCURE

HOTELS

CURITIBA AEROPORTO

R. Barão do Cerro Azul, 261 – Águas Belas, São José dos Pinhais – PR // Reservas: [Link](#) ou [Whatsapp](#)

ALOJAMENTO:

No próprio Ginásio de Esportes, a organização do evento disponibilizará ALOJAMENTO com colchões a preços acessíveis aos participantes. (R\$ 60,00 com colchão) para todo período. Caso ocorra de exceder a capacidade do alojamento do Ginásio de Esportes, a organização poderá definir um segundo alojamento, a qual com decisão da organização, definirá quem estará em quais alojamentos.

Limite: 110 vagas – **ESGOTADO**.

Ao esgotar as vagas do alojamento do Ginásio de Esportes começarão a ser oferecidas as vagas para o C. E. Lindaura, distante cerca de 1,2 km a pé do Ginásio Max Rosenmann.

Limite: 30 vaga – **ESGOTADO**.

[Clique aqui](#) para saber maiores informações e regras do alojamento (inclusive forma de pagamento e como reservar).

RESTAURANTE OFICIAL:

Vilas Gourmet

Localização

O restaurante Villas Gourmet montará buffet no próprio Ginásio Max Rosenmann.

E estará oferecendo

– café da manhã por R\$ 11,00

– almoço R\$ 24,90 ou 54,90 kg

– jantar R\$ 24,90 ou 54,90 kg.

As refeições acompanham suco e uma fruta. Para quem tratar diretamente com o Seu Villas até 22 de março. Tel (41) 99600-9103.

Sobre a cidade: São José dos Pinhais está situada ao leste do estado do Paraná (região Sul do Brasil), na região metropolitana de Curitiba, a uma altitude média de 900m acima do nível do mar. A cidade está localizada em uma área de manancial (reserva de água para abastecimento), e possui 264.210 habitantes (IBGE). São José dos Pinhais faz parte do ecossistema conhecido como Floresta das Araucárias, um dos componentes da mata Atlântica.

Distâncias do Ginásio Poliesportivo Max Rosenmann / Afonso Pena

Aeroporto Internacional Afonso Pena – São José dos Pinhais/PR	11,6 km
Distância até a rodoviária de Curitiba	15 km
Distância até o hospital de referência mais próximo	10 km
Londrina	414 km
Manoel Ribas	362 km
Maringá	451 km
Pato Branco	456 km
Paranaguá	79 km

Pinhais	12 km
Piraí do Sul	224 km
Ponta Grossa	141 km
Siqueira Campos	338 km
Araucária	34 km
Curitiba	16 km
Campo Largo	54 km
Campo Mourão	482 km
Cascavel	524 km
Castro	186 km
Guarapuava	281 km
Foz do Iguaçu	661 km
Francisco Beltrão	516 km

CONTROLE
INTERNO
PÁG 47



Publicado em [FEPAC/FEPAJ](#) Marcado com [2023](#), [fepac](#), [fepac 2023](#), [fepaj](#), [fepaj 2023](#), [festival paranaense da criança](#), [festival paranaense da juventude](#), [fexpar](#), [São José dos Pinhais](#), [torneio](#), [Xadrez](#)

[◀ Festival Paranaense de Xadrez 2023 – Etapa Ibiporã](#) [Festival Paranaense de Xadrez 2023 – Etapa Campo Mourão – Resultados](#) [▶](#)

[89d794757c04/festival-paranaense-da-crianca-festival-paranaense-da-juventude-fepac-fepaj-2023-blitz](https://xadrezsuico.fexpar.com.br/event/ab739da4-22bb-46f4-97ba-200a3a9de99b/festival-paranaense-da-crianca-festival-paranaense-da-juventude-fepac-fepaj-2023-blitz)

XadrezSuíço



Festival Paranaense da Criança & Festival Paranaense da Juventude - FEPAC & FEPAJ 2023

Home

Inscritos

📅 24/03/2023 - 26/03/2023

📍 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - BRA

🏷 Convencional

Lista de Inscritos

Local: Ginásio de Esportes Max Rosenmann

Maiores Informações: <https://fexpar.com.br/festival-paranaense-da-crianca-e-festival-paranaense-da-juventude-2023/>

FOLDER DO EVENTO

Acesse o Evento Blitz:

<https://xadrezsuico.fexpar.com.br/event/cdcb6d46-2a44-4c72-9230->

Valores de Inscrição:

Tipo de Inscrição:	Lote 1 Até 13/03	Lote 2 14/03 - 20/03	Lote 3 A partir de 21/03
Público em Geral	----- ENCERRADO----	----- ENCERRADO----	R\$ 180,00
Inscrição em Clube Filiado	----- ENCERRADO----	----- ENCERRADO----	R\$ 160,00

REEMBOLSO:

No caso de reembolso, será retido 50% do valor da inscrição, sendo um mínimo de R\$ 30 e limite de R\$ 50,00 a fim de taxas administrativas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



Ribeirão do Pinhal, 20 de novembro de 2023.

Prezado Senhor,

O Departamento de Compras e Licitações, vem solicitar de vossa senhoria informações referentes a existência de dotação orçamentária e recursos financeiros apropriados para que possamos dar andamento aos trâmites do processo que visa a **contratação da FEDERAÇÃO PARANAENSE DE XADREZ DO PARANÁ para participação de enxadristas no FEPAC 2024.**

Informo que os valores a serem utilizados para tal contratação serão de aproximadamente: **R\$ 8.900,00**

Segue em anexo documento de formalização de demanda, ETP, Mapa de Riscos e cotações.

Sem mais para o momento e colocando-me a disposição para quaisquer esclarecimentos, aproveito o ensejo para elevar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


CARLOS ALEXANDRE BRAZ

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Ilustríssimo Senhor

MARCELO CORINTH

M.D. Contador

E

LUIZ ANTONIO DIAS CATARINO

M.D. SECRETARIO DE FAZENDA



MANIFESTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

REFERÊNCIA – Pedido de Informação de disponibilidade de Dotação Orçamentária.

OBJETO – Contratação da Federação Paranaense de Xadrez do Paraná, conforme solicitação.

Com base no objeto cima, especificado, informo a este Setor de Compras/Licitações, que o Orçamento vigente dispõe de Dotação Orçamentária apropriada e disponível, para a celebração pretendida, conforme segue.

Órgão - 03 - Secretaria Municipal de Administração.

Unidade - 001 - Departamento de Administração, Compras e Licitações.

Projeto/Atividade - 04.122.0003.2-005 - Atividades da Administração Municipal.

Natureza da Despesa - 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Código reduzido - 00580 - 00000 - 0000/01/07/00/00 - Recursos Ordinários (Livres).

Órgão - 12 - Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer.

Unidade - 001 - Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer.

Projeto/Atividade - 27.812.0013.2054 - Atividades do Esporte, Turismo e Lazer.

Natureza da Despesa - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Código reduzido - 05260 - 00000 - 0000/01/07/00/00 - Recursos Ordinários (Livres).

Valor R\$ 8.900,00 (*oito mil e novecentos reais*).

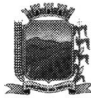
Ribeirão do Pinhal, 20 de novembro de 2023.

Marcelo Corinith
Contador

Ao

Departamento de Compras/Licitação

Nesta



RIBEIRÃO DO PINHAL, 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

PARECER FINANCEIRO

Valor R\$ 8.900,00

REFERÊNCIA: Pedido de informação de disponibilidade financeira para a contratação da Federação Paranaense de Xadrez do Paraná, conforme solicitação.

A Secretaria de Fazenda e Planejamentos, informa a comissão de licitação que dispõe de recursos financeiros e a fonte de recurso a ser utilizada deverá ser a fonte 000.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,


LUIZ ANTONIO DIAS CATARINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ao

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES

NESTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta os devidos estudos para a contratação da FEDERAÇÃO PARANAENSE DE XADREZ DO PARANÁ.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. A Secretaria Municipal de Esportes possui um projeto de xadrez nas escolas municipais visando o desenvolvimento de atividades desportivas com objetivo de construir valores, conceitos, socializar e, principalmente, viver as realidades do Xadrez, que é uma atividade com características pedagógicas que o diferenciam das demais práticas desportivas por desenvolver mais o cognitivo do que o físico, sendo um complemento ideal aos demais esportes.
- 1.2. Em março de 2023 o município participou do FEPAC com 14 enxadristas selecionados entre os que se destacaram nas competições municipais, e dentre estes uma atleta sagrou-se campeã paranaense. Para 2024 a equipe será ampliada para 20 enxadristas dentro os quais alguns têm grande chance de tornarem-se campeões no festival.
- 1.3. Com a contratação da FEXPAR pretende-se além de promover e incentivar as práticas desportivas, melhorar a convivência, administração de conflitos, reconhecimento e aceitação dos alunos que praticam o xadrez, desenvolvendo entre os mesmos a disciplina, trabalho em equipe e competitividade.
- 1.4. A escolha da contratação da FEDERAÇÃO PARANAENSE DE XADREZ é justificada por ser a única filiada a Confederação Brasileira de Xadrez no Paraná, destacando-se pela qualidade dos campeonatos, festivais e torneios que realiza, disponibilizando ótimas estruturas, profissionais, apoio técnico e atendimento aos participantes.

2 - ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
SECRETARIA DE ESPORTES	DEIVID JUNIOR DE MELO

3 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 Não há previsão no PAC tendo em vista que o município não dispõe de tal plano para o exercício de 2023, sendo obrigatório para aquisições somente no exercício de 2024.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A FEXPAR deverá se comprometer com a efetivação das inscrições, registros, transferências de atletas, premiações, apoio logístico e operacional dos participantes de cada categoria e equipe técnica do FEPAC 2024.
- 4.2. A contratada deverá se responsabilizar por todos os materiais esportivos específicos da competição, exceto os de uso pessoal, atendimento médico e outras despesas que forem necessárias para a realização do serviço.

5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

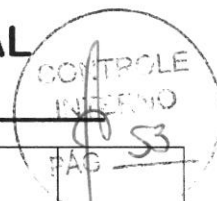
5.1. As quantidades a serem contratadas foram realizadas como base no número de enxadristas que se destacaram no projeto municipal em 2023.

5.2. Segue abaixo tabela com o quantitativo dos itens e valores unitários estimados:

ITEM	CASERV	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VR UNIT.	TOTAL
1.	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024. CATEGORIA SUB-8 (03 masculinos e 05 femininos). No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	08	SRV	400,00	3.200,00
2.	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024. CATEGORIA SUB-10 (05 masculinos e 04 femininos); No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e	09	SRV	400,00	3.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



		alojamento com colchão.				
3.	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024. CATEGORIA SUB-12 (01 masculino e 02 femininos); No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	03	SRV	400,00	1.200,00
4.	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024. EQUIPE TÉCNICA: 03 (três) professores (01 masculino e 02 femininos). No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	03	SRV	300,00	900,00
		Total				8.900,00

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. A metodologia aplicada para o alcance da estimativa de preço supracitada foi obtido de acordo com o decreto municipal 020/2023 Artigo 21, de 27 de março de 2023.

7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO.

7.1 O custo estimado da contratação é de até **R\$ 8.900,00** (oito mil e novecentos reais), conforme cotação em anexo.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução que melhor atende ao interesse e necessidade da secretaria é a contratação direta, por meio de processo de INEXIGIBILIDADE, por se tratar de empresa detentora de exclusividade.

8.2. Devido às características da contratação será necessário o acompanhamento dos atletas por professores durante o festival

9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO.

9.1 Verifica-se que a natureza do objeto da licitação condiciona tecnicamente ao não parcelamento do objeto, uma vez que, a contratação é de evento exclusivo.

10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Com a contratação almeja-se atender a Secretaria de Esportes no desenvolvimento das atividades desportivas dos alunos da rede municipal e contribuir com a melhoria intelectual dos mesmos.

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

As secretarias solicitantes deverão disponibilizar o local em perfeitas condições para que a empresa realize os serviços de forma adequada.

11.1 Para esta contratação sugere-se que a fiscalização do Contrato seja realizada por professores de educação física, os quais possuem conhecimento técnico para acompanhamento dos enxadristas.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 Dada a natureza do objeto que se pretende contratar, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua atividade.

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



14.1 Com base nas informações levantadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar, a equipe responsável declara que a presente contratação é procedente e viável, uma vez que os benefícios diretos e indiretos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, serão alcançados pela Administração, devendo-se dar prosseguimento ao processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Ribeirão do Pinhal 22 de novembro de 2023.

14 – RESPONSÁVEIS



LUIZ ANTONIO DIAS CATARINO
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO



DEIVID JUNIOR DE MELO
SECRETÁRIO DE ESPORTES



MARCOS ELOY HARADA ALVES
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -

TERMO DE REFERÊNCIA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 010/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 289/2023



1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 75, II da Lei n. 14.133/2021).

1.1 Contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes e de acordo com condições, quantidades e exigências, nos termos da tabela abaixo.

ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VR.UNIT.	TOTAL
01	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024. CATEGORIA SUB-8 (03 masculinos e 05 femininos). No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	08	SRV	400,00	3.200,00
02	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024. CATEGORIA SUB-10 (05 masculinos e 04 femininos); No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	09	SRV	400,00	3.600,00
03	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024. CATEGORIA SUB-12 (01 masculino e 02 femininos); No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	03	SRV	400,00	1.200,00
04	25232	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS ESPECIFICAÇÃO: Participação no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024. EQUIPE TÉCNICA: 03 (três) professores (01 masculino e 02 femininos). No valor deverá estar incluso as despesas com alimentação e alojamento para todos os dias do evento contendo no mínimo café da manhã, almoço, jantar e alojamento com colchão.	03	SRV	300,00	900,00
		Total				8.900,00

1.2 Os serviços objeto desta contratação são enquadrados no artigo 74 da Lei 14.133/2021, e são de natureza comum conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência será de 05 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 O prazo para início Dos serviços será conforme regulamento da contratada.

1.5 O custo total da contratação é de R\$ 8.900,0 (oito mil e novecentos reais), conforme tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

2.1 A presente contratação tem por objetivo dar sequência ao projeto municipal de xadrez proporcionando aos participantes melhorias no desenvolvimento de suas técnicas e habilidades cognitivas incentivando a prática esportiva nas unidades escolares.

2.2 Os preços praticados pelas FEXPAR são vantajosos para administração, pois acompanham os valores praticados em 2023, conforme comprovação através de notas fiscais de contratações do mesmo objeto.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1 Em face da inexistência de outras instituições aptas a ofertar tal serviço com valores aceitáveis e vantajosos à administração, a solução encontrada é a contratação direta da FEXPAR conforme ETP.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

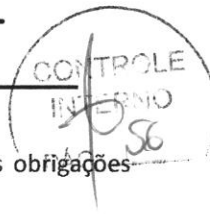
4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por tratar-se de contratação comum, não havendo risco ou complexidade que justifique a exigência de garantia de execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL

- ESTADO DO PARANÁ -



- 4.3 A CONTRATADA compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido neste Termo de Referência;
- 4.4 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 4.5 A CONTRATADA será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência;
- 4.6 Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA;
- 4.7 A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere a CONTRATANTE à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- 4.8 Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 4.9 Manter, durante o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.10 Utilizar profissionais capacitados, observando o registro nos órgãos competentes se assim a legislação exigir, sendo vedada a utilização de profissionais sem aptidão técnica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

- 5.1 As inscrições dos enxadristas e equipe técnica deverão ser realizadas no prazo de até **02 (dois) dias corridos**, a partir do recebimento da ordem de serviço.
- 5.1.1. Caso não seja possível a realização das inscrições na data estabelecida, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (03) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, ficando sob sua responsabilidade a efetivação das mesmas.
- 5.1.2. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame (Se existir).
- 5.1.3. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

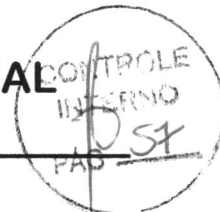
6. GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decreto Municipal 023/2023).
- 6.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato OU documento equivalente contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do mesmo, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.7. Serão passíveis de penalidades as seguintes condutas: inexecução dos serviços, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas e outras relativas a quaisquer cláusulas contratuais.
- 6.8. A CONTRATADA sujeitar-se-á a multa de 10% sobre o valor dos itens solicitados, em caso de recusa injustificada e demais sanções estabelecidas no edital, na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas que regem a matéria.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei n. 14.133/2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO.

7.1.1 Os serviços serão recebidos, juntamente com a nota fiscal, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato indicado na ordem de serviços, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 A nota fiscal deverá ser emitida **APÓS O TÉRMINO DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ENXADRISTAS** em nome do **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL – CNPJ: 76.968.064/0001-42 – RUA PARANÁ N.º 983 – CENTRO – CEP: 86.490-000.**

7.2 LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

7.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.3 O pagamento será realizado por meio de TED, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado em até 05 (cinco) dias úteis, com a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento em hipótese alguma.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

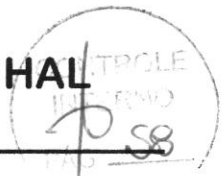
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município sendo atendidas pelas seguintes dotações: 580-000/5260-000-3390390000.

Ribeirão do Pinhal, 22 de novembro de 2023.

DEIVID JUNIOR DE MELO
SECRETÁRIO DE ESPORTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 000/2023 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 014/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 289/2023.

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL ESTADO DO PARANÁ, e do outro lado, a empresa “XXXXXXXXXX”.

O Município de Ribeirão do Pinhal – Estado do Paraná, com sede a Rua Paraná n.º 983 – Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 773.261-9 SSP/PR e inscrito sob CPF/MF n.º 171.895.279-15, neste ato simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **XXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n.º. XXXXXXXXXXXX, Fone (XXX) XXXX e-mail XXXXXX com sede na XXXX n.º XXX – XXX – CEP XXX na cidade de XXXX, neste ato representado pelo (a) Senhor (a) **XXXXXX**, brasileiro (a), casado (a), xxxx, , neste ato simplesmente denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar entre si o presente Contrato, que será regido pela Lei n. 14.433/2021 e Decreto Municipal 020/2023, suas complementações e alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos, pelas disposições de direito público e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes, obrigando-se o CONTRATADO a executar em favor da **CONTRATANTE** o objeto conforme consta na proposta anexada ao Processo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação registrada sob o n.º **010/2023 de XXXXX**, a qual fará parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá início na data de xxxxx e vigorará por 05 meses, podendo ser prorrogado, dependendo do interesse da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor dos serviços é de R\$ **xxxxx** (xxxxxxx), que serão pagos, após participação dos enxadristas no festival, devendo a nota fiscal ser encaminhada para o Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal (PR) acompanhado das certidões negativas de débitos.

3.1. O pagamento será conforme o número de enxadristas participantes no FEPAC 2024, podendo ocorrer variação no valor caso ocorra alguma desistência.

3.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL – CNPJ: 76.968.064/0001-42 – RUA PARANÁ N.º 983 – CENTRO – CEP: 86.490-000** e encaminhada no e-mail **compras.pmrpinhal@gmail.com** e **pmrpinal@uol.com.br**

3.3 O preço praticado será fixo e irrevogável pelo período contratado, podendo ser reajustado, caso necessário, utilizando - se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos para pagamento dos serviços correrão por conta da dotação prevista no orçamento do município: xxxx

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

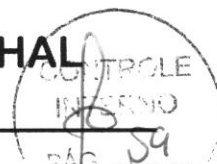
5.1. Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a:

5.1.1 Executar os serviços, de acordo com sua proposta, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL

- ESTADO DO PARANÁ -



- 5.1.2 Arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços a serem executados, correndo por sua conta e risco a utilização de pessoal capacitado, equipamentos, instrumentos, materiais necessários a realização do festival, exceto as de uso pessoal do enxadrista;
- 5.1.3 Disponibilizar alimentação aos enxadristas e equipe técnica em todos os dias do festival contendo *café da manhã, almoço, jantar* bem como os alojamentos com colchão;
- 5.1.4 Utilizar exclusivamente pessoal habilitado para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato;
- 5.1.5 Assumir total responsabilidade com todas as despesas com as pessoas utilizadas na execução, que não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de Ribeirão do Pinhal;
- 5.1.6 Não transferir a outrem, total ou parcialmente, as responsabilidades a que está obrigada por este Contrato, nem subcontratar, sem prévio assentimento da Contratante.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 6.1 Para garantir fiel cumprimento do presente contrato, o **CONTRATANTE** se compromete a:
- 6.1.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada na cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;
- 6.1.2. Disponibilizar transporte para o deslocamento dos enxadristas e equipe técnica;
- 6.1.3 Encaminhar todos os documentos necessários para realização das inscrições;
- 6.1.4. A administração do Município de Ribeirão do Pinhal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. A fiscalização sobre o objeto deste contrato será exercida pelo senhor JULIANO BRAZ.

CLÁUSULA OITAVA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 8.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 8.2. Para os propósitos desta cláusula definem-se as seguintes práticas:
- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 8.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 8.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A recusa na execução do objeto, sem motivo justificado e aceito pela Administração, constitui-se em falta grave, sujeitando a CONTRATADA, à sua inscrição no Registro de Ocorrências Nacionais, impossibilitando o direito de contratar com o Poder Público por até dois anos, bem como as sanções que a Lei impõe, não impedindo, em razão das circunstâncias e a critério da administração, a aplicação das seguintes penalidades:

- a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgulas nove por cento);
- b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega que em caso de não pagamento, será encaminhada para a dívida ativa do Município, visando a sua execução;
- c) Emissão e Publicação de Declaração de Inidoneidade em veículo de imprensa regional, estadual e nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENÚNCIA E RESCISÃO

10.1. O Contrato poderá ser rescindido:

- a) unilateralmente, pela Prefeitura, na forma do artigo 124, inciso I, “a, b” da Lei nº 14.133/2021;
- b) por acordo entre as partes, na forma do 124, inciso II, “a, b, c, d” da Lei nº 14.133/2021;
- c) nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Caso o Estado venha a disponibilizar uma vaga gratuita para a paciente ocorrerá automática rescisão amigável, sem pagamento e indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 Para eficácia do presente instrumento, o **CONTRATANTE** providenciará sua publicação em veículo de grande circulação, em forma de extrato, em conformidade com o disposto no art. 174 e 175 da Lei 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD.

12.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso, em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente da declaração ou de aceitação expressa.

12.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

12.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados, quando for o caso, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

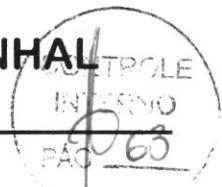
12.7 O Contratante poderá realizar diligencia para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.8 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.9 O Fornecedor deverá implementar e manter as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a proteção dos Dados Pessoais do Contratante, contra destruição acidental ou ilegal, danos, perdas, alterações,



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
- ESTADO DO PARANÁ -



Ribeirão do Pinhal, 22 de novembro de 2023.

Prezado Senhor,

Venho pelo presente solicitar de vossa senhoria Parecer sobre o processo de contratação direta por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2023 (ARTIGO art. 74)** cujo objeto é a Contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

Atenciosamente,

ADRIANA CRISTINA DE MATOS
- COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO PORTARIA 046/2023 -

Ilustríssimo Senhor
ALYSSON HENRIQUE VENÂNCIO ROCHA
ADVOGADO
Ribeirão do Pinhal – Paraná



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
- ESTADO DO PARANÁ -



Parecer Jurídico nº 174/2023 – Processo Administrativo nº 289/2023

CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2023¹

OPERAÇÃO: Contratação.

OBJETO: “contratação da Federação Paranaense de Xadrez - FEXPAR para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024.”

BASE LEGAL: Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

SOLICITANTE: Secretaria de Esporte.

I – RELATÓRIO

Foi a presente contratação, solicitada pelo Sr. Secretário Municipal de Esporte, em data de 01 de novembro de 2023, com anuência da autoridade competente na mesma data, encaminhada ao departamento de licitações, o qual deu continuidade ao procedimento.

1

Em 20 de novembro de 2023 foi informada a dotação orçamentária apropriada pelo Departamento de Contabilidade. De igual modo, o Departamento Financeiro, na mesma data, informou a existência de recursos para a contratação.

Consta, ainda, no presente procedimento administrativo: Documento de Formalização de Demanda (DFP); Lista dos Enxadristas e Professores que irão participar do festival paranaense de xadrez; Proposta de Preços; Declaração Unificada; Declaração Confederação Brasileira de Xadrez Escolar; Certidão Negativa

1 Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



divulgação ou acesso não autorizados, sem prejuízo do cumprimento de qualquer outra medida exigida pelas leis de proteção de dados aplicáveis. O Contratado deverá assegurar que qualquer pessoa autorizada a processar os Dados Pessoais do Cliente esteja vinculada a obrigações contratuais de confidencialidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

13.1. Independentemente de transcrição, farão parte integrante deste instrumento de contrato a proposta adjudicada do Processo de Contratação Direta por Inexigibilidade de licitação n.º **010/2023**, e a proposta final e adjudicada da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 14.133/2021 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Ribeirão do Pinhal – Estado do Paraná, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando pelo menos uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma da Lei 14.133/2021.

Ribeirão do Pinhal, xxxxx 2023.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
CPF: XXXXXXX

TESTEMUNHAS:

FAYÇAL MELHEM CHAMMA JUNIOR
CPF/MF 033.182.809-09

CARLOS ALEXANDRE BRAZ
CPF/MF 030.393.009-89

RAFAEL SANTANA FRIZON
ADVOGADO.

GESTORA DO CONTRATO

FISCAL DO CONTRATO

DEIVID JUNIOR DE MELO

JULIANO BRAZ



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

1. Dados do Processo:	
Objeto	INSCRIÇÕES NO FESTIVAL PARANAENSE DE XADREZ 2024.
Processo	289/2023
Data	22/11/2023
2. Fase de Análise:	
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato	
3. Riscos:	
Risco 01:	Estudos preliminares deficientes
Probabilidade: <input type="checkbox"/> baixa <input checked="" type="checkbox"/> média <input type="checkbox"/> alta	
Impacto: <input type="checkbox"/> baixa <input type="checkbox"/> média <input checked="" type="checkbox"/> alta	
Dano(s): Contratação deficiente, gastos com processo licitatório ineficiente.	
Ação Preventiva: Verificar se os requisitos previstos no §1º, art. 18, da Lei 14.133/21 foram cumpridos.	
Responsável: Equipe de planejamento	
Ação de Contingência: Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.	
Responsável: Equipe de planejamento	
Risco 02:	Atraso na contratação
Probabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> baixa <input type="checkbox"/> média <input type="checkbox"/> alta	
Impacto: <input type="checkbox"/> baixa <input checked="" type="checkbox"/> média <input type="checkbox"/> alta	
Dano(s): Comprometimento da participação dos enxadristas.	
Ação Preventiva: Informar todos os dados necessários e essenciais para contratação	
Responsável: Setor solicitante	
Ação de Contingência: Realizar um levantamento prévio do número de participantes com chances de vencer	
Responsável: Setor solicitante	
Risco 03:	Atraso nas inscrições
Probabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> baixa <input checked="" type="checkbox"/> média <input type="checkbox"/> alta	
Impacto: <input type="checkbox"/> baixa <input checked="" type="checkbox"/> média <input checked="" type="checkbox"/> alta	
Dano(s): Mora no atendimento da demanda.	
Ação Preventiva: Realização do processo de contratação com antecedência.	
Responsável: Comissão de Contratação	
Ação de Contingência: Levantamento correto do numero de participantes.	
Responsável: Setor solicitante	
4. Responsáveis pela elaboração do Mapa de Riscos:	
 LUIZ ANTONIO DIAS CATARINO SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	
 DEIVID JUNIOR DE MELO SECRETÁRIO DE ESPORTES	
 MARCOS ELOY HARADA ALVES PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	



FGTS; Certidão Negativa Tributos Federais; Certidão Negativa Débitos Trabalhistas; Certidão Negativa Tributos Estaduais; Certidão Negativa Tributos Municipais; Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência.

Após, vieram os autos para parecer.

II – MANIFESTAÇÃO

Sobre a obrigatoriedade de licitação, o art. 37, XXI, da Constituição Federal assim estabelece:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

2

Como se vê, a exigência de prévia licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. Com efeito, tal exigência se faz necessária para a efetiva concretização dos princípios basilares que regem a Administração pública, elencados no art. 37, caput, da CF/88.

No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos pela legislação, em que se permitem exceções à regra geral da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
- ESTADO DO PARANÁ -



Tais exceções, encontram-se previstas nos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, que tratam, respectivamente, de inexigibilidade e dispensa de licitação.

Ocorre que o presente caso enquadra-se numa forma de inexigibilidade de licitação, embora não aventada nas hipóteses do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, mesmo porque conforme balizado pela doutrina, o rol do citado artigo não é taxativo.

Ademais, segundo o pleito da Secretaria de Esportes, os atletas do município, juntamente com os professores, irão participar do FEPAC (Festival Paranaense da Criança de Xadrez de 2024), a ser realizado em março de 2024 (sem local ainda definido).

Há que se destacar, ainda, que a Federação de Xadrez do Paraná – FEXPAR será a responsável pela organização do evento, sendo ela a única federação que organiza essa competição no Estado do Paraná, posto que possui exclusividade na realização do referido campeonato, consoante atestam documentos que acompanham o presente procedimento, notadamente **declaração** da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE XADREZ ESCOLAR.

3

Trata-se, assim, da necessidade de contratação direta, haja vista que **no presente caso a competição (concorrência) seria impossível**, pelo simples motivo que a Federação de Xadrez do Paraná - FEXPAR possui exclusividade na organização e realização do referido campeonato (festival) na circunscrição do Estado do Paraná.

Sendo assim, no tocante ao pedido de contratação direta por inexigibilidade formulado pela Secretaria Municipal de Esportes, entendo inexistir óbice jurídico para o prosseguimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
- ESTADO DO PARANÁ -



Conforme o Estudo Técnico Preliminar, a Secretaria Municipal de Esportes justifica a escolha da Federação de Xadrez do Paraná – FEXPAR por ser a única filiada a Confederação Brasileira de Xadrez no Estado do Paraná.

Cumpre, ainda, destacar que neste procedimento administrativo de contratação direta por inexigibilidade, constam os documentos de formalização de demanda, **Termo de Referência** contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto requisitado e, ainda, **Estudo Técnico Preliminar** comprovando a viabilidade da contratação.

Ademais, o parecer financeiro e o parecer contábil demonstram a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art. 72, inciso IV).

Destarte, após exame dos elementos constantes do processo administrativo sob nº 289/2023 em epígrafe, até o presente momento e do contrato a ser celebrado oportunamente, verifica-se que atendem as exigências preconizadas na Lei nº 14.133/2021, bem como foram respeitados os procedimentos da fase interna.

4

Por fim, importa destacar que este Departamento Jurídico foi instado a se manifestar nos presentes autos por força do art. 72, II, c/c art. 53, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Desta feita, pela literalidade da disposição legal acima mencionada, faz-se necessário apreciar a pretendida contratação sob a ótica da legalidade e juridicidade, **não sendo possível a este Departamento Jurídico adentrar ao mérito administrativo.**

Por isso, a presente manifestação limitou-se à questão estritamente jurídica “in abstrato”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
- ESTADO DO PARANÁ -



outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

Por essa razão, **a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que não é relativo à área jurídica.**

III – CONCLUSÃO

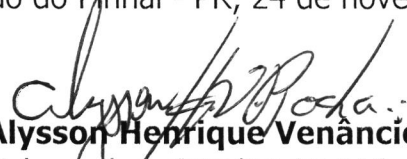
Em face do exposto, sob o aspecto estritamente jurídico, opina-se pelo prosseguimento do processo administrativo nº 289/2023, devendo-se observar a divulgação em sítio eletrônico oficial.

S.M.J., é o Parecer.

Finalmente, deve ainda o presente procedimento ser encaminhado à Unidade de Controle Interno para que esta se manifeste no que entender necessário.

5

Ribeirão do Pinhal - PR, 24 de novembro de 2023.


Alysson Henrique Venâncio Rocha
Advogado – OAB/PR 35.546
Matrícula Funcional 8161



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 289/2023 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 010/2023.

CONSIDERANDO os elementos contidos devidamente justificado pela unidade requisitante;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos que comprovam que a empresa a ser contratada possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato com a Administração Pública;

CONSIDERANDO o cumprimento dos demais requisitos estabelecidos no art. 72 da Lei Federal 14.133/2021 bem como seu enquadramento no artigo 74;

CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico faz as ressalvas necessárias e atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 020/2023, AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 010/2023, nos termos descritos abaixo:

Objeto: Contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes.

ITEM	CONTRATADA	CNPJ	VALOR
01	FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ	01.877.393/0001-89	R\$ 8.900,00

Fiscal de Contrato: Marcos Eloy Harada Alves

Gestor do Contrato: Deivid Junior de Melo

Fundamento Legal: artigo 74 da Lei Federal 14.133/2021.

Vigência do Contrato: 05 meses.

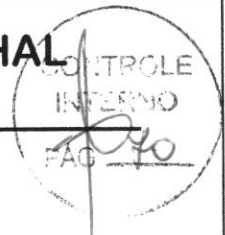
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do art. 72, paragrafo único da Lei 14.133/21, para que fique a disposição do público em sitio oficial eletrônico.

Ribeirão do Pinhal, 27 de novembro de 2023.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -



PARECER DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 010/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 289/2023.

OBJETO:- Contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes.

EMPRESA VENCEDORA:- FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ.
CNPJ/CPF:- 01.877.393/0001-89
ENDEREÇO:- RUA ALMIRANTE BARROSO –142– BAIRRO SÃO FRANCISCO.
CIDADE:- CURITIBA - PARANÁ – CEP: 80.510-240
VALOR A CONTRATAR:- R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais)

A Comissão de Contratação recebeu o presente procedimento para análise e parecer, e, reunida, analisando o presente procedimento quanto às suas características e levando-se com conta o Parecer Jurídico Favorável a contratação na modalidade de **inexigibilidade de licitação**, a qual se faz com fulcro no **artigo 74 da Lei n. 14.133/2021**, autorizando a contratação da Federação Paranaense de Xadrez do Paraná, o qual se habilitou preenchendo os requisitos legais.

Registrando-se que o presente procedimento está instruído de toda a documentação exigida por lei para a contratação do objeto e as empresas acima qualificadas encontram-se com as certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômica financeira, nos termos do artigo 72 da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal 020/2023.

Também não foram apontados impedimentos de contratar com a Administração Pública, conforme consulta nos cadastros: Impedidos de Licitar (TCE/PR), CEIS, CNEP da Controladoria Geral da União.

Registramos ainda que o orçamento foi colhido pelo Diretor do Departamento de Compras e Licitações sendo de sua total responsabilidade os preços apresentados, e a necessidade da contratação é de responsabilidade e competência do setor solicitante, cabendo a esta comissão a análise somente da documentação relacionada a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômica financeira anexados ao processo e do valor apresentado.

Diante do exposto e não tendo mais nada a relatar, a Comissão de Contratação encaminha o referido processo para **HOMOLOGAÇÃO** pela autoridade competente, visto que não houve irregularidades constatadas.

Ribeirão do Pinhal, 24 de novembro de 2023.


ADRIANA CRISTINA DE MATOS
PRESIDENTE


MARIA MAGALI MOSSATO CORRALES
MEMBRO


GILSON LUIZ BIANCHI
MEMBRO.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FEDERACAO DE XADREZ DO PARANA FEXPAR**

CPF/CNPJ: **01.877.393/0001-89**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

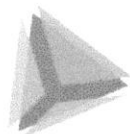
O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:30:09 do dia 27/11/2023 , com validade até o dia 27/12/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: IFgWl0tbeB6dJ6Iw4QVT

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 01877393000189

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
- ESTADO DO PARANÁ -



Ribeirão do Pinhal, 27 de novembro de 2023.

Prezado Senhor,

Em conformidade com o artigo 8.º do Decreto Municipal 020/2023, venho pelo presente solicitar de vossa senhoria Parecer sobre o processo **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2023**, cujo objeto é a contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes.

Atenciosamente,


ADRIANA CRISTINA DE MATOS
- COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO -
- PORTARIA 046/2023 -

Ilustríssimo Senhor
ALAN PAIVA
M.D. Controlador Interno
Ribeirão do Pinhal – Paraná

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

ESTADO DO PARANÁ

CONTROLE
INTERNO
PAG 244**CERTIDÃO NEGATIVA 1786/2023****IMPORTANTE:**

FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo a empresa com a Localização descrita abaixo.

VALIDADE: 28/01/2024

CÓD. AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJEUFFHQZZX28BTUA

REQUERENTE:

PROTOCOLO:

FINALIDADE: CADASTRO EM EMPRESAS E/OU ÓRGÃOS PÚBLICOS

RAZÃO SOCIAL: FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ - FEXPAR

INSCRIÇÃO EMPRESA

CNPJ/CPF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ALVARÁ

7958

01.877.393/0001-89

ENDEREÇO

ALMIRANTE BARROSO, 142 - CENTRO - SAO FRANCISCO CEP: 80510240 Curitiba - PR

ATIVIDADES

ão definidas

Observações:

Ribeirão do Pinhal, 29 de Novembro de 2023

Emitido por: ALAN PAIVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
- ESTADO DO PARANÁ -

Processo de Licitação.

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº: **010/2023.**

Objeto:- Inscrições Fepac 2024

Interessado: Município de Ribeirão do Pinhal – Paraná.

Item	Questões relativas aos Documentos e Procedimentos a serem considerados no processo.	Sim ou Não	Página
01	Consta Documento de formalização de demanda	S	01,02
02	Consta demonstração do detalhamento do objeto?	S	03,04
03	Existe cotação de preços do Departamento de Compras?	S	06
04	A empresa apresentou Certidões?	S	30 a 36
05	Existe Estudo Técnico Preliminar	S	52 a 54
06	Existe Mapa de Analise de Riscos	S	62
07	Existe informação de Dotação Orçamentária?	S	50
08	Existe Certidão Negativa de Débitos da Empresa vencedora junto ao Município?	s	74
09	Existe informação de Recursos Financeiros?	S	51
10	Existe Termo de Referencia	S	55 a 57
11	Existe minuta do Contrato de Prestação de Serviço	s	58 a 61
12	Houve Parecer Jurídico?	S	64 a 68
13	Termo de Autorização de Contratação Direta	S	69
14	Existe Parecer da Comissão de Contratação	s	70
14	O Processo foi autuado com numeração das páginas?	S	01 a 74

Parecer do Controle Interno:

Conforme análise do Parecer Jurídico e Comissão de Licitação ao documento Anexo efetuado esta Unidade de Controle Interno é de PARECER FAVORÁVEL à homologação do certame, tendo em vista que o Processo de Inexigibilidade de Licitação autuado sob n.º **010/2023**, por estar em conformidade com os preceitos da Legislação vigente, devendo ser encaminhado para o Prefeito Municipal para HOMOLOGAÇÃO

Ribeirão do Pinhal PR, 29 de novembro de 2023.


ALAN PAIVA
Controlador Interno
CONTROLE INTERNO
RG: 9367866-4
CPF: 084.908.469-52



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -

TERMO DE RATIFICAÇÃO

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 010/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 289/2023

OBJETO:- Contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes.

EMPRESA VENCEDORA:- FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ.
CNPJ/CPF:- 01.877.393/0001-89
ENDEREÇO:- RUA ALMIRANTE BARROSO –142– BAIRRO SÃO FRANCISCO.
CIDADE:- CURITIBA - PARANÁ – CEP: 80.510-240
VALOR A CONTRATAR:- R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais)

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E LICITAÇÕES

04.122.0003.2-005 – Atividades da Administração Municipal

580– 339039- 0000 – OUTROS SERV.TERC.PESSOA JURÍDICA

FR 000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E LAZER

12.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E LAZER

27.812.0013.2054 – ATIVIDADES DO DE ESPORTES, TURISMO E LAZER

339039- 0000 – OUTROS SERV.TERC.PESSOA JURÍDICA

5260-000

JUSTIFICATIVA: Artigo 74 da Lei 14.133/2021 – **Inviabilidade de competição.**

Ratifico a contratação acima em conformidade com o parecer jurídico e ainda considerando que o Controle Interno atesta que foram cumpridas as exigências legais. Em consequência AUTORIZO a contratação do objeto com as empresas acima.

Ribeirão do Pinhal, 30 de novembro de 2023.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ
PREFEITO MUNICIPAL

		Tipo Uso: Aplicação De Agrotóxicos. (Saúde) MARCA CLL				
--	--	----------------------------------------------------------	--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL**PROCESSO LICITATÓRIO INEX. DE LICITAÇÃO N.º 010/2023 – PROCESSO N.º 289/2023 – CONTRATO 238/2023.**

Extrato de Contrato celebrado entre o Município de Ribeirão do Pinhal, CNPJ n.º 76.968.064/0001-42 e a empresa FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ CNPJ n.º 01.877.393/0001-89. Objeto: contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes. Vigência 05 meses. VALOR R\$ 8.900,00. Data de assinatura: 30/11/2023. PAULO VIRGÍLIO RIOS RODRIGUES, presidente, portador de Cédula de Identidade n.º 6.541.281-0 SESP/PR e inscrito sob CPF/MF n.º 042.288.379-48 e DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ, CPF/MF n.º 171.895.279-15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL**CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 021/2023 – P.A N.º 293/2023**


A Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal – Paraná comunica a quem possa interessar que o processo licitatório na modalidade DISPENSA (GARANTIA TÉCNICA), visando a Contratação de Serviços de revisão automotiva programada de 40.000km com empresa autorizada visando manter a garantia técnica em um ônibus marca MARCOPOLO modelo VOLARE V8L ON, ANO 2022/2023, PLACA SDZ-9G67 pertencente a Secretaria de Saúde, teve como vencedor a empresa abaixo especificada: LOTE 01 - RODO SERVICE LTDA CNPJ 00.688.075/0004-50. VALOR: R\$ 5.016,23. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: ARTIGO 75 IV “a”. RATIFICAÇÃO DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ – 29/11/2023.

Assinatura Digital

**JULIANO
ZACARIAS
FERREIRA:05014
610943**


Assinado de forma
digital por JULIANO
ZACARIAS
FERREIRA:05014610943
Dados: 2023.11.30
22:48:29 -03'00'

Atas & Editais



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
- Estado do Paraná -
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Departamento de Licitações e Contratos
Rua Osvaldo Amaral de Oliveira, 555 - Centro - Ribeirão Claro - PR
CEP 86410-000 - Telefone: (43) 3536.1300
E-mail: licitacoes@ribeiraoclaro.pr.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 094/2023 (PMRC)
Objeto: A possível aquisição de Serviços Gráficos para a produção de notas fiscais de produtor rural em formulário contínuo, para uso da Secretaria Municipal de Agricultura.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.449.579/0001-73
Contratado: IMPREFORM FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA - CNPJ: 02.702.600.0001-27
Valor Total: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)
Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Ribeirão Claro PR, 27 de Novembro de 2023.
João Carlos Bonato
Prefeito Municipal
Jaqueline de Oliveira Barão
Presidente da Comissão Permanente de Licitação




PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
- Estado do Paraná -
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Departamento de Licitações e Contratos
Rua Osvaldo Amaral de Oliveira, 555 - Centro - Ribeirão Claro - PR
CEP 86410-000 - Telefone: (43) 3536.1300
E-mail: licitacoes@ribeiraoclaro.pr.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 096/2023 (PMRC)
Objeto: A possível aquisição de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança privada para atendimento dos eventos alusivos ao Raveillon 2023.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.449.579/0001-73
Contratado: TERCERZA SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 43.794.969.0001-94
Valor Total: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Ribeirão Claro PR, 27 de Novembro de 2023.
João Carlos Bonato
Prefeito Municipal
Jaqueline de Oliveira Barão
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
- Estado do Paraná -
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Departamento de Licitações e Contratos
Rua Osvaldo Amaral de Oliveira, 555 - Centro - Ribeirão Claro - PR
CEP 86410-000 - Telefone: (43) 3536.1300
E-mail: licitacoes@ribeiraoclaro.pr.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 097/2023 (PMRC)
Objeto: A possível contratação de empresa especializada para substituição das calhas de escoamento para chuva da Casa da Cultura.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.449.579/0001-73
Contratado: JOÃO FERREIRA RIBEIRO - CNPJ: 19.268.294.0001-55
Valor Total: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Ribeirão Claro PR, 28 de Novembro de 2023.
João Carlos Bonato
Prefeito Municipal
Jaqueline de Oliveira Barão
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
- Estado do Paraná -
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Rua Cel. Emílio Gomes, 522 - Centro - Ribeirão Claro - PR
CEP: 86410-000 - Fone: (43) 3536.1300
e-mail: educacao@ribeiraoclaro.pr.gov.br

AVISO DE RESULTADO DE CHAMADA PÚBLICA A TÍTULO DE ORÇAMENTO
CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2023 (PMRC/SEMEC)

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura torna público que a empresa abaixo apresentou proposta de preço, a título de orçamento, compreendendo como objeto aquisição de materiais para distribuição gratuita e materiais de expediente para serem utilizados pelas escolas da rede pública municipal de ensino, CMEIs, Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Cultura, conforme Chamada Pública nº 003/2023 (PMRC/SEMEC).

Empresa	CNPJ	Data do Orçamento
Brambilla & Rodrigues LTDA - ME	79.036.778/0001-00	09/11/2023

Ribeirão Claro-PR, 29 de novembro de 2023.

Andréia Dias Barbosa
Secretária Municipal de Educação e Cultura



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ
ESTADO DO PARANÁ
Av. Brasil, 1.738 - Cambará-PR - 50390-000 - (43) 3531-8800

DECRETO Nº 3.187/2023

Súmula: Declara de utilidade pública para fins de licenciamento ambiental, área de terra urbana, denominada de preservação permanente - APP, localizada no Residencial Santa Isabel, para construção e instalação de emissário de águas pluviais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cambará, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, V da Lei Orgânica do Município, e com fulcro na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012,

CONSIDERANDO o art. 3º, Inc. II da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que entende por área de Preservação Permanente - APP, área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações.

CONSIDERANDO o art. 3º, Inc. VIII, "b", da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que entende como de utilidade pública as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;

CONSIDERANDO o art. 8º, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que prevê a possibilidade de intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente nos casos de utilidade pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública para fins passagem de licenciamento ambiental, a área de terra urbana denominada de área de preservação permanente - APP, localizada no loteamento urbano denominado Residencial Santa Isabel, no percentual necessário para a para construção e instalação de emissário de águas pluviais.

Art. 2º A área mencionada no artigo 1º será utilizada para a construção e instalação de emissário de águas pluviais cujo manilhamento da rede terá a distância de 31,71 metros e será instalado no local com as seguintes coordenadas:

Trecho	Distância	Coordenada Inicial	Coordenada Final
I	31,71 metros	Long: 593487,28 m E Lat: 7451478,29 m S	Long: 593516,14 m E Lat: 7451460,90 m S

Art. 3º Após a realização das obras o Loteador - RESIDENCIAL SANTA ISABEL, ficará responsável pela recuperação da área objeto da intervenção.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições com contrário.

Cambará, Estado do Paraná, 30 de novembro de 2023.

João Salim Haggi Neto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR
CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2023 - P.A.N.º 293/2023
A Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal - Paraná comunica a quem possa interessar que o processo licitatório na modalidade DISPENSA (GARANTIA TÉCNICA), visando a Contratação de Serviços de revisão automotiva programada de 40.000km com empresa autorizada visando manter a garantia técnica em um ônibus marca MARCOPOLLO modelo VOLARE V8L ON, ANO 2022/2023, PLACA SDZ-9G87 pertencente a Secretaria de Saúde, leve como vencedor a empresa abaixo especificada: LOTE 01 - RODO SERVICE LTDA CNPJ 00.688.075/0004-50. VALOR: R\$ 5.016,23. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: ARTIGO 75 IV "a". RATIFICAÇÃO DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ - 29/11/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - PR
PROCESSO LICITATÓRIO INEX. DE LICITAÇÃO Nº. 010/2023 - PROCESSO Nº. 289/2023 - CONTRATO 238/2023
Extrato de Contrato celebrado entre o Município de Ribeirão do Pinhal, CNPJ nº 76.968.064/0001-42 e a empresa FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ CNPJ nº 01.877.393/0001-89. Objeto: contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de esquadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes, Vigência 05 meses, VALOR R\$ 8.900,00. Data de assinatura: 30/11/2023. PAULO VIRGÍLIO RIOS RODRIGUES, presidente, portador de Cédula de Identidade nº 6.541.281-0 SESP/PR e inscrito sob CPF/MF nº 042.288.379-48 e DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ, CPF/MF nº 171.895.279-15.

TRIBUNA DO VALE

O Diário da nossa região - Fundado em agosto de 1995

Tv Editora e Gráfica Eirel
CNPJ 28.454.259/0001-21
Matriz: Rua Antônio de Castro Vilar Boas, 138
Parque Vista Alegre - Santo Antônio da Platina, PR
Fone/Fax: 43-3534.4114

Jornalista Responsável
Luiz Guilherme Bannwart - MTB 9962/PR
tribunadovale@gmail.com
tribunadovale@uol.com.br

Diagramação
Priscila Simões - (43) 9 9619-9645

Impressão

Tv Editora e Gráfica Eirel - CNPJ 28.454.259/0001-21
Fone/Fax: 43-3534.4114

Circulação:

Abatiá | Andará | Arapoti | Bandeirantes | Barra do Jacaré | Cambará | Carlópolis |
Conselheiro Marink | Figueira | Guapirama | Ibatí
Itamaracá | Jaboti | Jacarezinho | Jaguariaíva | Japira | Joaquim Távora | Jundiá
do Sul | Pinhalão | Quatiguá | Ribeirão Claro | Ribeirão do Pinhal | Salto do
Itararé | Santana do Itararé
Santo Antônio da Platina | São José da Boa Vista | Sengés
Siqueira Campos | Tomazina | Wenceslau Brás.

* Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, sendo de exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores.

WWW. TRIBUNA DO VALE .com.br

Informação no tempo certo!

**O JORNAL MAIS LIDO AGORA
TAMBÉM É O MAIS ACESSADO.**



Acesse, assine, anuncie!
(43) 3534-4114



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 238/2023 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 289/2023.

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL ESTADO DO PARANÁ, e do outro lado, a empresa **FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ**.

O Município de Ribeirão do Pinhal – Estado do Paraná, Inscrição sob CNPJ n.º 76.968.064/0001-42, com sede a Rua Paraná n.º 983 – Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 773.261-9 SSP/PR e inscrito sob CPF/MF n.º 171.895.279-15, neste ato simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **FEDERAÇÃO DE XADREZ DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob n.º 01.877.393/0001-89 Fone (41) 99797-5601 e-mail paulovirgilio@gmail.com com sede na Rua Almirante Barroso –142– Bairro São Francisco – Curitiba - PR – CEP: 80.510-240, neste ato representado pelo Senhor **PAULO VIRGÍLIO RIOS RODRIGUES**, presidente, portador de Cédula de Identidade n.º 6.541.281-0 SESP/PR e inscrito sob CPF/MF n.º 042.288.379-48, neste ato simplesmente denominado **CONTRATADO** resolvem celebrar entre si o presente Contrato, que será regido pela Lei n. 14.433/2021 e Decreto Municipal 020/2023, suas complementações e alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos, pelas disposições de direito público e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação da Federação Paranaense de Xadrez para participação de enxadristas no Festival Paranaense da Criança de Xadrez 2024 conforme solicitação do Secretário de Esportes, obrigando-se o CONTRATADO a executar em favor da **CONTRATANTE** o objeto conforme consta na proposta anexada ao Processo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação registrada sob o n.º **010/2023 de 07 de novembro DE 2023** a qual fará parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará por 05 meses, podendo ser prorrogado, dependendo do interesse da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor dos serviços é de **R\$ 8.900,00** (oito mil e novecentos), que serão pagos, após participação dos enxadristas no festival, devendo a nota fiscal ser encaminhada para o Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal (PR) acompanhado das certidões negativas de débitos.

3.1. O pagamento será conforme o número de enxadristas participantes no FEPAC 2024, podendo ocorrer variação no valor caso ocorra alguma desistência.

3.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL – CNPJ: 76.968.064/0001-42 – RUA PARANÁ N.º 983 – CENTRO – CEP: 86.490-000** e encaminhada no e-mail **compras.pmrpinhal@gmail.com** e **pmrpinhal@uol.com.br**

3.3 O preço praticado será fixo e irrevogável pelo período contratado, podendo ser reajustado, caso necessário, utilizando - se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos para pagamento dos serviços correrão por conta da dotação prevista no orçamento do município: 580-000/5260-000-3390390000.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a:

5.1.1 Executar os serviços, de acordo com sua proposta, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -

- 5.1.2 Arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços a serem executados, correndo por sua conta e risco a utilização de pessoal capacitado, equipamentos, instrumentos, materiais necessários a realização do festival, exceto as de uso pessoal do enxadrista;
- 5.1.3 Disponibilizar alimentação aos enxadristas e equipe técnica em todos os dias do festival contendo *café da manhã, almoço, jantar* bem como os alojamentos com colchão;
- 5.1.4 Utilizar exclusivamente pessoal habilitado para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato;
- 5.1.5 Assumir total responsabilidade com todas as despesas com as pessoas utilizadas na execução, que não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de Ribeirão do Pinhal;
- 5.1.6 Não transferir a outrem, total ou parcialmente, as responsabilidades a que está obrigada por este Contrato, nem subcontratar, sem prévio assentimento da Contratante.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 6.1 Para garantir fiel cumprimento do presente contrato, o **CONTRATANTE** se compromete a:
- 6.1.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada na cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;
- 6.1.2. Disponibilizar transporte para o deslocamento dos enxadristas e equipe técnica;
- 6.1.3 Encaminhar todos os documentos necessários para realização das inscrições;
- 6.1.4. A administração do Município de Ribeirão do Pinhal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. A fiscalização sobre o objeto deste contrato será exercida pelo senhor JULIANO BRAZ.

CLÁUSULA OITAVA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 8.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 8.2. Para os propósitos desta cláusula definem-se as seguintes práticas:
- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
 - e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 8.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 8.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL

- ESTADO DO PARANÁ -

inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A recusa na execução do objeto, sem motivo justificado e aceito pela Administração, constitui-se em falta grave, sujeitando a CONTRATADA, à sua inscrição no Registro de Ocorrências Nacionais, impossibilitando o direito de contratar com o Poder Público por até dois anos, bem como as sanções que a Lei impõe, não impedindo, em razão das circunstâncias e a critério da administração, a aplicação das seguintes penalidades:

- a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgulas nove por cento);
- b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega que em caso de não pagamento, será encaminhada para a dívida ativa do Município, visando a sua execução;
- c) Emissão e Publicação de Declaração de Inidoneidade em veículo de imprensa regional, estadual e nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENÚNCIA E RESCISÃO

10.1. O Contrato poderá ser rescindido:

- a) unilateralmente, pela Prefeitura, na forma do artigo 124, inciso I, “a, b” da Lei nº 14.133/2021;
- b) por acordo entre as partes, na forma do 124, inciso II, “a, b, c, d” da Lei nº 14.133/2021;
- c) nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Caso o Estado venha a disponibilizar uma vaga gratuita para a paciente ocorrerá automática rescisão amigável, sem pagamento e indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 Para eficácia do presente instrumento, o **CONTRATANTE** providenciará sua publicação em veículo de grande circulação, em forma de extrato, em conformidade com o disposto no art. 174 e 175 da Lei 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD.

12.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso, em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente da declaração ou de aceitação expressa.

12.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

12.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

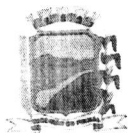
12.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados, quando for o caso, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.7 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.8 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.9 O Fornecedor deverá implementar e manter as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a proteção dos Dados Pessoais do Contratante, contra destruição acidental ou ilegal, danos, perdas, alterações, divulgação ou acesso não autorizados, sem prejuízo do cumprimento de qualquer outra medida exigida pelas leis de proteção de dados aplicáveis. O Contratado deverá assegurar que qualquer pessoa



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL - ESTADO DO PARANÁ -

autorizada a processar os Dados Pessoais do Cliente esteja vinculada a obrigações contratuais de confidencialidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

13.1. Independentemente de transcrição, farão parte integrante deste instrumento de contrato a proposta adjudicada do Processo de Contratação Direta por Inexigibilidade de licitação n.º 010/2023, e a proposta final e adjudicada da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 14.133/2021 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Ribeirão do Pinhal – Estado do Paraná, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando, pelo menos uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma da Lei 14.133/2021.

Ribeirão do Pinhal, 30 de novembro 2023.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ
PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

ADRIANA CRISTINA DE MATOS
CPF/MF 023.240.319-81

ALYSSON HENRIQUE VENÂNCIO ROCHA
ADVOGADO.

GESTOR DO CONTRATO

DEIVID JUNIOR DE MELO
CPF/MF 038.285.789-50

gov.br

Documento assinado digitalmente
PAULO VIRGÍLIO RIOS RODRIGUES
Data: 14/12/2023 12:14:09-0300
Verifique em <https://validar.idf.gov.br>

PAULO VIRGÍLIO RIOS RODRIGUES
CPF: 042.288.379-48

CARLOS ALEXANDRE BRAZ
CPF/MF 030.393.009-89

FISCAL DO CONTRATO

JULIANO BRAZ
CPF/MF 049.471.239-23